



LIGA DOS
BOMBEIROS
PORTUGUESES

Relatório
Relatório
de
Actividades
Actividades
e Contas
e Contas



2018



Índice

1. NOTA INTRODUTÓRIA	5
2. ATIVIDADES E AÇÕES DESENVOLVIDAS	8
2.1. CRONOLOGIA DE ACONTECIMENTOS EM 2018	8
2.2. AÇÃO SOCIAL	11
2.2.1. FUNDO DE PROTEÇÃO SOCIAL DO BOMBEIRO (FPSB).....	11
2.2.2. BOLSAS DE ESTUDO	11
2.2.2.1. BOLSAS FUNDAÇÃO REI BAUDOUIIN	12
2.2.2.2. BOLSA PARA CURSO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM EMERGÊNCIA E PROTEÇÃO CIVIL.....	12
2.2.3. PATRIMÓNIO	13
2.2.4. NOVA SEDE	14
2.2.5. CASA DO BOMBEIRO	15
2.2.6. INVENTÁRIO MUSEOLÓGICO	15
2.3. APOIO AOS ASSOCIADOS	17
2.3.1. ACORDO COLETIVO DE TRABALHO (ACT).....	17
2.3.2. NÚCLEO DE FARDAMENTOS	18
2.3.3. PROVEDORIA DOS ASSOCIADOS	20
2.3.4. MEDALHÍSTICA.....	22
2.3.5. APOIO ÀS FEDERAÇÕES	23
2.3.6. PROGRAMA DE VIGILÂNCIA MÉDICA DOS BOMBEIROS.....	23
2.3.7. PROTOCOLOS, PARCERIAS E INICIATIVAS EMPRESARIAIS.....	25
2.3.8. QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO NACIONAL	27
2.3.9. CONTABILIFÉNIX	28
2.4. INICIATIVAS ESPECÍFICAS	28
2.4.1. TOMADA DE POSSE DOS NOVOS ÓRGÃOS SOCIAIS	28
2.4.2. CONSELHOS NACIONAIS (CN)	29
2.4.3. CONSELHOS NACIONAIS OPERACIONAIS (CNO).....	30
2.4.4. CONSELHO DAS FEDERAÇÕES.....	31
2.4.5. DIA DO BOMBEIRO PORTUGUÊS	33
2.4.6. PRÉMIO BOMBEIRO DE MÉRITO	34
2.4.7. JUEBOMBEIRO.....	35
2.4.8. CONCURSOS DE MANOBRAS PARA BOMBEIROS E CADETES.....	38
2.5. IMAGEM INSTITUCIONAL	41
2.5.1. JORNAL BOMBEIROS DE PORTUGAL.....	41
2.5.2. UNIÃO DOS BOMBEIROS DE PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (UBPLP).....	42
2.5.3. CTIF	42
2.5.3.1. COMISSÃO PARA DESENCARCERAMENTO E NOVAS TECNOLOGIAS	43
2.5.3.2. COMISSÃO INTERNACIONAL DA JUVENTUDE	43
2.5.4. ASELF	43



2.6. RELAÇÕES INSTITUCIONAIS	43
2.6.1. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.....	43
2.6.2. ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA	44
2.6.3. GOVERNO DE PORTUGAL.....	45
2.6.3.1. MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA.....	45
2.6.3.1.1. TRANSPORTE DE DOENTES NÃO URGENTES.....	61
2.6.3.1.2. EMERGÊNCIA PRÉ HOSPITALAR – INEM	62
2.6.3.1.3. OUTROS	63
2.6.4. COMISSÃO NACIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL.....	64
2.6.5. OUTRAS COMISSÕES.....	64
2.6.5.1. COMISSÃO TÉCNICA DE NORMALIZAÇÃO CT 193 “ATIVIDADE DE NORMALIZAÇÃO NOS TRABALHOS EM ALTURA” ..	64
2.6.5.2. COMISSÃO TÉCNICA DE NORMALIZAÇÃO CT 201 “SISTEMAS PARA E EMERGÊNCIA E TRANSPORTE DE DOENTES” ...	64
2.6.5.3. COMISSÃO NACIONAL DO TRANSPORTE DE MERCADORIAS PERIGOSAS	65
2.6.6. AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL (ANPC).....	65
2.6.6.1. CONSELHO NACIONAL DE BOMBEIROS.....	66
2.6.6.2. COMISSÃO MISTA PARA ANÁLISE DE PROJETOS DE QUARTÉIS	66
2.6.6.3. EQUIPAS DE INTERVENÇÃO PERMANENTE (EIP)	66
2.6.7. ESCOLA NACIONAL DE BOMBEIROS (ENB)	67
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	71

ANEXOS

Relatório Contabilístico

Relatório do Fundo de Proteção Social do Bombeiro

Relatório de Gestão da Contabilifénix

Relatório e Contas da SABSEG/Securifénix

Parecer do Conselho Fiscal ao Relatório de Atividades e Contas de 2018

Relatório de Atividades e Contas da Escola Nacional de Bombeiros



1. NOTA INTRODUTÓRIA

Para cumprimento do estatutariamente definido, apresentamos ao Conselho Nacional o Relatório de Atividades e Contas referente ao ano de 2018, ano do início do mandato dos órgãos sociais da LBP, eleitos no Congresso Nacional, realizado na cidade de Fafe, entre os dias 27 e 29 de Outubro de 2017.

O ano de 2018, foi certamente o ano mais marcante da história dos Bombeiros Portugueses, quando por força de uma proposta de Lei Orgânica da ANPC, plasmada no DL 398/18, aprovada no Conselho de Ministro de 25 de Outubro de 2018 deu espaço a uma forte contestação dos Bombeiros e de todas as suas estruturas.

Com efeito, esta proposta contemplava uma série de incongruências que jamais a Liga dos Bombeiros Portugueses como legítima representante dos Bombeiros Portugueses poderia aceitar. Pese embora a Lei Orgânica da ANPC não seja uma Lei direccionada especificamente para os Bombeiros, uma vez que versa a organização de uma entidade dependente do Governo tutelada pelo Ministério da Administração Interna, mas também que coordena com alguma profundidade matérias que respeitem aos Bombeiros Portugueses.

Na sua primeira versão, a proposta de Lei impunha de forma acintosa, a tutela da ANPC sobre as Associações Humanitárias de Bombeiros, afirmando-se no texto que as Associações Humanitárias de Bombeiros passariam a estar sob a superintendência da ANPC, bem como se propunha extinguir o Conselho Nacional de Bombeiros, assim como a Direção Nacional de Bombeiros tornar-se-ia, numa estrutura amorfa e inconsequente sem qualquer capacidade de intervenção, denominando-se incompreensivelmente como Comando Nacional de Bombeiros.

A LBP não conseguindo entender, o que significavam estas propostas manifestou desde logo a sua total discordância, tendo como padrão principal, de que estas eram uma afronta e ofensa aos Bombeiros, nomeadamente pelo facto de não terem sido ouvidos pelo Governo, conforme compromisso desde sempre assumido e não cumprido pelo Ministério da Administração Interna.

A resposta da LBP foi pronta e eficaz pois de imediato reuniu o Conselho Nacional, que deliberou por unanimidade e aclamação a realização de uma Concentração Nacional de Bombeiros para dia 24 de novembro no Terreiro do Paço em Lisboa, onde estiveram presentes cerca de 3500



Bombeiros, 800 viaturas, representando 90% das estruturas de bombeiros do território do Continente.

Foi um dia histórico para os Bombeiros Voluntários de Portugal, atendendo a que nos mais de 620 anos da sua existência, nunca tinha ocorrido uma manifestação desta dimensão em Portugal, ou seja, nunca tinha havido uma manifestação de Bombeiros, onde ficasse tão claro e inequivocamente manifestado o desagrado sobre uma proposta tão limitativa da função dos Bombeiros, já que não teve em atenção que os Bombeiros são o principal agente de Proteção Civil em Portugal, emanação direta da sociedade civil, valores que devem ser respeitados pelo poder político à dimensão da sua expressão no que respeita à defesa das vidas e haveres de todos os Portugueses.

A nossa afirmação de unidade e as fortes convicções bem demonstradas nesta Concentração fizeram com que o Governo refletisse, pois, a partir daí houve abertura ao diálogo, esse foi sempre o nosso objetivo, criar condições para que em bom rigor, as nossas propostas de alteração fossem devidamente aceites e enquadradas na referida Lei.

Não sendo esta uma Lei dos Bombeiros, a versão final conseguida é manifesta e substancialmente diferente da proposta inicial aprovada no Conselho de Ministros de 25 de Outubro de 2018.

De forma mais detalhada, ao longo do relatório procuraremos dar nota de todas as etapas percorridas, que naturalmente ocuparam tempo e esforço de cada um e de todos os membros do Conselho Executivo, de acordo com o grau de responsabilidade que cada um tem nas funções que exerce no respetivo órgão.

A par desta questão em concreto, muitas outras foram as nossas atividades que mereceram particular atenção ao longo do ano de 2018, como é o caso do Programa de Vigilância Médica dos Bombeiros, para a qual abrimos concurso, no sentido de adjudicar a uma empresa da especialidade esta tão importante função da saúde ocupacional dos Bombeiros Voluntários, que como se sabe é gerida através do Fundo de Proteção Social do Bombeiros, embora as verbas consignadas sejam independentes das do financiamento do Fundo.

A LBP, conseguiu sempre autonomizar a transferência destas verbas para que estes nunca comprometessem as verbas destinadas ao funcionamento do Fundo de Proteção Social do Bombeiro.



Toda a atividade do FPSB é objeto de desenvolvimento neste relatório, como o são, de resto, todas as atividades da LBP ao longo do ano de 2018.

Queremos realçar que durante o ano procurámos resolver o problema que há muito nos vem preocupando, que é a venda da quota que detemos na Cenafogo, que como se sabe, é propriedade da LBP e de outras entidades, estando proposta a sua extinção logo que consigamos que a Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos resolva a situação da aquisição do terreno, situado no seu Concelho e que a Câmara se propôs adquirir.

Participámos, em vários grupos de trabalho, no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde, da Secretaria de Estado dos Assuntos Fiscais e da Secretaria de Estado da Proteção Civil, nomeadamente para a revisão de normativos na área da saúde, revisão dos benefícios fiscais aos Bombeiros, revisão das matérias relacionados com a criação de 160 novas Equipas de Intervenção Permanente, bem como da sua regulamentação e aumento salarial.

Participámos ativamente em todos os Conselhos Nacionais, quer ordinários, quer extraordinários, onde foram aprovadas Moções de Orientação Estratégica cujo conteúdo levámos posteriormente ao conhecimento dos Ministérios envolvidos, nomeadamente da Administração Interna e da Saúde.

Igualmente demos conhecimento à Assembleia da República, Grupos Parlamentares, Comissão Técnica Independente e Outros, das nossas propostas, aprovadas nos vários Conselhos Nacionais realizados.

Promovemos reuniões com as Federações através do recém-criado Conselho das Federações, que demonstraram na pratica que este como órgão consultivo, contribui com as suas reflexões para uma melhoria sustentada das nossas decisões.

Durante o ano de 2018, pediu exoneração da LBP, o Vice-Presidente Luís Lopes, pelo facto de passar a exercer funções na AGIF, o que tornou inviável a continuidade no Conselho Executivo, sendo substituído pelo Secretário, Eduardo Correia, que passou a Vice-Presidente.

Por manifesta impossibilidade temporal do Secretário suplente Carlos Nogueiro, foi chamado para ocupar o seu lugar o de Secretário do Conselho Executivo o Cmdt Hernâni Carvalho.

O trabalho realizado ao longo do ano de 2018, é desenvolvido neste relatório, a fim de ser presente ao próximo Conselho Nacional.

Assim, propomos aos Senhores Conselheiros que o analisem, debatam e aprovem.



2. ATIVIDADES E AÇÕES DESENVOLVIDAS

2.1. CRONOLOGIA DE ACONTECIMENTOS EM 2018

RETALHOS DA NOSSA MEMÓRIA COLETIVA

Como atrás fica dito na introdução deste Relatório e Contas, o ano de 2018 caracterizou-se por ser um ano muito especial na vida dos Bombeiros Portugueses, não só pelos diversos episódios vividos na decorrência dos incêndios de junho a outubro de 2017, que assolaram por todo o País pelas sequelas que os mesmos deixaram num rasto de destruição e amargura, pelas vidas ceifadas ingloriamente, mas também, pela dor incutida no coração e na alma de todos nós pela perda da vida e dos nossos feridos resultantes desses mesmos incêndios florestais.

Viveram-se momentos dolorosos, e dramáticos, que marcaram a vida destes milhares de mulheres e homens, soldados da Paz e da Vida, sequelas que jamais se apagarão, cumprindo-nos afirmar perante todos a nossa solidariedade e agradecimento garantindo-lhe que o Fundo de Proteção Social do Bombeiro está a disponibilizar toda a ajuda necessária para a recuperação dos sinistrados, dando-lhes o apoio solicitado de acordo com o Regulamento, rigorosamente gerido pela Liga dos Bombeiros Portugueses.

São retalhos dolorosos da nossa vivência coletiva, estes, mas também os que são vividos pela retaguarda avançada que são os familiares dos Bombeiros que respeitosa e solidariamente saudamos.

Continuamos a dar toda a nossa solidariedade e apoio ao Comandante Arnaut de Pedrogão Grande e a todos o que dele necessitam, quer do ponto de vista solidário, quer do ponto de vista jurídico, pois o nosso gabinete jurídico está permanentemente ao seu serviço, seja na sua defesa em tribunal, ou noutros fóruns para que sejam solicitados.

Estes são traços marcantes do ano que passou, e que indelevelmente marcarão a nossa História coletiva. Perante essas memórias, assumimos as nossas responsabilidades contra os diplomas aprovados no Conselho de Ministros, de 25 de Outubro de 2018, com particular destaque para a



proposta de Lei Orgânica da ANPC, que passará a denominar-se como Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC).

De forma resumida pode afirmar-se que:

O diploma proposto continha propostas que de forma insidiosa colidiam com a organização estrutural dos Bombeiros, em Portugal.

Começava por querer introduzir a SUPERINTENDÊNCIA DA ANEPC, sobre as Associações e os Corpos de Bombeiros, eliminava o Conselho Nacional de Bombeiros e criava um Comando Nacional de Bombeiros, em vez da DNB, proposta que até hoje ainda não conseguimos entender qual o seu alcance ou interesse.

Das normas propostas constavam ainda competências exacerbadas da Direção de Fiscalização que poderia, sem prévia autorização, invadir as Associações Humanitárias e Corpos de Bombeiros, qualquer hora do dia ou da noite, sem que nada nem ninguém os pudesse impedir.

Um verdadeiro “labelo” acusatório contra instituições da sociedade civil, que não são da organização do Estado, ou seja, adulteravam-se princípios do Associativismo, da Independência e Liberdade implementando-se uma inqualificável afronta ao direito Constitucional Português.

Perante isto, a Liga dos Bombeiros Portugueses, reuniu de emergência o seu Conselho Executivo e de imediato disse não, a esta pseudorreforma assumida pelo Governo.

Reafirmamos que o Ministro da Administração Interna (MAI), não cumpriu com a promessa tantas vezes proclamada de ouvir a LBP, enquanto legítima representante dos Bombeiros Portugueses.

Perante tudo isto reunimos com carácter de urgência o Conselho das Federações e posteriormente o Conselho Nacional, deliberando este por unanimidade e aclamação que os Bombeiros deveriam demonstrar o seu desagrado numa forte Concentração Nacional a realizar de imediato.

Pela primeira vez na história dos Bombeiros Portugueses, reuniram-se no dia 24 de Novembro, no Terreiro do Paço, em Lisboa, cerca de 3500 Bombeiros e 800 viaturas, que demonstraram à sociedade o seu desejo de mudança na proposta de Lei, mas também das suas justas reivindicações. Demonstraram na prática o seu desconforto com uma Lei que pretendia silenciar a vontade e o querer, do principal e decisivo agente de Proteção Civil em Portugal, os Bombeiros.



Foi igualmente decidido que era a hora de reafirmar que os Bombeiros são a peça fundamental do sistema e para isso era necessário lembrar à ANPC que esta depende dos Bombeiros, não reportando os serviços efetuados, mas sem jamais comprometer aquilo que é essencial, ou seja, o que nunca esteve, nem poderia estar em causa, o SOCORRO ÀS POPULAÇÕES.

Esta postura digna, altruísta e totalmente convergente com a população, que vê nos seus Bombeiros a garantia da sua segurança, fez com que o poder político invertesse rapidamente a sua desrespeitosa postura para com os Bombeiros.

A partir daí, o Ministério da Administração Interna abriu-se ao diálogo com a LBP, na procura do diálogo e consensualização nas negociações.

É bem certo, que a versão final da Lei Orgânica não sendo a nossa Lei, consagra no seu seio propostas que fomos fazendo ao longo deste percurso, sempre acompanhado de perto pelas deliberações que foram sendo tomadas em sede de Conselhos Nacionais.

Foram muitos os Conselhos Nacionais que marcaram 2018 e 2019, considerados necessários e fundamentais para que se fosse fazendo o acompanhamento das propostas e contrapropostas que iam surgindo no diálogo entre o MAI e a LBP.

Até ao último Conselho Nacional, realizado em 09 de fevereiro de 2019, onde foram aprovadas recomendações de propostas de alteração, que foram aceites pelo MAI, constando já na Lei Orgânica, agora aprovada definitivamente em Conselho de Ministros, estando a aguardar promulgação por parte do Senhor Presidente da República.

Esta não é, nem poderia ser, a lei dos Bombeiros, é a Lei Orgânica de uma entidade estatal, que se chama Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, não sendo menos verdade, que a diferença entre a proposta inicial, aprovada na reunião de Conselho de Ministros realizada no dia 25 de outubro de 2018 e a versão agora aprovada, vai uma enorme distância, já que a nova versão, consagra muitos dos princípios por nós apresentados.

Exemplos:

Desapareceu a intenção de extinguir a Direção Nacional de Bombeiros e criar um Comando, optando por manter a Direção Nacional de Bombeiros com Autonomia Financeira, cujo Orçamento é proposto por esta constando autonomamente no Orçamento da ANEPC, bem como lhe foram



conferidos mais poderes, bem como o que referia à superintendência foi eliminado do texto sendo substituído por coordenação.

No que respeita ao Conselho Nacional de Bombeiros, este mantém-se vendo reforçadas as suas competências dando abertura à possibilidade da criação de Conselhos Regionais de Bombeiros.

Acresce que a Liga dos Bombeiros Portugueses passa a ser ouvida para a elaboração do Orçamento da DNB, bem como para a definição da Carta de Missão e perfil dos candidatos.

A Lei Orgânica da ANEPC, agora aprovada, permite a possibilidade da criação de um Comando Autónomo dos Bombeiros, ou seja, fica criada a norma habilitante para o efeito, e cabendo-nos exclusivamente a forma prática de a executar. Para uma leitura mais clara, junta-se a proposta inicial e a agora aprovada.

2.2. AÇÃO SOCIAL

2.2.1. FUNDO DE PROTEÇÃO SOCIAL DO BOMBEIRO (FPSB)

O regulamento do Fundo de Proteção do Bombeiro foi revisto em 28 de janeiro de 2017, no Congresso Extraordinário, realizado no Figueira da Foz, para dar conteúdo prático à sua nova realidade, ou seja, carrear para as normas de funcionamento e atribuição de benefícios, o que ficou legislado nas novas atribuições e competências deste importante sector de atividade da Liga dos Bombeiros Portugueses.

A nossa maior preocupação, vai no sentido de levar até cada Bombeiro e seus familiares a informação atempada de toda a panóplia de benefícios que este contempla, ou seja, os mais variados subsídios, participações e apoios extraordinários.

Toda a atividade do FPSB consta do relatório em anexo.

2.2.2. BOLSAS DE ESTUDO



2.2.2.1. BOLSAS FUNDAÇÃO REI BAUDOIN

A Fundação Rei Balduíno, fundada em 1976 por ocasião do 25.º aniversário do reinado do Rei Balduíno, da Bélgica, é uma fundação independente e pluralista que visa contribuir de forma sustentada para a justiça, para a democracia e para o respeito pela diversidade. Tem por lema «Trabalhar em conjunto para uma sociedade melhor».

Desde 2007 que a Fundação atribui bolsas de estudo a filhos de bombeiros falecidos em serviço, com a colaboração da Liga dos Bombeiros Portugueses.

Em 2018 a Fundação Rei Baudouin não renovou as três bolsas de estudo, no valor total de 5000€, porque pretendeu reorientar o fundo para apoiar crianças com autismo e encorajar a criação de instituições adaptadas na Bélgica, para esse fim.

Os beneficiários continuam a entregar despesas de estudo até perfazerem o valor da bolsa entregue pela Fundação.

Assim, no quadro seguinte resume-se o movimento efetuado no ano de 2018:

Beneficiários	AHB/CB	Despesas apresentadas	Pagamentos efectuados
João André Ferreira	Guimarães	981,31€	981,31€
Manuel Filipe Serrano	Abrantes	968,23€	968,23€
João Abel Castanheira	Vouzela	987,70€	296,91€

2.2.2.2. BOLSA PARA CURSO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM EMERGÊNCIA E PROTEÇÃO CIVIL

Foi criado em 2014, na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, em parceria com a Liga dos Bombeiros Portugueses e o Instituto de Direito e Segurança, o Curso de Extensão Universitária em Emergência e Proteção Civil, destinada aos agentes da proteção civil, bombeiros e quadros da Administração Pública.

Este curso já vai na sua 5ª edição e contou mais uma vez com o apoio da Fundação Montepio no valor de 12.000,00€.



Decorre durante 22 semanas, num total de 180 horas e pretende dotar os elementos do Corpo Ativo e de Comando, no exercício de funções, preferencialmente não detentores de licenciaturas, de competências específicas de natureza inovadora.

Por motivos de falta de inscrições externas, o curso só teve início em novembro pelo que terminará em abril de 2019.

Este ano foram atribuídas 11 bolsas de estudo, tendo havido 1 desistência.

Assim apresentamos os 10 elementos inscritos:

AHB	Categoria	Nome
Azambuja	Comandante	Ricardo André Conceição Matos Correia
Alvaiázere	Adjunto Comando	João Caria Caetano da Silva
Azambuja	Bombeiro de 3.ª em processo de promoção a Adjunto	Thays Ferreira de Santana Freixo
Alcabideche	Subchefe	Carlos Manuel da Silva Matos
Ponte de Sor	Bombeiro de 1.ª em processo de promoção a Adjunto	Luís Filipe Pereira Lopes
Loures	Chefe	Pedro Jorge Esteves Vieira
Portel	Subchefe	Carlos Daniel Valadas Mota
Sul e Sueste	Bombeiro de 2.ª	Filipa Vanessa dos Santos Ferreira
Sul e Sueste	Bombeiro de 2.ª	Ricardo Miguel Marques Pimenta
Oeiras	Bombeiro de 2.ª	Sónia Alexandra Tavares de Sousa

2.2.3. PATRIMÓNIO

O Conselho Executivo, em sessão ordinária do Conselho Nacional, reunido em Bragança, no dia 10 de novembro de 2018, solicitou autorização para efetuar uma consulta ao mercado imobiliário, com a intenção de vir a alienar os imóveis sitos na Av. Gago Coutinho e Rua Eduardo de Noronha, em Lisboa, atualmente propriedade desta Confederação, tendo por base que parte da verba conseguida reverterá para o Fundo de Proteção Social do Bombeiro e o restante para fazer face aos compromissos assumidos com a recuperação da nova sede, gentilmente cedida pela CM de Lisboa à LBP. Considerando o acréscimo do património verificado, podemos referir que não haverá desinvestimento, mas sim valorização do valor patrimonial. O referido Conselho Nacional aprovou a proposta apresentada, por maioria, com 3 abstenções.



2.2.4. NOVA SEDE

Vem desde o relatório de atividades de 2014, a informação detalhada da nota de cedência (em direito de superfície) pela Câmara Municipal de Lisboa, do palácio de S. Cristóvão, sito nos Paços do Lumiar, em Lisboa, por 50 anos, prorrogáveis por períodos sucessivos de 25 anos mais 25 anos, para ali ser instalada a nova sede da LBP, a qual denominamos por “Nova Casa dos Bombeiros”, porque vai, em primeiro lugar, servir esta nobre causa dirigida essencialmente aos Bombeiros, enquanto publico alvo da nossa atividade.

Vai igualmente servir, como identidade do que somos e do que pretendemos continuar a ser: Defender, sempre e em primeiro lugar os Bombeiros Portugueses.

Nos relatórios de 2015, 2016 e 2017, fizemos referência ao desenvolvimento do projeto e do lançamento dos vários concursos para as obras de manutenção e reparação de salas, pavimentos e coberturas, no sentido de dar sequência ao estabelecido no protocolo de cedência do Palácio, que como atrás fica dito, foi assegurado pela CM de Lisboa.

Já o referimos no relatório de 2016.

Em 2016, concluímos os processos dos concursos e respetivas adjudicações, nomeadamente das empreitadas de construção e reparação do edifício visando dar-lhe a dignidade que este requer, bem como da capacidade de albergar também com a dignidade exigida, os serviços, os funcionários e os órgãos sociais da Liga dos Bombeiros Portugueses.

Dotámos as nossas estruturas com melhor qualidade, para um melhor bem-estar dos nossos funcionários com o conseqüente aumento de produtividade que as novas instalações lhes permite.

Pode dizer-se de uma forma genérica, que foram levadas a efeito obras de reparação e embelezamento do edifício, nomeadamente ao nível da cobertura, reordenamento do espaço interior, melhoria das instalações, nomeadamente sanitárias, gabinetes de direção, salas de trabalho, salas de reuniões, de formação, refeitório do pessoal e logradouro do edifício, com amplo espaço de estacionamento, bem como o espaço que alberga a loja de venda de Fardamentos, entretanto transferido de Sintra, onde se encontrava a funcionar há vários anos.

Reorganização da rede elétrica e rede de computadores, bem como as instalações de ar condicionado.



Ao momento, equipámos com mobiliário adequado todos os departamentos, gabinetes e salas com o diverso material de escritório que nos foi cedido gratuitamente pela Caixa Central de Crédito Agrícola.

Igualmente, dotámos o espaço de telefones e cablagem adequada à rede informática, de modo a garantir o funcionamento necessário e fundamental para o desempenho das funções que pretendemos atingir. Mudámos recentemente para as novas instalações e a inauguração formal levá-la-emos adiante logo que tal seja possível, ou estejam criadas condições para tal.

2.2.5. CASA DO BOMBEIRO

A Reviver Mais, enquanto Associação representativa de Mulheres e Homens que serviram, e servem, a causa dos Bombeiros, em Portugal, continua a ter na Liga dos Bombeiros Portugueses um pilar de apoio à sua velha e justa aspiração de ter um Lar de 3.^a Idade, onde possa acolher alguns os seus Associados.

A Reviver Mais sempre pugnou por alcançar esse objetivo, e é nosso dever continuar a alimentar esse sonho.

Nem tudo depende de nós, mas é nossa vontade continuar a manter vivo esse seu objetivo.

2.2.6. INVENTÁRIO MUSEOLÓGICO

A atividade da Liga dos Bombeiros Portugueses (LBP), neste domínio, desenvolveu-se de harmonia com os objetivos propostos para o ano de 2018, consubstanciados na continuada ação de divulgação e promoção da História dos Bombeiros Portugueses.

Assim, a nossa atenção, através do Núcleo de História e Património Museológico (NHMP), voltou a recair, de modo especial, em procedimentos de recuperação, restauro, preservação e manutenção do acervo histórico pertencente ao antigo Museu Júlio Cardoso, o qual, durante largos anos, se encontrou votado ao abandono.



Continuando a acreditar que é importante conhecer a História para entender o nosso tempo, vão sendo assim lançadas, paulatinamente, as bases para a criação do Museu dos Bombeiros Portugueses.

Não obstante possuímos uma coleção museológica muito diversificada e de relevante interesse, por iniciativa do NHPM, mantivemos o processo de sensibilização junto das Associações e Corpos de Bombeiros no sentido de cederem, à LBP, material excedente de natureza histórica.

Aliás, é nossa convicção que o êxito do futuro Museu somente será plenamente atingido através do envolvimento de todas e de cada uma das nossas Federadas.

Entretanto, concluídas aturadas pesquisas, foi possível reunir significativo número de peças do ex-Museu da Confederação, que se encontravam dispersas em instalações da Escola Nacional de Bombeiros, para onde há vários anos tinham sido transportadas e armazenadas, sem quaisquer cuidados, do que resultaram alguns inevitáveis prejuízos.

Neste momento, já se encontram à nossa guarda, estando a ser objeto de intervenção aos mais variados níveis, incluindo o seu estudo, com vista a futura exposição.

Paralelamente foram desenvolvidos esforços na preservação de variada documentação em suporte de papel, contemplando diferentes fases de tratamento, organização e arquivo.

A mesma documentação, além de outra intervencionada nos anos anteriores, voltou a ser de extrema utilidade para a realização de ações de divulgação e promoção da História dos Bombeiros Portugueses, nomeadamente, por via de artigos de investigação publicados em secção própria do jornal "Bombeiros de Portugal".

Decorrente da importância e visibilidade que a Liga dos Bombeiros Portugueses vem conferindo ao seu Núcleo de História e Património Museológico, apraz-nos registar o recurso aos serviços da Confederação, por parte de investigadores e colecionadores, entre outros estudiosos e entusiastas do tema "Bombeiros", na tentativa de obterem informação, documentação e bibliografia especializadas. Quer presencialmente, quer através de atendimento à distância, de referir que todos os pedidos de apoio que nos foram direcionados mereceram sempre competente resposta.

Em 2018, continuámos a perseguir o objetivo de fortalecer a nossa informação sobre o património histórico automóvel, para sustentação da candidatura dos veículos antigos dos Bombeiros



Portugueses a Património Mundial da Humanidade, na esfera da UNESCO, considerando, porém, que ainda há muito a fazer.

Encetaram-se também contactos no sentido de explorar condições para a exposição do acervo da LBP em área museológica adequada, na base de parceria credível.

2.3. APOIO AOS ASSOCIADOS

2.3.1. ACORDO COLETIVO DE TRABALHO (ACT)

Conforme é amplamente conhecido de todos, o Conselho Executivo recebeu um mandato claro de 104 Associações para, em seu nome, negociar um Acordo Coletivo de Trabalho, com o Sindicato Nacional de Bombeiros Profissionais e o Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública, e também com outras instituições sindicais.

Tentámos, em devido tempo, trazer para a discussão desta importante temática o Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local (STAL), que se mostrou disponível para aceitar connosco um ACT, mas sem a mediação da Direção Geral do Emprego e das Relações do Trabalho (DGERT), do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

O documento síntese, com os dois primeiros sindicatos, continua pendente de resolução, pese embora, se tenham obtidos resultados razoáveis, em sede negocial, dum texto onde se encontram plasmados os princípios da defesa dos bombeiros assalariados, e igualmente da defesa dos seus postos de trabalho, não pondo em causa, como não podia deixar de ser, a sustentabilidade financeira das Associações, que são o garante desses mesmos postos de trabalho.

Porém, têm existido ao longo destas negociações diversos entraves e sobretudo imensas incompreensões, porque se trata de um instrumento novo de regulação das relações de trabalho entre as Associações, enquanto entidades patronais de um sector social não lucrativo e com imensas debilidades económico-financeiras, e os bombeiros assalariados que necessitam e desejam um instrumento legislativo que os proteja de arbitrariedades que, por vezes, podem surgir do antagonismo destas mesmas relações, mas um facto emerge desta situação, a necessidade urgente de um Acordo Coletivo de Trabalho que garanta fiabilidade no tratamento destas relações.



As estruturas dos bombeiros, nomeadamente as Associações Humanitárias, as Federações e a Liga dos Bombeiros Portugueses, enquanto legítimas representantes dos Bombeiros têm a obrigação, ou dito ainda numa forma mais clara, todos temos a obrigação, de encontrar uma solução para a defesa dos valores das relações de trabalho entre as partes.

Não podemos apregoar que defendemos os Bombeiros, quando na prática criamos objeções a essa concretização.

A LBP quer, com carácter de urgência, continuar a sensibilizar as Associações e as Federações, no sentido de definirem o que querem quanto ao futuro do ACT, é tão importante quanto necessário realçar que existem processos judiciais apresentados por muitos bombeiros, bem como vários sindicatos já apresentaram queixas nos tribunais pela não existência de acordo.

O ano de 2019, tem obrigatoriamente que ser o ano da decisão.

É nossa obrigação e nosso dever encontrar uma solução urgente, o mais equilibrada possível, mas também justa para as partes.

2.3.2. NÚCLEO DE FARDAMENTOS

O Núcleo de Fardamentos é uma componente extremamente importante da atividade da LBP, no apoio aos associados, na justa medida em que os fardamentos disponibilizados aos nossos Bombeiros através das AHB, enquanto entidades detentoras dos Corpos de Bombeiros, estão todos de acordo com o Regulamento de Fardamentos, mas também e acima de tudo cumpram os padrões de qualidade exigidos por Lei. Este importante e fundamental núcleo, tem tido uma particular preocupação da parte da administração da LBP, dando-lhe capacidade de resposta e garantindo aos nossos associados produtos de qualidade, permitindo na medida do possível, pagamentos com prazos razoáveis, de diferimento. No quadro seguinte pode verificar-se com exatidão do funcionamento do núcleo de Fardamentos durante o ano de 2018. Acresce que com a instalação de uma nova Plataforma Digital, esta permitirá a promoção da venda de fardamentos em online.



MAPA DE EXPLORAÇÃO DEPARTAMENTO DE FARDAMENTOS

RÚBRICAS	ANOS				Variação (%)		
	2018	2017	2016	2015	2018-2017	2017-2016	2016-2015
Existências Iniciais de Mercadorias (EI)	190 943,55 €	188 123,40 €	157 813,91 €	105 279,50 €	1%	19,21%	49,90%
Compras- Quebras	105 130,29 €	144 785,21 €	173 108,16 €	157 084,79 €	-27,39%	-16,36%	10,20%
Existências Finais de Mercadorias (EF)	175 878,94 €	190 943,55 €	188 123,40 €	157 813,91 €	-7,89%	1,50%	19,21%
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas (CMVMC=EI+Compras-EF)	120 194,90 €	141 965,06 €	142 798,67 €	104 550,43 €	-15,33%	-0,58%	36,58%
Vendas Líquidas	152 064,20 €	178 096,43 €	181 824,52 €	127 232,85 €	-14,62%	-2,05%	42,91%
Encargos Fixos							
% Margem Bruta (Vendas - CMVMC/CMVMC)	26,51%	25,45%	27,33%	21,70%	4,17%	-6,88%	25,94%
Combustíveis	591,12 €	293,22 €	188,19 €	153,64 €	101,60%	55,81%	22,49%
Encargos c/pessoal	17 424,10 €	17 188,28 €	17 673,64 €	16 844,24 €	1,37%	-2,75%	4,92%
Deslocações Pessoal							
Gastos e Perdas de Financiamento (Custos Financeiros)	3 689,90 €	1 611,47 €	2 934,91 €	214,19 €	128,98%	-45,09%	1270,24%
Total dos custos fixos	21 705,12 €	19 092,97 €	20 796,74 €	17 212,07 €	13,68%	-8,19%	20,83%
Resultado Líquido	- 850,98 €	12 039,96 €	11 731,36 €	- 31 401,25 €	-107,07%	2,63%	-137,36%
Dívidas de Clientes	80 823,63 €	73 284,84 €	57 511,97 €	52 455,27 €	10,29%	27,43%	9,64%
Dívidas a Fornecedores	70 664,86 €	48 936,41 €	51 762,29 €	136 254,75 €	44,40%	-5,46%	-62,01%



2.3.3. PROVEDORIA DOS ASSOCIADOS

Por deliberação de C.E da LBP, no início do ano de 2009, foi criado o cargo de Provedor dos Associados tendo sido nomeado para o exercício dessas funções, a título gratuito, o ex- Inspetor Adjunto-Aposentado, Senhor Fernando Vilaça, mandato renovado no início de funções do atual Conselho Executivo.

De acordo com a deliberação do C.E, Provedor dos Associados desenvolve a sua atividade em estreita colaboração com Presidente do Conselho Executivo da LBP.

A Provedoria dos Associados presta assessoria técnica ao Conselho Executivo, no apoio a todos quantos se dirigem à Confederação, em todas as matérias enquadradas pelo quadro legal específico regulador do Sector de Bombeiros, bem como em comissões e grupos de trabalho para os quais a sua colaboração é solicitada, em estreita articulação com o Presidente do C.E.

A provedoria presta ainda toda a informação e esclarecimentos técnicos a todos quantos se dirigem à nossa Confederação em matérias relacionadas com:

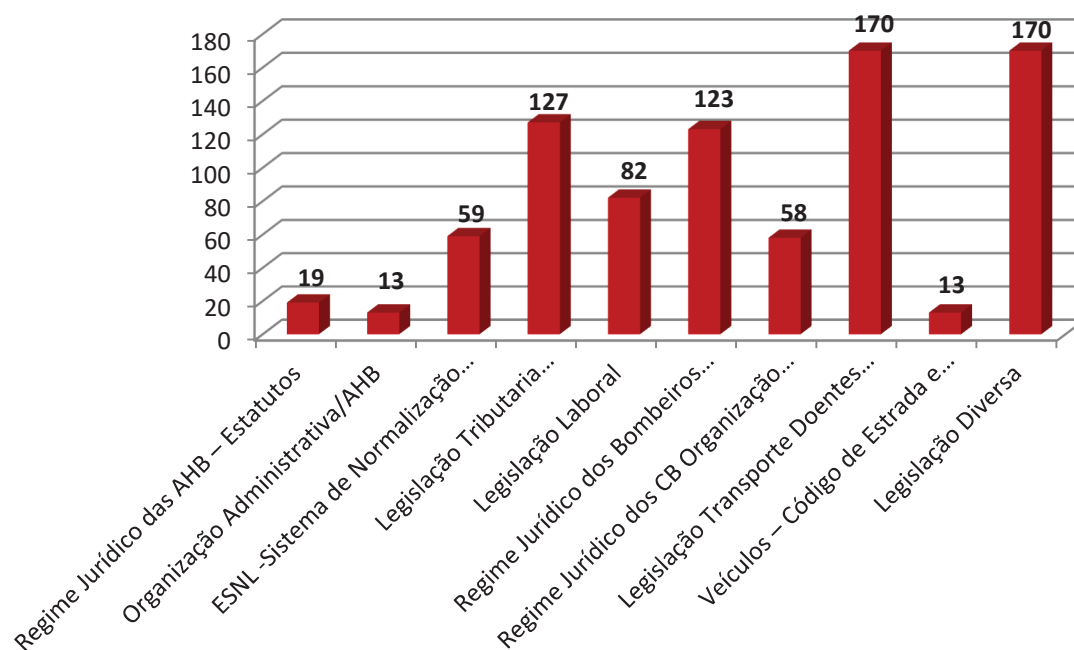
- Regime Jurídico das Associações Humanitárias dos Bombeiros;
- Regime Jurídico dos Bombeiros Profissionais;
- Regime Jurídico dos Corpos de Bombeiros;
- e, ainda, toda a demais legislações relacionada com os regimes acima referenciadas.

A Provedoria colabora ainda na elaboração das diversas circulares orientadoras emitidas pela Liga dos Bombeiros Portugueses.

No ano de 2018, o serviço de provedoria emitiu pareceres, esclarecimentos e informações relativas a questões solicitadas pelos dirigentes das AHB, Comandantes dos CB, bombeiros dos diversos quadros e ainda de sócios e utentes dos serviços prestados pelas Associações Humanitárias/Corpos de Bombeiros, nomeadamente nas seguintes áreas:



MATÉRIA	N.º Processos em 2016	N.º Processos em 2017	N.º Processos em 2018
Regime Jurídico das AHB – Estatutos	29	27	19
Organização Administrativa/AHB	57	29	13
Entidade Sector Não Lucrativa Sistema Normalização Contabilística	73	67	59
Legislação Tributária – Impostos/Isenções	74	115	127
Legislação Laboral	55	77	82
Regime Jurídico dos Bombeiros – Direitos Deveres Regalias	90	101	123
Regime Jurídico dos CB – Organização CB Atribuições Competências	24	47	58
Legislação Transporte Doentes - Urgentes Não Urgentes	120	127	170
Veículos – Código de Estrada Cartas de Condução	15	17	13
Legislação Diversa	132	201	170
TOTAIS	669	808	834





O Provedor dos Associados sempre que solicitado pelo Presidente do Conselho Executivo integrou e/ou prestou assessoria às comissões ou grupos de trabalho constituídos, quer na LBP, quer em parceria com o MAI/ANPC/ENB/INEM/MS/MSS, para a elaboração ou revisão de legislação de Sector de Bombeiros.

Como representante do C.E da LBP, o Provedor participou também em todas as comissões arbitrais realizadas ao longo do ano de 2018 para apreciação e decisão dos recursos interpostos das decisões de não renovação do exercício do cargo de comando.

2.3.4. MEDALHÍSTICA

Este importante departamento da LBP, é manifestamente uma peça fundamental da nossa atividade pela visibilidade e credibilidade junto do universo dos Bombeiros, por tudo aquilo que ele representa para cada um em particular, mas também pelo que representa para o Conselho Executivo, na justa medida em que atribuir/conceder medalhas e condecorações aos Bombeiros é um ato gratificante e de reconhecimento pelo trabalho desenvolvido em prol das populações.

Os custos dessa atividade são manifestamente volumosos, sendo acima de tudo um investimento nos valores e consagração dos nossos Bombeiros. Os custos associados à oferta de Fénix de Honra, Crachás de Ouro, Medalhas de Serviços Distintos, Coragem e Abnegação e Dedicção e Altruísmo ascenderam a 12.540,30€. As vendas das diversas condecorações ascenderam em 2018 a 45.590,29€.

Tipo de Medalha	Contagem
Fénix de Honra	2
Crachá de Ouro	171
Crachá de Ouro A+75	3
Serviços Distintos Ouro	158
Serviços Distintos Prata	59
Serviços Distintos Cobre	81
Coragem e Abnegação	20
Dedicção e Altruísmo	580
Assiduidade Ouro 20 Anos	687
Assiduidade Ouro	818
Assiduidade Prata	986
Assiduidade Cobre	1356
Crachá de Cidadania e Mérito	8
TOTAL	4929



2.3.5. APOIO ÀS FEDERAÇÕES

FEDERAÇÕES	2018	2017	2016
Algarve		820,00 €	820,00 €
Aveiro		900,00 €	1 150,00 €
Beja		798,67 €	798,67 €
Braga		766,67 €	766,67 €
Bragança		820,00 €	820,00 €
Castelo Branco		756,00 €	756,00 €
Coimbra		820,00 €	820,00 €
Évora	798,67 €	798,67 €	798,67 €
Guarda		1 586,66 €	793,33 €
Leiria		820,00 €	820,00 €
Lisboa		1 246,67 €	1 246,67 €
Portalegre		820,00 €	820,00 €
Porto		1 153,33 €	1 153,33 €
Santarém		873,33 €	873,33 €
Setúbal		833,33 €	833,33 €
Viana do Castelo		756,00 €	756,00 €
Vila Real		833,33 €	833,33 €
Viseu		940,00 €	940,00 €
Açores			2 204,01 €
Madeira		692,00 €	692,00 €
TOTAL	798,67 €	17 034,66 €	18 695,34 €

Mais informamos, que devido a dificuldades financeiras, a LBP não fez nenhum pagamento às Federações durante o ano de 2018. A prestação paga à Federação de Évora foi a título excecional, por ter sido esta Federação a organizar o Dia do Bombeiro Português.

2.3.6. PROGRAMA DE VIGILÂNCIA MÉDICA DOS BOMBEIROS

Este programa que se iniciou em 2013, apenas destinado aos Bombeiros Voluntários, conforme ficou formalizado no DL n.º 241/2007, retificado pelo DL n.º 248/2012, e posteriormente protocolado entre a LBP e a ANPC, foi homologado pelo Secretário de Estado da Administração



Interna, cabendo à Liga dos Bombeiros Portugueses a sua execução, através do Fundo de Proteção Social do Bombeiro, com verbas especificamente consignadas pelo MAI, de forma a não sobrecarregarem o Fundo de Proteção Individual do Bombeiro.

Como é do conhecimento dos órgãos sociais, a Vigilância Médica esteve suspensa em 2016, pela falta de transferência de verbas, mas também pela necessidade de se proceder a nova versão do caderno de encargos para efeitos do concurso público que justifique a adjudicação destes serviços a entidades especializadas, para o efeito.

No ano de 2017 decorreram todas estas démarches e foi preparada toda a adjudicação o que só veio a acontecer em janeiro de 2018.

Os exames a executar são os seguintes:

Exames Médicos	Unidade de 5.000 bombeiros	
	2017-2018	
Entrevista médica com recolha da história clínica do bombeiro	Bombeiros	Só em caso de necessidade e com autorização superior
Avaliação dos parâmetros vitais: peso, altura, medição da tensão arterial	X	
Rastreio oftalmológico	X	
ECG Simples	X	
Hemograma	X	
Velocidade de sedimentação	X	
Glicemia em jejum	X	
Creatinina	X	
Colesterol total	X	
Triglicéridos	X	
Transaminases (TGO+TGP)	X	
Ureia	X	
Ácido Úrico	X	
Urina II	X	
RX ao tórax (microrradiografia)		X
Espirometria		X
RX segmentar da coluna vertebral		X
Audiograma tonal simples		X



2.3.7. PROTOSCOLOS, PARCERIAS E INICIATIVAS EMPRESARIAIS

Para além dos protocolos que se mantêm em vigor, o Conselho Executivo desenvolveu contactos com várias entidades, no sentido de usufruir de vantagens que conduzam a uma maior eficácia, visando melhores condições para os nossos associados, que de forma livre e opcional a estes queiram aderir.

- **Altice** – assinado com o objetivo de proporcionar o acesso a condições mais vantajosas na aquisição de produtos e serviços comercializados por esta empresa, ou por qualquer empresa do grupo PT que aquela venha a designar nos termos previstos no protocolo.
- **Your Care** – assinado o contracto com esta empresa para aquisição de serviços de vigilância médica, no âmbito do programa de vigilância médica aos Bombeiros portugueses.
- **Memorando de Entendimento entre a LBP, ANPC e INEM relativo e postos PEM e renovação de frota** – estabelecido e assinado sobre a implementação de um novo modelo de posto de emergência médica do INEM, revisão do acordo de bases gerais entre estas entidades, bem como a renovação da frota de ambulâncias. As partes acordaram o seguinte:

O compromisso de desenvolver todos os esforços de colaboração e cooperação para implementar um novo modelo de constituição de PEM e renovação da frota;

Iniciar o processo de revisão do protocolo estabelecido entre a LBP/ANPC/INEM para constituição dos PEM;

Foram **criados seis novos PEM** nas seguintes Associações:

- AHB/CB Parede;
- AHB/CB Matosinhos Leça;
- AHB/CB Sul e Sueste;
- AHB/CB Felgueiras;
- AHB/CB Azambuja;
- AHB/CB Caldas das Taipas;

Foram **efetuadas cinco renovações de ambulância 4x4** nas seguintes Associações:

- AHB/CB Bragança;
- AHB/CB Vila Real Cruz Verde;



- AHB/CB Guarda;
- AHB/CB Covilhã;
- AHB/CB Seia

Foram **criados quinze PEM para reforço sazonal** (Dez 2018 a Mar 2019) nas seguintes Associações:

- AHB/CB Portuenses;
- AHB/CB Pedrouços;
- AHB/CB Areosa Rio Tinto;
- AHB/CB Amares;
- AHB/CB Viana do Castelo;
- AHB/CB Condeixa;
- AHB/ Condeixa;
- AHB/CB Egitanenses;
- AHB/CB Camarate;
- AHB/CB Sacavém;
- AHB/CB Odivelas;
- AHB/CB Queluz;
- AHB/CB Cascais;
- AHB/CB Seixal;
- AHB/CB Almada;
- AHB/CB Palmela

Avaliar periodicamente o presente memorando;

O prazo de vigência é de um ano, renovável a contar da data da sua assinatura.

Este documento, embora aqui explicitado de forma sucinta, visa dar corpo a um novo entendimento entre as três entidades, visando a melhoria do serviço a prestar aos doentes urgentes e emergentes.



2.3.8. QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO NACIONAL

FUNDO SOCIAL EUROPEU

PROGRAMA OPERACIONAL POTENCIAL HUMANO (POPH)

PEDIDO DE FINANCIAMENTO 037516/2010

Conforme foi transmitido pelo Conselho Executivo ao Conselho Nacional de 18 de Dezembro, em Pombal, a Liga dos Bombeiros Portugueses foi intimada pela Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP no final de Novembro de 2018, para proceder à devolução de verbas, no valor de 580275,74 €, recebidas ao abrigo do POPH e relativas à formação de dirigentes e bombeiros levadas a efeito, em 2010, e realizadas pela empresa Tecnoforma.

Estas ações de formação, foram verificadas pelo POPH, em sede da LBP e consideradas as contas corretas no decurso do processo.

Porém, à posteriori foram inspecionados os Dossiers Técnico Pedagógicos (DTP), pelos técnicos do POPH e requisitados posteriormente os referidos DTP à Tecnoforma, por estes não terem sido enviados à LBP.

Pese embora estes dossiers terem sido enviados pela Tecnoforma, os técnicos do POPH consideraram insuficientes os elementos nele contidos e fizeram, por amostragem, pedidos diretos de esclarecimento adicional a várias Associações que constavam no processo.

Numa segunda oportunidade a LBP solicitou aos Dr. Duarte Caldeira e Paulo Hortênsio esclarecimentos sobre estas matérias, já que na altura da referida formação eram estes os responsáveis por ela, e igualmente exigir à Tecnoforma parecer devidamente fundamentado, para o efeito.

Foram promovidas reuniões, em sede de POPH, em que esteve presente o Gabinete Jurídico da LBP, bem como o Dr. Duarte Caldeira e enviado o parecer emitido pela Tecnoforma.

Posteriormente, apresentámos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa, uma contestação sobre a matéria que aguarda decisão judicial.



Realce-se que este programa de formação não é da responsabilidade dos atuais órgãos sociais da LBP, mas como foi a LBP a entidade promotora da formação é a esta que cabe a responsabilidade pela devolução da verba.

A Tecnoforma, como é do conhecimento público encontra-se num processo de insolvência, pelo que se torna muito difícil, senão mesmo impossível, recuperar o valor da devolução pela não execução da formação que a tal estavam obrigados.

Esta é, lamentavelmente, uma pesada herança que foi deixada à LBP e à qual não poderemos deixar de responder.

2.3.9. CONTABILIFÉNIX

Continuamos a apostar numa ligação estreita com esta empresa especializada em cujo capital social tem a participação de 50% da LBP e os outros 50% cabem por inteiro ao Dr. António Mesquita e sócio gerente da referida empresa.

A atividade da Contabilifénix está espelhada no relatório em anexo.

Neste mandato o nosso gerente é o Dr. Rama da Silva, enquanto responsável financeiro da Confederação.

2.4. INICIATIVAS ESPECÍFICAS

2.4.1. TOMADA DE POSSE DOS NOVOS ÓRGÃOS SOCIAIS

A tomada de posse dos novos Órgãos Sociais da Liga dos Bombeiros Portugueses, eleitos no 43.º Congresso Nacional, realizado em Fafe, nos dias 27 a 29 de outubro de 2017, e que foram sufragados com 84,7% dos votos, teve lugar no dia 13 de janeiro, no quartel sede da AHB de Pombal.

Na tomada de posse estiveram presentes várias individualidades, ligadas aos Bombeiros, nomeadamente o Padre Vítor Melícias, enquanto Presidente Honorário da LBP, bem como



Presidentes de Federações, Presidentes de Câmara Municipal e Vereadores, Dirigentes de Associações Humanitárias e Comandantes de Corpos de Bombeiros.

Na mesa de Honra, presidida por sua Excelência, o Ministro da Administração Interna, Dr. Eduardo Cabrita, estiveram também presentes várias individualidades, nomeadamente o Presidente da Câmara Municipal de Pombal, o Presidente da Federação de Bombeiros do Distrito de Braga, o Presidente do Conselho Fiscal da LBP, o Presidente do Conselho Jurisdicional da LBP e naturalmente o Presidente da Mesa do Congresso da LBP cessante e o Presidente da Liga dos Bombeiros Portugueses cessante e o que seria posteriormente empossado como Presidente da Mesa do Congresso e o mesmo aconteceu com o Presidente da LBP.

A cerimónia foi iniciada com a declaração individual do juramento de tomada de posse e finalizou-se com as intervenções formais, quer do Presidente da Mesa do Congresso, quer do Presidente da LBP.

Encerra a sessão com a intervenção de sua Excelência, o Ministro da Administração Interna, Dr. Eduardo Cabrita.

Esta tomada de posse inicia um mandato de 4 anos, de acordo com os Estatutos, aprovados no Congresso Extraordinário da Figueira da Foz, de 28 de janeiro de 2017, e é, naturalmente um marco histórico da nova caminhada dos Bombeiros Portugueses.

Caminhada essa, que fica também marcada, porque pela primeira vez, na vida dos Bombeiros Portugueses, uma proposta de Lei aprovada em Conselho de Ministros de 25 de outubro de 2018, levou a uma tomada de posição pública, com a presença de cerca de 3500 bombeiros no Terreiro do Paço, em Lisboa.

2.4.2. CONSELHOS NACIONAIS (CN)

O Conselho Nacional reuniu em duas sessões ordinárias e quatro extraordinárias nas datas e locais abaixo mencionadas:

- 10 de fevereiro de 2018, Sessão Extraordinária, realizada em Palmela;
- 14 de abril de 2018, Sessão Extraordinária, realizado na Batalha;



- 10 de novembro de 2018, Sessão Ordinária, realizada em Bragança;
- 08 de dezembro de 2018, Sessão Extraordinária, realizada em Santarém;
- 18 de dezembro de 2018, Sessão Ordinária, realizada em Pombal;
- 29 de dezembro de 2018, Sessão Extraordinária, realizada em Pombal.

2.4.3. CONSELHOS NACIONAIS OPERACIONAIS (CNO)

O Conselho Nacional Operacional teve em 2018 uma participação determinante na mobilização massiva de Bombeiros que culminou na grande concentração de 24 de novembro na Praça do Comércio, bem como no inestimável apoio prestado à LBP na sua organização.

Destacamos com especial enfoque o empenho de todos os Srs. Conselheiros que numa postura de grande rigor, trabalho e objetividade puseram um curso a maior mobilização alguma vez assistida nos Bombeiros Portugueses na defesa das justas reivindicações que ao longo dos tempos a LBP tem vindo a assumir.

Só a grande competência técnica e operacional demonstrada possibilitaram os resultados obtidos.

Também importa realçar o empenho de todos os conselheiros na concretização de uma medida reivindicativa nunca antes utilizada e que demonstrou de forma inequívoca a grande capacidade de organização e resposta operacional fora do âmbito do reporte operacional às estruturas da ANPC.

O CNO produziu um importante trabalho de análise e propostas de melhoria ao SGO, Sistema de Gestão de Operações nomeadamente na reunião de 13 de abril realizada na Batalha. Nessa mesma reunião foram lançadas as bases que permitiram numa ação concertada com a Escola Nacional de Bombeiros, a Siresp SA e as Federações Distritais, instalar a aplicação SIRESP GL em todos os corpos de bombeiros que assim o desejaram bem como a formação de operadores de telecomunicações.

A 28 de Dezembro o Sr. Presidente da LBP fez questão de reunir com os Conselheiros Operacionais, e de viva voz lhes dar a conhecer todos os desenvolvimentos ao tempo encetados junto do governo para a concretização das justas reivindicações dos Bombeiros.



De realçar por fim que o trabalho anteriormente produzido possibilitou ao Conselho Executivo analisar debater e aprovar no seu seio a versão final do regulamento do CNO a ser presente para homologação em Conselho Nacional. A decisão de incluir conselheiros substitutos para representar nas faltas e impedimentos o titular revelou-se de primordial importância para que as reuniões fossem cada vez mais participadas

Aproveitando a oportunidade agradecemos a todos os Conselheiros Nacionais Operacionais todo o trabalho realizado.

2.4.4. CONSELHO DAS FEDERAÇÕES

Iniciaram em 2016 as reuniões consultivas com os Senhores Presidentes de Federação, e em boa hora, foi levada à prática, pois foi com base nesta experiência que teve lugar na revisão estatutária a criação do Conselho das Federações, conforme ficou estabelecido estatutariamente.

Temos vindo, desde então, a marcar com uma certa persistência estas reuniões consultivas com os Presidentes de Federação, no sentido de auscultar as suas opiniões e tomar decisões coletivas, que certamente darão frutos, e continuarão a produzir resultados positivos, para os Bombeiros Portugueses.

Estamos certos que uma maior participação e a vontade de muitos tornarão mais fácil a vida de todos.

Durante 2018 e ao abrigo dos novos estatutos que institui o Conselho das Federações, o Conselho Executivo da LBP reuniu com os representantes das Federações de Bombeiros nas datas e locais abaixo indicados com as respetivas ordens de trabalhos:

- **28 de fevereiro de 2018, pelas 20h nas instalações da Federação de Bombeiros do Distrito de Coimbra**, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto 1 - Análise das propostas do Governo;

Ponto 2 - Outros Assuntos;



- **02 de maio de 2018, pelas 20h30 nas instalações da AHB das Caldas da Rainha**, com a seguinte Ordem de Trabalhos:
 - Ponto 1 - Local e dia para a realização das comemorações do Dia do Bombeiros Português;
 - Ponto 2 - Homenagem do Governo aos Bombeiros Portugueses, sugerida para o dia 12 de maio de 2018, em Lisboa;
 - Ponto 3 - Acordo Coletivo de Trabalho;
 - Ponto 4 - Equipas de Intervenção Permanente;
 - Ponto 5 - Informações correntes;
 - Ponto 6 - Outros assuntos.

- **14 de setembro de 2018, pelas 20h30, nas instalações da Federação de Bombeiros do Distrito de Coimbra**, com a seguinte Ordem de Trabalhos:
 - Ponto 1 - Análise sobre a atual situação dos Bombeiros Portugueses;
 - Ponto 2 - Apreciação de diplomas
 - Ponto 3 - Proposta de Decreto-lei de alteração ao DL n.º 247/2007, alterado pelo DL n.º 248/2012 e à Lei 94/2015;
 - Ponto 4 - Proposta de Lei de alteração à Lei 65/2007, de 12 de Novembro;
 - Ponto 5 - Proposta de alteração à Lei de Bases da Saúde. Análise e eventuais propostas.
 - Ponto 6 - Dívidas dos Hospitais às Associações Humanitárias de Bombeiros;
 - Ponto 7 - Dívidas da ANPC às Associações Humanitárias de Bombeiros, relativas ao DECIF/2017;
 - Ponto 8 - Programa de Vigilância Médica dos Bombeiros;
 - Ponto 9 - Outros assuntos.



- **19 de novembro de 2018, pelas 20h30, nas instalações da AHB de Caldas da Rainha**, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto Único – Preparação do Encontro/Concentração de Bombeiros, no Terreiro do Paço, em Lisboa, no dia 24 de novembro, pelas 12h00.

- **30 de novembro de 2018, pelas 20h30, nas instalações da AHB de Pombal**, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto 1 - Análise ao Encontro/Concentração Nacional de Bombeiros no dia 24/11/2018;

Ponto 2 - Preparação da Reunião Nacional a realizar no CNEMA, em Santarém, no dia 08 de dezembro de 2018, conforme deliberação do Conselho Nacional de 10 de novembro de 2018;

Ponto 3 - Marcação do Conselho Nacional Extraordinário.

2.4.5. DIA DO BOMBEIRO PORTUGUÊS

Desta vez, foi em Portel que os Bombeiros quiseram levar a efeito a sua concentração para mais um virar de página, na já longa e gloriosa tradição dos Bombeiros de Portugal.

Este ano de 2018, ficará na memória de todos como uma importante resposta coletiva face aos momentos vividos, em torno deste importante dia.

Os Bombeiros estiveram em força, com centenas de estandartes das Associações Humanitárias onde foram desfraldadas ao vento esses importantes símbolos do querer, da vontade, da força e da determinação de quem tem orgulho de pertencer a esta importante família.



2.4.6. PRÉMIO BOMBEIRO DE MÉRITO

Existe já um longo historial na entrega destes prémios, ou seja, desde o ano de 2000 que são entregues os prémios Bombeiro de Mérito e respetivas Menções Honrosas.

Este importante prémio destina-se a galardoar, em cada ano que passa as mulheres e homens, que são Bombeiros de excelência e que se destacam pelos atos valorosos que praticam, ou também os dirigentes e entidades públicas ou privadas que se evidenciam pelos apoios concedidos aos Bombeiros, ou às Associações, enquanto entidades detentoras de Corpos de Bombeiros.

As propostas têm sido avaliadas, no seio de uma comissão, de acordo com o Regulamento do Prémio e posteriormente submetidas à apreciação de um júri, presidido pelo Presidente da Liga dos Bombeiros Portugueses, e do qual fazem parte três personalidades de reconhecido mérito e o representante do mecenas que o patrocina, o Montepio Geral.

No ano de 2017, a entrega do prémio decorreu em Portel, na cerimónia comemorativa do Dia do Bombeiro Português.

PRÉMIO BOMBEIRO DE MÉRITO – ATRIBUÍDO EM EX-AEQUO A GONÇALO FERNANDO CORREIA CONCEIÇÃO, BOMBEIRO DE 3.ª (A TÍTULO PÓSTUMO), FERNANDO SEBASTIÃO GOMES TOMÉ, CHEFE, RUI MIGUEL MEDEIROS ANTUNES ROSINHA, SUB-CHEFE, FERNANDO PAULO ALMEIDA TOMÉ, BOMBEIRO DE 3.ª E FILIPA ANTUNES RODRIGUES, BOMBEIRO DE 3.ª, DA CB DA AHB DE CASTANHEIRA DE PÊRA E A SÉRGIO PAULO HENRIQUES LOURENÇO, ADJUNTO DE COMANDO DO CB DA AHB DE PEDROGÃO GRANDE.

São estes os Bombeiros de Mérito de 2017, mas através deles homenageiam-se todos os Bombeiros Portugueses que de uma forma ou de outra se entregaram de alma e coração, por vezes com risco da própria vida, no socorro da vida do outro homem seu irmão. Ao Gonçalo que perdeu a vida nesse combate desigual, e a todos os Bombeiros que até hoje perderam a vida neste combate desigual do Homem contra a natureza, queremos prestar homenagem.

**MENÇÃO HONROSA – Categoria Câmara Municipal - CÂMARA MUNICIPAL DE OLEIROS**

A Câmara Municipal de Oleiros é merecedora deste galardão pelo apoio diferenciado à AHB Oleiros e ao seu Corpo de Bombeiros, com a disponibilização de meios, financiamento e formação, e criando as condições para um funcionamento ajustado à segurança de pessoas e bens ao nível do concelho.

MENÇÃO HONROSA – Categoria Dirigente Associativo - RICARDO DANIEL PINTO SOARES VIEIRA, PRESIDENTE DA DIREÇÃO DA ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE VILA MEÃ.

O atual Presidente da Direção tem efetivamente desenvolvido um papel fundamental na recuperação económico-financeira da Associação, pois num espaço temporal de sete anos conseguiu eliminar um passivo de cerca de um milhão e duzentos mil euros e adquirir viaturas ambulâncias para serviço da comunidade.

MENÇÃO HONROSA – Categoria Personalidade Empresarial ou Empresa – CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO

A Caixa cedeu a título gratuito todo o mobiliário para o novo edifício sede da LBP, sito no Paço do Lumiar, em Lisboa. Sabe-se da Ação que a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo tem dado de apoio financeiro às AHB para a compra de ambulâncias, mas neste caso concreto o apoio à LBP traduziu-se na cedência de móveis no valor de milhares de euros que apraz registar, e por isso é merecedora da atribuição desta menção honrosa.

2.4.7. JUEBOMBEIRO

A Juebombeiro é uma estrutura criada no seio da Liga dos Bombeiros Portugueses, para congregar os jovens com idades compreendidas entre os 18 e os 35 anos, integrados nos quadros de pessoal, dos corpos de bombeiros voluntários ou mistos de todo o país.

Tem por Missão a mobilização dos jovens inseridos em corpos de bombeiros de modo a sensibilizá-los e motivá-los para os valores subjacentes ao associativismo e ao voluntariado nos bombeiros,



implicando-os na realização de ações concretas de solidariedade e convívio, a fim de que assumam responsabilidades e desenvolvam o espírito de iniciativa no âmbito da instituição de que fazem parte integrante, garantindo assim, a sua continuidade.

É composta pela Comissão Coordenadora Nacional (CCN), pelos Delegados Distritais/Regionais e dirigida por um Presidente coadjuvado por um Vice-Presidente e um Secretário.

A Comissão Coordenadora Nacional da Juvebombeiro tem como objetivo promover, coordenar e dar parecer sobre a atividade nacional ou distrital no âmbito da Juvebombeiro, aprovar o Relatório Anual de Atividades e dinamizar as Comissões Distritais e reunir ordinariamente ao longo do ano. Regulando-se por um Regulamento próprio, este foi aprovado no Conselho Nacional, realizado no dia 13 de dezembro de 2014, em Felgueiras.

Com a implementação da regulação da estrutura da Juvebombeiro a sua aplicação e adequação à organização dos Corpos de Bombeiros tem estado presente.

Na resolução de dificuldades, o Conselho Executivo prontificou-se a compartilhar as deslocações dos Delegados Distritais, de forma a garantir as suas presenças bem como minorar as despesas que as deslocações acarretam a algumas Associações.

Os núcleos dos Corpos de Bombeiros voltaram a ganhar dinâmica, adequando a sua estrutura aos regulamentos aprovados e mantendo-se a Juvebombeiro como uma estrutura orientadora e organizada dentro dos Corpos de Bombeiros incentivando os jovens à causa do voluntariado. A Comissão Coordenadora Nacional deu apoio e assessoria a vários processos eleitorais nos Núcleos dos C.B. e Comissões Distritais, bem como à criação de novos núcleos.

Realizaram-se eleições nos seguintes distritos:

- 22 de setembro de 2018 - CCDJ Bragança;
- 29 de setembro de 2018 - CCDJ Aveiro;
- 17 de novembro de 2018 – CCDJ Castelo Branco, CCDJ Coimbra e CCDJ Guarda.

Realizaram-se três reuniões da Comissão Nacional da Juvebombeiro.

- 20 de janeiro de 2018 – Antiga Sede da LBP;
- 07 de julho de 2018 – CB Ourém;
- 15 de dezembro de 2018 – CB Aljustrel;



O ano de 2018 foi marcado pelo fim do mandato do Presidente da CCNJ, pelo que foi necessário proceder à eleição para o cargo, o que efetivar-se-á em 2019.

No período registou-se uma diminuição do número de adesões à Juvebombeiro, comparativamente com ano anterior.

O total de inscritos é de **3515** conforme quadro abaixo inserido:

Distrito	Aderentes			Total de Inscritos por distrito
	2018	2017	2016	
Aveiro	32	3		309
Beja	16	25	3	171
Braga				193
Bragança	28	11		270
C. Branco	4		3	148
Coimbra	17	9	19	149
Évora				93
Faro	16			107
Guarda	1		45	264
Leiria		26		171
Lisboa		29	13	526
Portalegre				68
Porto		26	44	338
Santarém	1			87
Setúbal			14	139
V. Castelo				64
Vila Real	2	5		200
Viseu	21	20	58	218
Açores				
Madeira				
TOTAL	138	154	199	3515



2.4.8. CONCURSOS DE MANOBRAS PARA BOMBEIROS E CADETES

Sob a responsabilidade do Conselho Executivo da Liga dos Bombeiros Portugueses e através da sua Comissão Nacional de Manobras e Desporto para Bombeiros, tiveram lugar os **37.º** Concursos Nacionais de Manobras para Bombeiros e o **36.º** Concursos Nacionais de Manobras para Cadetes, realizados nos dias 02 e 03 de junho, em Braga.

A Direção dos Concursos, esteve a cargo do Cmdt Luís Almeida e Lopes, coadjuvado pelo e Cmdt. José Requeijo, Cmdt Sebastião Fernandes e Cmdt. Adelino Gomes, sendo atribuída aos elementos que integraram o júri Nacional, a responsabilidade de zelarem pelo cumprimento e legalidade da execução da manobra.

A Comissão Nacional de Manobras e Desporto para Bombeiros, da Liga dos Bombeiros Portugueses, pugna pela continuidade da realização dos Concursos Nacionais de Manobras, evento que promove o são convívio desportivo e laços de camaradagem entre Bombeiros, qualquer que seja a sua natureza, Profissionais ou Voluntários.

Alguns dos **18 Corpos de Bombeiros, inscritos, (Anexo A)**, participaram em mais de uma categoria, perfazendo assim um total de **29 equipas participantes**, representativas do Continente e da Região Autónoma dos Açores.

As provas dos Concursos realizaram-se no dia 03, nas quais foram obtidas as **classificações** constantes no **(Anexo B)**.



Equipas Concorrentes (02 e 03 de Junho de 2018)

Distritos	AHB / CB	Q.	Profissionais		Voluntários			Cadetes			Total
			A	B	A	B	F	M	F	Mista	
Faro	Aljezur	1						1	1		2
Porto	BSB Porto	1	1	1							2
Leiria	Caldas da Rainha	1								1	1
Lisboa	Campo de Ourique	1								1	1
Lisboa	Caneças	1								1	1
Braga	Fafe	1								1	1
Santarém	Fátima	1			1						1
Lisboa	Loures	1								1	1
Porto	Marco de Canaveses	1			1	1					2
Évora	Montemor o Novo	1			1						1
Viseu	Oliveira de Frades	1								1	1
Santarém	Ourém	1			1	1	1				3
Porto	Paço de Sousa	1			1	1					2
Aveiro	Pampilhosa	1								1	1
Porto	Rebordosa	1			1		1	1	1		4
Açores	Ribeira Grande	1			1			1			2
Lisboa	Lisboa RSB	1	1	1							2
Porto	Vila das Aves	1						1			1
TOTAIS		18	2	2	7	3	2	4	2	7	29

(Anexo A)

Resultados das Provas » Seniores (02 e 03 de Junho de 2018)

Tipo Equipa	Classe	Mas/Fem/Misto	Associação/CB's	Resul.	Classificação
Voluntários	A	Masculino	Ourém, AHBV	401	1.º
Voluntários	A	Masculino	Rebordosa, AHBV	389	2.º
Voluntários	A	Masculino	Ribeira Grande, AHBV	387	3.º
Voluntários	A	Masculino	Paço de Sousa, AHBV	368	4.º
Voluntários	A	Masculino	Fátima, AHBV	360	5.º
Voluntários	A	Masculino	Montemor o Novo, AHBV	357	6.º
Voluntários	A	Masculino	Marco de Canaveses, AHBV	350	7.º
Voluntários	A	Feminino	Ourém, AHBV	364	1.º
Voluntários	A	Feminino	Rebordosa, AHBV	344	2.º
Voluntários	B	Masculino	Marco de Canaveses, AHBV	396	1.º
Voluntários	B	Masculino	Paço de Sousa, AHBV	385	2.º
Voluntários	B	Masculino	Ourém, AHBV	362	3.º
Profissionais	A	Masculino	Lisboa, Sapadores	377	1.º
Profissionais	A	Masculino	Porto, Sapadores	362	2.º
Profissionais	B	Masculino	Porto, Sapadores	410	1.º
Profissionais	B	Masculino	Lisboa, Sapadores	395	2.º

(Anexo B)



Resultados das Provas » Cadetes (02 e 03 de Junho de 2018)

Tipo Equipa	Mas/Fem/Misto	Associação/CB's	Resultado	Classificação
Cadetes	Masculino	Rebordosa, AHBV	1000	1.º
Cadetes	Masculino	Ribeira Grande, AHBV	995	2.º
Cadetes	Misto	Fafe, AHBV	977	3.º
Cadetes	Misto	Pampilhosa, AHBV	962	4.º
Cadetes	Misto	Caldas da Rainha, AHBV	927	5.º
Cadetes	Misto	Campo de Ourique, AHBV	924	6.º
Cadetes	Misto	Caneças, AHBV	903	7.º
Cadetes	Misto	Loures, AHBV	894	8.º
Cadetes	Misto	Oliveira de Frades, AHBV	882	9.º
Cadetes	Masculino	Aljezur, AHBV	872	10.º
Cadetes	Masculino	Vila das Aves, AHBV	815	11.º
Cadetes	Feminino	Rebordosa, AHBV	1000	1.º
Cadetes	Feminino	Aljezur, AHBV	860	2.º

(Anexo B)

COMPOSIÇÃO DO JÚRI NACIONAL EM 2018

DIRECTOR DOS CONCURSOS	Cmdt Luís Manuel da Silva Almeida e Lopes
LBP - RESPONSÁVEL ESTÁDIO	Cmdt. José Alberto Lopes Requeijo
LBP - RESPONSÁVEL JÚRIS/OUTROS	Cmdt. José Sebastião Fernandes Cmdt. Adelino Lourenço Gomes
SECÇÃO DE VERIFICAÇÃO	Cmdt. António Joaquim Freitas Cmdt Luís Manuel Martins Recto
SECÇÃO DE CÁLCULO	Cmdt. Aníbal Reis Luís
SÉNIORES MONTAGEM	António Gil Santos (Chefe Principal) Cmdt. Manuel Henrique Leal dos Santos Cmdt. António José Costa Pereira José Augusto Antunes (Chefe 1.º) José Maria Soares Pinto (Chefe 1.º) Antero Teixeira Leite (Chefe 2.º) Cmdt. António José Amaral
CADETES MONTAGEM	Paulo Sérgio Lourenço Valadas (Chefe) José Manuel Jesus Laranjeira (Subchefe) Maria Celeste Vieira Veloso (Subchefe) Soraia Filipa Rocha Domingues (Bomb. 3.º) Maria de Fátima Vieira Veloso (Bomb. 3.º) Maria Filomena Sousa (Bomb. 3.º)

**CADETES ESTAFETA****José António Rocha Morais Duarte (Chefe 1.ª)**

António Manuel de Lima (Adj. Comando)

Lourenço Louro Domingues (Chefe)

Nuno Filipe Sousa Marques (Subchefe)

José Fernando Barrela Caria (Bomb. 3.ª)

Luís Filipe dos Santos Ventura (Bomb. 1.ª)

Ernesto Martins Santos Marques (Bomb. 3.ª)

Fábio Alexandre Salvador Caria (Bomb. 2.ª)

Marco Jorge da Silva Domingos (Bomb. 2.ª)

Rui Paulo Silva Cavaleiro (Bomb. 2.ª)

José Manuel Alves Faria Matos (Chefe)

ESTAGIÁRIOS:

Cláudia Liliana Sousa Pereira

José Manuel Viana

(Anexo E)

2.5. IMAGEM INSTITUCIONAL

2.5.1. JORNAL BOMBEIROS DE PORTUGAL

No decurso de 2018 o jornal “Bombeiros de Portugal” deu continuidade ao cumprimento do programa de reportagens em associações e corpos de bombeiros, enfatizando o espírito de proximidade com as associadas da LBP e seus bombeiros, tendo estado presente mais uma vez em todos os distritos.

Nesse processo programado, o jornal deslocou-se a mais de duas dezenas de associações e corpos de bombeiros bem como a outros tantos eventos específicos, nomeadamente, inaugurações e aniversários, num total de mais de 10 mil quilómetros percorridos nessa missão.

O jornal deu cumprimento a todas as edições mensais, quer em papel, quer em versão PDF inserta no sítio “Bombeiros de Portugal”. As 12 edições em papel incluíram 380 páginas de notícias várias.

Nessas edições, entre outros, deu-se particular ênfase a todos os eventos e acontecimentos principais do universo dos Bombeiros Portugueses ocorridos em 2018, incluindo o destaque para os Concursos Nacionais de Manobras, o Dia do Bombeiro Português e a Manifestação Nacional de 24 de novembro em Lisboa.



Já no final do ano o jornal iniciou um processo de entrevistas a todos os presidentes das federações no sentido de caracterizar e auscultar o universo próprio de cada distrito e das suas associações e corpos de bombeiros.

2.5.2. UNIÃO DOS BOMBEIROS DE PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (UBPLP)

Como tem sido referido nos relatórios anteriores, em 2014 a Liga dos Bombeiros Portugueses convocou para Lisboa a reunião magna desta organização, e na altura ficou decidido que em 2016 haveria uma reunião para troca de experiências, mas por dificuldades diversas não se chegou a realizar.

Durante o ano de 2018, voltámos a insistir na sua realização, mas não foi possível agendar essa reunião.

Como já foi referido, em anteriores relatórios, em 2014 foram eleitos os Órgãos Sociais desta União e cabe a Timor Leste a Presidência, pelo que as convocatórias para as reuniões são da sua responsabilidade. Voltaremos a insistir nesta temática, junto dos países da UBPLP.

Sabe-se que houve uma reunião em Timor Leste, onde esteve presente a ANPC, mas a LBP não teve conhecimento da mesma, porque foi no âmbito da CPLP.

2.5.3. CTIF

Esta organização internacional é manifestamente a maior agremiação à escala mundial sobre a matéria, e pese embora tenha a mesma sigla, desde a sua fundação CTIF, que era o acrónimo do Comité Technique International du Feu ou Comité Technique de Prevenciuo e d'Extincion du Feu, denomina-se hoje Internacional Association of Fire and Rescue Service.

Nele a LBP está há muito filiada e mantêm membros seus, como representantes, em vários grupos de trabalho, com reuniões periódicas e nas quais temos participado ativamente.

Essas comissões e grupos de trabalho são: Saúde, Fogos Florestais, Matérias Perigosas, Juventude, Prevenção de Incêndios, Extinção de Incêndios e Socorro em Aeroportos.

Foi proposto recentemente a nomeação de novos representantes da LBP, para as várias Comissões.



2.5.3.1. COMISSÃO PARA DESENCARCERAMENTO E NOVAS TECNOLOGIAS

Em 2018, foi nomeado o Eng.º António Calinas para representar a LBP, na reunião que ocorreu no Luxemburgo, entre os dias 24 e 28 de abril, dado os seus conhecimentos técnicos na matéria.

2.5.3.2. COMISSÃO INTERNACIONAL DA JUVENTUDE

Em 2018, foi nomeada a Dra. Susana Spitzer para representar a LBP, dado os seus conhecimentos técnicos na matéria.

2.5.4. ASELF

A LBP mantém com esta congénere espanhola um relacionamento muito próximo. Esta estrutura convida-nos a estarmos presentes nos eventos nacionais que organiza, e a LBP como forma de agradecimento e retribuição endereça sempre convite para estarem presentes nos nossos Congressos Ordinários, ou em reuniões específicas.¹

2.6. RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

2.6.1. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

No ano de 2018, o Presidente da Liga dos Bombeiros Portugueses foi recebido em audiência por Sua Excelência, o Presidente da República, Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa, no Palácio de Belém.

Convidámos Sua Excelência o Presidente da República para a inauguração da nova sede da LBP, que aceitou, em data a combinar.



2.6.2. ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Em 2018, a Assembleia da República criou o Observatório Independente para os Fogos Florestais, e este, por sua vez, convidar a LBP a estar presente em três reuniões distintas.

Numa primeira reunião para auscultar a opinião da LBP quanto aos incêndios florestais de 2018, nomeadamente o incêndio de Monchique, e uma segunda para que nos pronunciássemos sobre a organização da Proteção Civil, em Portugal, para apreciação do Relatório sobre os incêndios florestais de 2018, que decorreu na sala do Senado, em conjunto com outras entidades, onde foi amplamente analisado o referido relatório.

Nas primeiras reuniões com o Observatório, fizemos entrega de ampla documentação sobre a problemática dos incêndios, mas também sobre a reforma do sistema de Proteção Civil, assente na problemática há muito discutida pelas estruturas dos Bombeiros e coordenada pela Confederação.

O Presidente da LBP fez eco das nossas propostas e os vários membros do Observatório fizeram perguntas sobre o que ali deixámos para reflexão.

Enviámos a todos os Grupos Parlamentares o nosso Caderno Reivindicativo, tendo por base as premissas discutidas no seio das nossas estruturas, nomeadamente as mais recentes propostas de benefícios fiscais englobadas no Cartão Social do Bombeiro, bem como propostas a serem consideradas em sede de discussão do Orçamento de Estado, com particular referência à verba mínima de 28 milhões de euros no Orçamento de Estado para 2019, destinada ao financiamento das Associações.

Como é do conhecimento de todos, a verba aprovada para o Orçamento de Referência é de cerca de 27 milhões de euros.



2.6.3. GOVERNO DE PORTUGAL

2.6.3.1. MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

O ano de 2018, foi manifestamente o ano que mais reuniões houve entre o Ministério da administração Interna e a Liga dos Bombeiros Portugueses, quer com o Senhor Ministro da Administração Interna, Dr. Eduardo Cabrita, quer com o Senhor Secretário de Estado da Proteção Civil, Eng.º José Artur Neves, fruto das situações anteriormente citadas decorrentes das propostas de Lei, aprovadas no Conselho de Ministros, de 25 de Outubro, quer pela criação de Grupos de Trabalho para a criação das Equipas de Intervenção Permanente, quer ainda por várias matérias decorrentes de normas legais, como as propostas para o Orçamento de Estado, ou as da revisão da Lei de Financiamento das Associações.

Foram criados, por proposta da LBP, vários grupos de trabalho, a saber:

- **Equipas de Intervenção Permanente**

Neste grupo de trabalho, em que estiveram presentes para além do Presidente da LBP, Cmdt Jaime Marta Soares, os Vice-Presidentes Rodeia Machado e José Morais, procedeu-se à análise cuidada das AHB com necessidade de instalação de EIP, tendo por base o enquadramento de risco florestal e o levantamento, feito pelo ICNF para o território Continental.

Numa primeira fase cresceram 79 equipas e posteriormente mais 41, o que perfaz 120 equipas, criadas em 2018, sendo que as últimas só foram instaladas em 2019.

Se analisarmos com rigor o que estava previsto para 2018 era a instalação de 40 EIP, no entanto conseguiram-se 120, ou seja, o triplo do inicialmente previsto.

Se quisermos ser mais precisos, nos últimos 17 anos instalaram-se 166 EIP, espalhadas um pouco por todo o território. Só em 2018, foram conseguidas 120 equipas e no início de 2019, estão previstas mais 40, ou seja, no total em cerca de um ano crescem 160 EIP, tantas quantas as que anteriormente foram criadas em 17 anos.

São oitocentos bombeiros, que de forma profissional ficam ao serviço das Associações, isto é, são homens e mulheres que vão estar em prontidão para apoiar as nossas populações.

Este grupo de trabalho vai ainda rever toda a problemática dos protocolos e da massa salarial destes Bombeiros.

É um marco importante na vida dos Bombeiros dos Corpos de Bombeiros e das nossas Associações.



- **Cartão Social do Bombeiro**

Por proposta da LBP, foi criado um grupo de trabalho, com representantes da Secretaria de Estado da Proteção Civil, da ANPC e da LBP, para a elaboração de uma proposta de Cartão Social do Bombeiro, tendo como base de partida as propostas da LBP, aprovadas no Congresso de Fafe, e que vinculam a nossa posição sobre estas matérias.

Foi elaborado um documento com todas as propostas da LBP e um conjunto de propostas a serem adotadas em discussão conjunta com a Associação Nacional de Municípios Portugueses, no sentido da criação de normas que poderiam posteriormente figurar em cada Município, respeitando escrupulosamente a autonomia do poder local.

Estas propostas nunca tiveram acolhimento pela ANMP, por considerar que ficaria em causa essa mesma autonomia.

- **Benefícios Fiscais**

Este grupo de trabalho foi criado tendo por base o que ficou aprovado no Orçamento de Estado para 2019, mas sufragado na Assembleia da República em 2018, daí que se dê aqui a devida nota desse grupo de trabalho e se transcreve o documento proposto pela LBP.

Composição do grupo de trabalho:

- Representante do Ministério das Finanças;
- Representante da Autoridade Tributária;
- Representante da Secretaria de Estado da Proteção Civil;
- Representante da Direção Nacional de Bombeiros;
- Representante da Liga dos Bombeiros Portugueses.

O PAPEL DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS EM PORTUGAL

Convirá, antes de mais, e de forma necessariamente sucinta, caracterizar o papel dos Bombeiros Voluntários em Portugal.



Tal permitirá aferir a justeza das propostas que a LBP apresenta em sede de benefícios fiscais e, por outro lado, sublinhar o rigor da atribuição desses benefícios e do universo de cidadãos que será potencialmente beneficiário.

Assim, far-se-á tal caracterização pela resposta a perguntas começando-se com uma pergunta basilar:

O que é uma Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários (AHB)?

De acordo com o artigo 2.º da Lei n.º 32/2017, de 13 de Agosto, que define o Regime Jurídico das AHB, *“As associações humanitárias de bombeiros, adiante abreviadamente designadas por associações, são pessoas coletivas sem fins lucrativos que têm como escopo principal a proteção de pessoas e bens, designadamente o socorro de feridos, doentes ou náufragos, e a extinção de incêndios, detendo e mantendo em atividade, para o efeito, um corpo de bombeiros voluntários ou misto, com observância do definido no regime jurídico dos corpos de bombeiros. Com estrita observância do seu fim não lucrativo e sem prejuízo do seu escopo principal, as associações podem desenvolver outras atividades, individualmente ou em associação, parceria ou por qualquer outra forma societária legalmente prevista, com outras pessoas singulares ou coletivas, desde que permitidas pelos estatutos. A designação de associação humanitária de bombeiros é exclusiva das associações cujo regime jurídico é regulado pela presente lei, não podendo ser adotada por outras entidades, ainda que com fins idênticos, mas não detentoras de corpos de bombeiros.”*

As AHB Voluntários são entidades **sem fins lucrativos**, que são reconhecidas como **pessoas coletivas de utilidade pública administrativa** desde a sua constituição.

São, na sua essência, entidades detentoras de um Corpo de Bombeiros (a par de outras entidades como é o caso das Câmaras Municipais e de algumas empresas privadas num número substancialmente inferior).

Existem em todo o território nacional **435 Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários**, sendo que, 411 estão sedeadas no Continente e as restantes nas Regiões Autónomas da Madeira e Açores.

Acrescente-se que 26 Municípios detêm Corpos de Bombeiros, que conjuntamente com 9 Corpos de Bombeiros Privativos, completam o universo dos Corpos de Bombeiros e Portugal.



Os Bombeiros Municipais são constituídos, regra geral, por funcionários municipais existindo, no entanto, alguns Corpos de Bombeiros que, por serem mistos, detêm no seu seio bombeiros voluntários.

A organização dos Bombeiros tem uma estrutura bicéfala de Direção, ou seja, administrativamente é dirigida por um órgão colegial, que é a Direção da AHB e operacionalmente é dirigida pela estrutura de Comando do Corpo de Bombeiros.

Cada Corpo de Bombeiros (CB) dispõe de um **Quadro de Comando**, composto pelo:

- Comandante;
- 2.º Comandante;
- Um ou mais adjuntos de Comando.

De um **Corpo Ativo**, composto por:

- Oficiais Bombeiros;
- Chefes;
- Subchefes;
- Bombeiros de 3.ª, 2.ª e 1.ª.

De um **Quadro de Reserva**, composto por:

- Bombeiros que não podendo permanecer no quadro ativo, podem manter-se de forma transitória no quadro de reserva. Para fazer parte do quadro ativo, qualquer bombeiro tem que prestar pelo menos 200 horas de serviço no seu Corpo de Bombeiros.

De um **Quadro de Honra**, composto por:

- Todos os Bombeiros, que após determinado período de tempo de serviço com dedicação exemplar e sem cadastro punitivo, podem passar a este quadro, mantendo a inscrição como bombeiro no quadro ativo.



Este voluntariado, o dos Bombeiros, é totalmente diferente, único, original comparativamente com qualquer outro voluntariado, na medida em que o serviço que presta à comunidade é um **serviço de escala**, que tem, quase paradoxalmente, **uma obrigação constante de disponibilidade**.

O Bombeiro, sublinha-se, pode ser escalado para um serviço de **dia e de noite**, ao **fim de semana** e em **dias santos ou feriados**, exigindo dele uma disponibilidade no quartel para estar em **prontidão**, ou manter-se, em períodos especiais “**de chamada**”, uma vez que pode ser chamado a todo o momento, em caso de necessidade.

Não obstante este imenso número de Associações Humanitárias, este número impressionante de Bombeiros existe um sistema de controlo rigoroso e fiável do universo de Bombeiros a quem vai ser aplicado o regime que se vier a estabelecer. É contado, finito e verificável socorrendo-se a Liga do documento produzido pelo MAI:

CONTROLO DOS BENEFÍCIOS

RECENSEAMENTO NACIONAL DOS BOMBEIROS PORTUGUESES (RNBP)

O regime jurídico dos corpos de bombeiros regulado através do Decreto-Lei n.º 247/2007, de 27 de junho, na sua redação atual veio prever no seu artigo 24º a existência do Recenseamento Nacional dos Bombeiros Portugueses (RNBP), de forma a incorporar a informação relevante que respeita ao registo dos bombeiros.

O Decreto-Lei n.º 49/2008, de 14 de março, regula a criação e manutenção do RNBP, definindo os termos de implementação e funcionamento da base de dados de suporte, incluindo as regras de registo e acesso a dados pessoais, bem como as responsabilidades da Autoridade Nacional de Proteção Civil e das entidades detentoras dos corpos de bombeiros, designadamente câmaras municipais, associações humanitárias de bombeiros e entidades ou empresas detentoras de corpos privativos.



O que é o RNBP?

O RNBP é o sistema de informação e gestão do registo dos bombeiros portugueses dos quadros de comando, ativo, de reserva e de honra.

O RNBP é constituído por um suporte aplicacional e uma base de dados central, residentes na ANPC, disponível por acesso, via Internet, das entidades detentoras dos corpos de bombeiros.

A base de dados integra os elementos relativos aos bombeiros, necessários, designadamente para a:

- a) Gestão dos efetivos dos quadros de comando, ativo, de reserva e de honra;*
- b) Gestão da atividade operacional e formativa dos bombeiros;*
- c) Processamento dos reembolsos relativos ao seguro social, segurança social taxas e outros direitos e regalias;*
- d) Verificação da informação relativa ao seguro de acidentes pessoais dos bombeiros;*
- e) Emissão do cartão de identificação do bombeiro;*
- f) Emissão de declarações e certificados previstos na lei, relativos a situação e atividade dos bombeiros.*

Âmbito de aplicação

Em 2009 o RNBP foi implementado nos 18 distritos de Portugal Continental

Entre 2012 e 2016 o RNBP foi, também, disponibilizado aos corpos de bombeiros das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, sendo que neste contexto a responsabilidade pela prestação direta de apoio aos corpos bombeiros destas Regiões Autónomas pertence aos respetivos Serviços Regionais de Proteção Civil e Bombeiros.

Atualmente o RNBP é acedido/utilizado por cerca de .441 corpos de bombeiros do continente, entre associativos, profissionais (sapadores e municipais) e privados.

Na RA Madeira contabilizam-se 10 corpos de bombeiros (associativos e profissionais) e na RA Açores 17 corpos de bombeiros (exclusivamente associativos).

Atualmente existem mais de 65.000 fichas individuais de bombeiros registadas no RNBP onde constam dados pessoais dos bombeiros tais como número do Cartão de Cidadão número de Identificação Fiscal e número da Segurança Social.



Quem são os utilizadores do RNBP?

As várias operações de tratamento de dados, quer sejam de recolha, registo, alteração, consulta e utilização de dados do RNBP são efetuadas pelas entidades detentoras dos corpos de bombeiros, sob a direção e tutela da ANPC, no que exclusivamente se refere aos bombeiros que de cada uma dependem.

Os utilizadores RNBP são os indivíduos que se encontram devidamente autorizados pela Direção da respetiva entidade detentora.

Todos os acessos ao RNBP são personalizados, mediante a atribuição de um código pessoal de acesso.

O tratamento dos dados pessoais que constem do RNBP deverá ser sempre efetuado na estrita observância do estipulado no novo Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD).

Como se faz o recrutamento de Bombeiros Voluntários?

O recrutamento para a função de bombeiro voluntário é feito na denominada “sociedade civil”, de onde são oriundos todos os bombeiros.

A própria criação das próprias Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários emerge da sociedade civil e representa uma forma de associativismo central nas diversas comunidades (muitas vezes respondendo de uma forma alargada a outras necessidades sociais).

Este recrutamento, cuja dificuldade se vem por vezes sentindo, será, naturalmente, tão ou mais atrativo quanto maiores forem os incentivos que o Estado conceda aos voluntários desde logo no denominado Estatuto Social do Bombeiro Voluntários ou no Cartão Social do Bombeiro (propostas reiteradas pela Liga dos Bombeiros Portugueses), cujos benefícios foram elencados e assentes, em sede de Grupo de Trabalho criado no âmbito da Secretaria de Estado da Administração Interna, hoje Secretaria de Estado da Proteção Civil.

Também aqui a LBP não resiste a decalcar a análise do MAI:



VANTAGENS DO MODELO ASSENTE NO VOLUNTARIADO

Desde a antiguidade que o Homem procurou encontrar uma salvaguarda para o problema dos sinistros a que as populações estavam sujeitas, nomeadamente os incêndios ocorridos nas habitações, resultantes na sua maioria da atividade humana. Com vista à resolução desses problemas a organização das sociedades conduziu ao aparecimento de estruturas rudimentares de brigadas de combate a incêndios, que foram evoluindo ao longo dos tempos.

Atualmente, em Portugal, o socorro às populações assenta muito em especial, nos Corpos de Bombeiros (CB) voluntários. Efetivamente, a origem da sua criação explica-se pelas fragilidades dos serviços de incêndio nas diversas localidades do país ou mesmo a sua inexistência, levando à criação de um movimento associativo que se foi propagando, originando o aparecimento das designadas Associações Humanitárias, detentoras dos CB. Este movimento resultou na existência das atuais 435 Associações Humanitárias de Bombeiros detentoras dos CB, que complementam os 26 CB dependentes dos municípios e os 9 CB privados.

Em Portugal continental, os CB voluntários ou mistos dependentes das Associações Humanitárias abrangiam, a 31 de dezembro p.p.:

- 22 194 Bombeiros voluntários,
- 6 812 Bombeiros assalariados,
- Total de 29 006 bombeiros integrados em Associações Humanitárias e 1 866 Bombeiros profissionais, integrados em CB dependentes das autarquias.
- 94% dos bombeiros portugueses são voluntários, representando a grande força de intervenção de que o país necessita.

O país dispõe de cerca de 30 mil bombeiros voluntários, para fazerem face a todo o tipo de emergência, acidentes graves, catástrofes e prestação de socorro, sem que para isso seja necessário a Administração Pública (AP) dispor de verbas fixas para pagamento de remunerações e outros encargos decorrentes de contratos de trabalho em funções públicas espartilhados legalmente com



condicionantes que não se coadunam com as necessidades que se sentem em situações de acidentes graves e catástrofes.

A estrutura dos bombeiros voluntários encontra-se desprendida da formatação "normal" de um cumprimento de horário de trabalho, o que representa uma mais-valia significativa, considerando os tipos de missões em causa.

Sendo certo que com tal afirmação não se está a referir que um bombeiro profissional não ocorra ao Teatro de Operações (TO) sempre que para tal é solicitado. Porém, o Estado tem que suportar todos os encargos que daí advém, em remunerações, em trabalho suplementar e demais obrigações decorrentes de um vínculo de trabalho contratual.

Sublinha-se a este propósito, que para fazer face a 24 h/dia, em sistema de trabalho por turnos, para preencher cada um dos postos de trabalho são necessários cinco homens, considerando turnos de oito horas e tendo em conta a cobertura dos períodos de férias faltas e impedimentos. Tal significa que para ter um grupo de cinco homens em simultâneo, 24h/dia, 365 dias/ano, são necessários 25 homens.

Ora, atendendo a um valor remuneratório médio de 1 000 € por bombeiro profissional, tal representaria mensalmente um encargo de 5 000 € por cada posto de trabalho, sendo que para assegurar uma equipa de cinco homens em permanência, o encargo remuneratório seria de cerca de 25 000 € por mês. Saliente-se que uma equipa de cinco homens apenas poderá responder a uma primeira intervenção de pequena dimensão, o que claramente será insuficiente em situações de ocorrências de acidentes graves e catástrofes.

Ainda assim, não se estão a observar os encargos da AP com o trabalhador/ bombeiro, designadamente os descontos da entidade patronal, os valores de subsídios de turno, de subsídios de alimentação e demais encargos legalmente previstos, que na sua globalidade acrescem em muito o valor de 25 000 € anteriormente referido.

No sistema de voluntariado, um bombeiro voluntário ao invés de um bombeiro profissional, não está sujeito nem espartilhado por um sistema de rendição. O bombeiro voluntário, ainda que procurando-se que seja rendido em períodos que garantam o seu bem-estar físico e psíquico, permanece no TO o tempo necessário até a situação se encontrar controlada ou até receber instruções superiores para ser rendido. Um bombeiro profissional, como anteriormente se referiu,



tem obrigatoriamente que ser substituído no final do seu turno, sendo necessário muitos mais homens para prestar resposta a um grande TO, nomeadamente um devastador incêndio rural.

Assim, com cerca de 30 mil bombeiros os voluntários, Portugal continental encontra-se plenamente apto para fazer face a tais ocorrências, sendo que, ao invés, se fossem bombeiros profissionais, 30 mil homens não seriam suficientes, representando tal facto um custo orçamental incomportável para a AP.

Outro fator muito relevante suporta-se na relação de proximidade dos bombeiros voluntários com as populações, onde em meios pequenos e localidades isoladas, esta ligação é por demais importante. São efetivamente homens conhecedores do terreno onde atuam, conhecedores da "terra" e das pessoas, sendo que, seguramente, tal poderá fazer toda a diferença na hora da prestação do socorro e na ocorrência de catástrofes, cada vez mais complexas e frequentes.

De referir- também que os bombeiros voluntários detêm uma formação que lhes permite responder excelentemente a todas as ocorrências, encontrando-se preparados para intervir em todos os cenários onde sejam necessário o socorro e o apoio as populações, em acidentes graves e catástrofes.

Nesta senda e atendendo ao supra exposto, sendo longa e de louvar a tradição portuguesa do voluntariado nos Bombeiros, esta deverá ser fomentada, através da criação de incentivos que auxiliem de forma determinante os bombeiros voluntários, enquanto representantes da grande força de intervenção de que Portugal continental necessita.

O Regulamento Técnico de Segurança Contra Incêndios para Edifícios e Recintos, que impõe, no seu Artigo 13.º que, relativamente a edifícios e/ou recintos de 3.a e 4. Categoria de Risco, independentemente da utilização-tipo, seja determinado o grau de prontidão (GP) dos meios de socorro, nas ações de resposta a um eventual sinistro. O Grau de Prontidão dos Meios de Socorro (GP) — definido na Nota Técnica n.º 8. publicada pelo Despacho 12037/2013, de 19 de setembro, do Presidente da ANPC, estabelece que os Corpos de Bombeiros devem dispor de meios humanos em quantidade mínima (Força Mínima de Intervenção Operacional — FMIO), em prontidão 24 h / dia. Conjugando o GP com a FMIO, constata-se que cada Corpo de Bombeiros deve dispor, no mínimo, de um Veículo Urbano de Combate a Incêndios (VUCI), com uma tripulação de 5 elementos e de uma Ambulância de Socorro (ABSC), com uma tripulação de 2 elementos disponíveis para intervirem num tempo inferior ou igual a 10 min., em qualquer sinistro ocorrido num dos edifícios antes referidos,



existente na sua área de atuação. Partindo dessa base, de 7 bombeiros disponíveis 24 h/dia, tal implica que serão necessários 7 x 5 (nº de elementos que garante cada posto durante 24 h/dia, 365 dias/ano incluindo folgas, faltas e férias) a 411 Associações Humanitárias de Bombeiros, o que implica um total de 14 385 elementos profissionais. Trabalhando com números arredondados, teremos necessidade de 15 000 bombeiros profissionais, a um custo estimado/homem/ano de 15 000€, o que acarretará um total de 225 000 000,00 €.

Qual a formação dos Bombeiros Voluntários?

Os Bombeiros têm formação adequada de um ano (componente letiva e formação prática).

O estagiário, após este período de formação, passa a bombeiro do quadro ativo e, embora hoje ainda não seja reconhecida como tal, esta é uma atividade com um grau de risco elevado que é mantida essencialmente pro bono, ou seja, é uma atividade de carácter eminentemente voluntária sempre com risco da própria vida.

Não é por acaso, e nunca é demais repeti-lo, que o lema principal dos bombeiros voluntários é

VIDA POR VIDA,

Veja-se, e compreenda-se, que os bombeiros que exerçam profissionalmente a sua atividade enquanto assalariados de uma AHB, **detém a sua condição de voluntário**, ou seja, para além das horas de serviço, podem e **devem dar, dão, a sua ação ao serviço da comunidade como voluntários.**

As Associações e os Corpos de Bombeiros Voluntários substituem-se, e sabe-se que é a mais pura das verdades, ao Estado nessa sua função central de proteção de Pessoas e Bens.

É uma função do Estado que está consignada em Portugal, por força da lei, aos bombeiros, e no caso concreto aos bombeiros voluntários.



Quais as atividades centrais dos Bombeiros?

- Proteção e Socorro às populações, quer na área de atuação própria de cada Corpo de Bombeiros, bem como na interajuda entre os vários CB em Teatro de Operações, quer nas Zonas Operacionais, quer em qualquer parte do território nacional.
- Combate a incêndios urbanos, industriais e florestais (sendo que estes últimos representam apenas 7% da atividade dos voluntários).
- Transporte de doentes em ambulância que para além de ser uma atividade fundamental de um Corpo de Bombeiros é também uma atividade que ajuda na angariação de fundos para a funcionalidade do CB, já que não têm uma finalidade lucrativa.

Tem duas vertentes:

- Transporte de Doentes Não Urgentes
Requerido por hospitais, quer do SNS quer privados, quer por particulares.
- Transporte de doentes, urgente e emergente
Esta função é exercida, de acordo com a lei no Sistema Integrado de Emergência Médica, coordenada pelo Instituto Nacional de emergência Médica e do qual fazem parte, o próprio INEM, com o seu quadro de pessoal e viaturas ambulâncias próprias, os Bombeiros e a Cruz Vermelha.

A atividade prestada pelos Bombeiros significa 85% da actividade do SIEM.

- Acidentes graves ou catástrofes naturais
São uma das funções dos bombeiros, no auxílio directo às populações.
- Acidentes Rodoviários
Estes são uma atividade constante no dia a dia dos bombeiros portugueses.
É na alta sinistralidade rodoviária- um drama dos nossos tempos- que manifestamente são consumidas mais energias dos bombeiros, no dia a dia, porque para além do transporte dos sinistrados, inclui ainda, em muitos casos, o desencarceramento das vítimas, e a limpeza das vias.



Acrescente-se que daqui não resulta qualquer mais valia para a Associação Humanitária, porque esta é uma tarefa que incumbe ao Estado, e que os Bombeiros desempenham.

É uma função de socorro que cabe nas atribuições do Estado, mas que os Bombeiros, sendo voluntários a desempenham com qualidade e profissionalismo.

Em resumo, os Bombeiros são o principal agente de proteção civil em Portugal.

Assente que está esta evidência, identificadas que estão as tarefas atribuídas aos Bombeiros e nas quais estes substituem o Estado, realizando as tarefas a ele cometidas, sendo clara a forma voluntária e o valor quantificado desse “trabalho voluntário”.

Socorrendo-nos de uma análise insuspeita porque da autoria da ANPC chegamos facilmente ao valor de 225.000.000,00 (**Trabalhando com números arredondados, teremos necessidade de 15 000 bombeiros profissionais, a um custo estimado/homem/ano de 15 000€, o que acarretará um total de 225 000 000,00 €**)

Ora, se no plano moral, político, social os Bombeiros, por tudo o que se sabe e o que se encontra referido supra, ninguém duvida da justeza da concessão de benefícios aos Bombeiros também no plano cego e estritamente financeiro a atividade dos Bombeiros permitirá sempre um saldo extraordinariamente positivo ao Estado sendo, como tem sido, uma alocação de tarefas à sociedade civil extremamente pouco onerosa em que os benefícios fiscais propostos, tendo como âmbito o referido, terão sempre um impacto substancialmente inferior a 225.000 000,00€.

Tendo presente esta descrição a Liga dos Bombeiros Portugueses apresenta as seguintes propostas para discussão em sede de Grupo de Trabalho:



Código IRS

N.º 7 do Artigo 12.º (Incidência Negativa)

O IRS não incide sobre as compensações e subsídios, referentes à atividade voluntária, postos à disposição dos bombeiros pela Autoridade Nacional de Proteção Civil, municípios e comunidades intermunicipais e pagos pelas respetivas entidades detentoras de corpos de bombeiros, no âmbito de todos os dispositivos de proteção e socorro implementados pela ANPC, nos relatórios do respetivo enquadramento legal.

O IRS não incide sobre as compensações e subsídios, referentes à atividade voluntária, atribuídos e pagos pelas Entidades Detentoras dos CB até ao montante máximo consignados na alínea b), do n.º 5 do art.º 12.º do CIRS (2.375€)

N.º 13 do Artigo 72.º (Taxas especiais)

Para efeitos da aplicação da taxa prevista no n.º 3, são equiparadas a gratificações auferidas pela prestação ou em razão da prestação de trabalho, quando não atribuídas pela entidade patronal, as compensações e subsídios, referentes à atividade voluntária dos bombeiros, atribuídos pelas entidades detentoras do CB, para além dos valores referidos no n.º 7 do artigo 12.º

Aditar Artigo 56.º - B

(Sujeitos passivos que integram os Quadros de Comando e Quadro Ativo dos Corpos de Bombeiros)

Os rendimentos brutos de categoria A, auferidos por sujeitos passivos que são bombeiros os voluntários, dos quadros de comando e quadro ativo de corpos de bombeiros os são considerados para efeitos de IRS, apenas 85%.



Código IMI

Aditar artigo 11.º - B

Ficam isentos de 50% de imposto municipal sobre imóveis os prédios urbanos destinados à habitação própria nos casos em que o sujeito passivo é bombeiro voluntário, nos quadros de comando ou ativo de um corpo de bombeiros

Código IUC

Aditar o n.º 10 ao artigo 5.º - (Isenções)

Estão isentos de 50% de imposto dos veículos de categorias A, B e E nas condições previstas nos n.ºs 5 e 6, pertencentes a bombeiros do quadro de comando e ativo dos corpos de bombeiros.

DECRETO LEI 241/2007 (PROJ.ALTERAÇÃO 400/2018)

Relativamente a este projeto de alteração a LBP reitera as seguintes propostas:

Artigo 10º

1-

2- A bonificação do tempo de serviço prevista no número anterior corresponde 25% do tempo de serviço prestado como bombeiro voluntário nos quadros ativo e comendo com pelo menos cinco anos de serviço e limite máximo de oito anos de bonificação.

3-

4- Para efeitos dos números anteriores, as contribuições são calculadas com base na taxa de 11% sobre as remunerações auferidas no quadro da sua atividade, nos termos previstos no Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial da Segurança Social.



5-

6-

7-

No que concerne o artigo 11º (supra) a LBP propõe a publicação de diploma que regulamente o valor da Bonificação da Pensão bem como da redução da idade de reforma em função do tempo de serviço prestado como Bombeiro Voluntário.

Propõe ainda a publicação de diploma que defina um regime especial de acesso à pensão de velhice dos bombeiros que exercem funções remuneradas (profissionais) nos Corpos de Bombeiros detidos pelas Associações Humanitárias de Bombeiros (projeto semelhante ao proposto para os Sapadores Bombeiros).

Necessidade ainda de publicação do diploma a que se refere o nº 2, do artigo 9º, do DL 241/2007, de 21 de junho.

Uma outra proposta será a de impedir que, através da intenção expressa nas GOP, artigo 41º, nº 1, se possa vir a prejudicar o voluntariado e os bombeiros ao serem pagas diretamente as despesas do DECIF e, assim, a contrario do nº 7, do artigo 12º do CIRS, passarem a ser tributadas.

A par dos grupos de trabalho, o Conselho Executivo representado pelo Presidente Jaime Marta Soares, pelos Vice-Presidentes Rodeia Machado e José Morais, teve muitas reuniões com o Senhor Ministro da Administração Interna, Dr. Eduardo Cabrita, onde também estiveram presentes, entre outros, o então Vice-Presidente Luís Almeida Lopes.

Igualmente estivemos presentes em inúmeras reuniões com o Senhor Secretário de Estado da Proteção Civil, Eng.º José Artur Neves, para análise de temas, normativos legislativos, preparação de documentação vária e propostas da LBP para vários Orçamentos de Estado, nomeadamente o Orçamento de Estado de 2019, onde discutimos a Lei de Financiamento das AHB e em particular o Orçamento de Referência, onde propusemos o montante de 28 milhões de euros para 2019.

Neste gabinete da Secretaria de Estado analisámos também a compra de EPI e fizemos



propostas concretas para sua aquisição e quantidades de equipamentos a adquirir.

Acrescente-se ainda que foi também na SEPC que analisamos e propusemos alterações concretas e conseguimos aumentos que vieram a ficar consagrados na Diretiva Financeira para 2018.

É preciso notar que neste âmbito se acrescentou na Diretiva Financeira a nova dotação para a comparticipação nas viaturas, bem como se introduzir a norma quanto à logística, ou seja, cada Associação Humanitária adotará se quer, ou não, fornecer alimentação. Bem como, quanto aos combustíveis.

- Reuniões do Estado Maior, entre a ANPC/INEM/LBP/ENB, coordenadas pelo Secretário de Estado da Proteção Civil;
- Revisão da Lei de Financiamento.

2.6.3.1.1. TRANSPORTE DE DOENTES NÃO URGENTES

Desde a posse dos novos titulares do Ministério da Saúde, quer do Senhor Ministro, quer do Secretário de Estado, que a LBP vem insistindo na necessidade da concessão de audiências no sentido de colocarmos na agenda as questões relativas às dívidas do Ministério aos Bombeiros e outros assuntos que nos preocupam e que não estão a ser aclarados, nomeadamente os concursos para transporte de doentes.

Acresce ainda, que estão também pendentes a eventual revisão da tabela de preços, bem como a revisão do Protocolo com o INEM, há muito proposto pela LBP, mas que até hoje ainda não viu a luz do dia.

Temos também pendente do anterior titular, o Dr. Adalberto Campos Ferreira, a criação de uma plataforma de funcionamento da faturação de serviço de transporte de doentes não urgente, entre a Administração Central dos Serviços de Saúde (ACSS) e o Serviços Partilhados do Ministério da Saúde (SPMS) e a Liga dos Bombeiros Portugueses (LBP).

Esta plataforma iria permitir, em tempo útil, a verificação do valor das dívidas do SNS aos Bombeiros, melhorando significativamente a relação entre os vários departamentos e as AHB e encurtando o tempo de pagamento e recuperando as mais antigas.



Porém, este projeto encontra-se parado, desde a entrada em funções dos novos titulares do Ministério da Saúde.

Igualmente se encontra pendente a discussão de um Convénio de Transporte de Doentes, uma proposta da LBP, que até agora não obteve resposta.

2.6.3.1.2. EMERGÊNCIA PRÉ HOSPITALAR – INEM

O relacionamento entre o INEM e a LBP ao longo do ano de 2018, foi bastante intenso e frutuoso, na medida em que prevaleceu o bom relacionamento entre o Presidente da LBP e o Presidente do INEM e o bom senso na discussão dos problemas que envolvem o Sistema Integrado de Emergência Médica e os Bombeiros, ou seja elencámos várias matérias, nomeadamente na participação de um grupo de trabalho que fez a análise cuidada do funcionamento do Centro Orientador de Doentes Urgentes (CODU), tendo particular atenção na resposta a ser dada pelas centrais dos bombeiros, que como se sabe, fazem parte integrante do sistema.

Trabalhámos também ao nível de se considerar a resposta a um problema há muito vivido, ou seja, a inspeção de viaturas ambulância nos Centros de Inspeção Automóvel, a nível distrital, sob a supervisão (auditoria) do INEM, criando uma disponibilidade mais favorável às inspeções, menos morosa e com um grau de eficiência e rapidez na resposta muito considerável.

Estamos no caminho de celebrar um protocolo com a Associação Nacional de Centros de Inspeção Automóvel (ANCIA), no sentido de se concretizar, por esta via também, o que é há muito um objetivo da LBP.

Participámos em reuniões do “Estado Maior” assim denominado pela LBP, e a nosso pedido e insistência no sentido de aferir os problemas do sector e procurar ultrapassá-los da melhor forma, porém a resposta da ANPC não foi nunca a mais favorável, pelo que o Senhor Secretário de Estado da Proteção Civil chamou a si a coordenação destas reuniões, a pedido da LBP, de modo a solucionar muitos dos problemas.

Um desses problemas é a questão da dificuldade do IMT licenciar em tempo oportuno as viaturas de acordo com a portaria 260/2014, porém subsistem alguns obstáculos que estão em vias de se solucionar. O IMT deu abertura na última reunião para que tal aconteça.



Para tal o grupo de trabalho, onde a LBP participa como membro de pleno direto, está a rever a Portaria 260/2014 e a Lei 38/92 para serem introduzidas normas, quer num, quer noutro diploma de modo a melhorar o texto.

Na Lei 38/92, são normas que a Assembleia da República criou em relação à isenção de alvará a outras entidades, nomeadamente às Juntas de Freguesia, pois só estavam isentos os Bombeiros e a Cruz Vermelha Portuguesa.

Acresce ainda, que a carga das ambulâncias é uma das matérias em análise por a considerarmos de grande importância.

Igualmente e como importância máxima, está a ser tratada neste grupo de trabalho a revisão, há muito reclamada pela LBP do Protocolo de Bases Gerais, cujas matérias são extremamente sensíveis e têm que ver com os Prémios Trimestrais, os Prémios de Saída e os Consumíveis.

Outra das matérias é também o preço do oxigénio que tendo sido considerado medicamento por força da Lei, tem trazido prejuízos às AHB, que passaram a ter um encargo financeiro maior com o aluguer das “garrafas” por estas se tornarem “invólucros do medicamento” e por consequência passarem a ser propriedade das empresas fornecedoras de oxigénio.

2.6.3.1.3. OUTROS

Durante este ano de 2018, fizemos, por nossa iniciativa, propostas que melhorariam, em nosso entender, as normas que envolvem a problemática do sector bombeiros.

Respondemos assim, a um direito, mas também a uma obrigação constante do art.º 45.º da Lei n.º 32/2007, onde se afirma que a LBP é ouvida em matérias que dizem respeito a matérias ou iniciativas legislativas que sejam do seu interesse.

Assim, propusemos alterações à Lei 124/2006, que produziu novas alterações com sede legislativa da Assembleia da República.

Propusemos aos grupos parlamentares, alterações nas matérias respeitantes às alterações do IRS para Bombeiros, nomeadamente pelas compensações recebidas no exercício das funções de bombeiro voluntário.



Contestamos, de forma perentória, a norma criada no Orçamento de Estado para 2019, no pagamento direto aos bombeiros, das verbas dos ECIN e ELAC, por tal norma ser prejudicial aos Bombeiros.

Participámos num grupo de trabalho que faz uma nova proposta sobre o Regulamento de Fardamento com norma ainda a corrigir.

2.6.4. COMISSÃO NACIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL

A Comissão Nacional de Proteção Civil, criada ao abrigo da Lei n.º 27/2006, de 3 de julho, alterada e republicada pela Lei n.º 80/2015, de 3 de agosto, e da qual a LBP faz parte integrante, reuniu 3 vezes em 2018, para analisar e debater as várias matérias da proteção civil.

Este órgão, que é presidido pelo MAI ou pelo Secretário de Estado da pasta, analisa e aprofunda os temas em debate, que digam respeito a esta área, em concreto.

2.6.5. OUTRAS COMISSÕES

2.6.5.1. COMISSÃO TÉCNICA DE NORMALIZAÇÃO CT 193 “ATIVIDADE DE NORMALIZAÇÃO NOS TRABALHOS EM ALTURA”

Em 2018 a LBP não se encontra representada nesta Comissão.

2.6.5.2. COMISSÃO TÉCNICA DE NORMALIZAÇÃO CT 201 “SISTEMAS PARA E EMERGÊNCIA E TRANSPORTE DE DOENTES”

Em 2018 a LBP nomeou como seu representante o Eng.º Eduardo Correia, da AHB Sul e Sueste, atendendo aos seus conhecimentos técnicos nesta matéria.



2.6.5.3. COMISSÃO NACIONAL DO TRANSPORTE DE MERCADORIAS PERIGOSAS

A LBP nomeou em 2016/17 para esta Comissão o Inspetor Carlos Pereira, para nela participar dado os seus conhecimentos técnicos nesta matéria.

O Conselho Executivo vai naturalmente em 2019, proceder aos ajustamentos necessários, propondo representantes da LBP para estas Comissões, em concreto.

2.6.6. AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL (ANPC)

Como tem sido afirmado em relatórios anteriores, a LBP mantém com esta entidade, a ANPC, um relacionamento institucional, baseado no histórico existente, desde o extinto Serviço Nacional de Bombeiros.

Este relacionamento que vincadamente nos obriga, também por força da Lei n.º 32/2007, a uma cooperação institucional, tem, como é bom de ver, alturas de maior abertura e verdadeira cooperação, por parte da Autoridade de acordo com a sensibilidade do titular do cargo de Presidente, e noutras em que o relacionamento é puramente institucional.

Somos parceiros na Escola Nacional de Bombeiros, o que vincadamente nos obriga também a entendimentos diversos, tendo em vista os superiores interesses dos Bombeiros.

Existe também, com carácter permanente uma comissão de acompanhamento para o Programa de Vigilância Médica dos Bombeiros, e que reúne sempre que necessário.

Acresce ainda, que ao longo do ano de 2018, existiram vários grupos de trabalho, para matérias específicas, nomeadamente EIP, Benefícios Fiscais, Orçamento de Referência da Lei de Financiamento, bem como para o Regulamento de Fardamento e Cartão Social do Bombeiro.



2.6.6.1. CONSELHO NACIONAL DE BOMBEIROS

Este órgão, com existência legal, tendo como base a Lei Orgânica da Autoridade, foi convocado apenas uma vez em 2018, pese embora a necessidade de reunir periodicamente, dadas as matérias que usualmente ali são discutidas e que dão razão à sua existência.

Essas matérias, envolvem o sector Bombeiros e têm fundamento, quer na formação, quer na orgânica do sector, que devem obrigar, como atrás se disse, a uma maior periodicidade na sua realização.

A LBP tem pressionado sempre na sua realização.

2.6.6.2. COMISSÃO MISTA PARA ANÁLISE DE PROJETOS DE QUARTÉIS

Esta comissão que tão útil foi no passado, deixou de existir em 2016, por vontade expressa do então Secretário de Estado da Administração Interna; Dr. Jorge Gomes.

A LBP tem vindo a insistir a sua implementação, no sentido de uma análise cuidada sobre o tema.

2.6.6.3. EQUIPAS DE INTERVENÇÃO PERMANENTE (EIP)

No relatório anterior, referimos que a LBP sempre fez insistência na sua necessidade de alargar a todo o País a instalação de Equipas de Intervenção Permanente.

Existiam no País em 2017, 166 EIP. Numa análise efetuada pela Comissão tripartida, criada para o efeito entre a SEPC/ANMP/LBP, pôde-se avançar para a criação de 120 EIP em 2018, e a proposta da criação de mais 40 em 2019, ou seja, um total de 160 EIP (800 bombeiros com carácter de permanência).



2.6.7. ESCOLA NACIONAL DE BOMBEIROS (ENB)

A Escola Nacional de Bombeiros, é uma associação de direito privado, reconhecida como pessoa coletiva de utilidade pública, tem como associados a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil e a Liga dos Bombeiros Portugueses, é reconhecidamente uma entidade qualificada para a formação de bombeiros, e assume-se legalmente como instituição congregadora de todas as entidades e agentes de proteção civil na prossecução dos objetivos de qualificação do socorro.

A LBP, tem estado sempre presente nas suas Assembleias Gerais, propondo, analisando e formulando entendimento da melhoria acentuada na prestação de serviços de formação de bombeiros.

O Presidente da LBP, tem ao longo dos tempos procurado gerar consensos, juntamente com o Presidente da ANEPC, no sentido de se encontrar uma solução para que, quer a Força Especial de Bombeiros, quer o pessoal de transmissões dos Centros Distritais de Operações de Socorro da ANPC, deixem de estar na dependência patronal da ENB, já que os mesmos dependem formalmente da Autoridade Nacional de Proteção Civil.

Quanto à formação os quadros seguintes e o Relatório e Contas do exercício de 2018, apresentam o teor da atividade desta importante entidade, na área da formação destinada a Bombeiros.

No quadro 9 apresenta-se a atividade formativa que decorreu ao longo do ano de 2018 e que teve como base o DNF (diagnóstico de necessidades de formação) realizado por todos os corpos de bombeiros ainda no final do ano de 2017. Este levantamento de necessidades foi validado pelas Comissões Distritais de Formação (CDF), Direção Nacional de Bombeiros (DNB) e Escola Nacional de Bombeiros (ENB).

Está em fase de resolução, a integração do pessoal da Força Especial de Bombeiros e do pessoal que faz parte das comunicações (operadores de transmissões) dos Centros Distritais de Operações de Socorro, preocupação que sempre manifestámos nas Assembleias Gerais da ENB.

O quadro seguinte contempla as ações de formação desenvolvidas ao longo do ano de 2018.



Quadro 9 - Formação realizada no ano de 2018

Local da formação	Número de ações realizadas no ano de 2018	Taxa de distribuição
Centro de Formação da ENB	150	9%
Corpo de bombeiros	1275	80%
Unidades Locais de Formação	169	11%
Total de ações realizadas	1594	100%

A ENB ministrou em 2018 um total de 1594 ações de formação, o que corresponde a um volume de formação de 761 709, ainda assim inferior ao volume de formação inicialmente previsto no plano de atividades.

Quadro 10 - Volume de formação previsto/realizado em 2018 no âmbito do Plano de Atividades

Local da formação	Volume de formação previsto em 2018	Volume de formação realizado em 2018
Centro de Formação de Sintra	99986	73751
Centro de Formação da Lousã	31960	24850
Centro de Formação de São João da	23712	12879
Corpo de bombeiros	507712	540552
Unidades Locais de Formação	243200	109677
Total	906570	761709

Apesar da descida global em termos do volume de formação executado relativamente ao previsto em plano de atividades, verifica-se um acréscimo do volume de formação realizado nos corpos de bombeiros. A este nível registou-se um volume de formação de 540 552, face aos 507 712 previstos inicialmente.

Distribuição da formação por local e ação

Quanto ao tipo de formação realizada no global, nos quadros seguintes pode observar-se os cursos que foram ministrados no âmbito do DNF de acordo com o local de realização:



Quadro 11 - Centro de Formação de Sintra

Ação de formação	Realizadas
Organização Jurídica, Administrativa e Operacional	8
Gestão Operacional III	7
Gestão Inicial de Operações	4
Tripulante de Ambulância de Transporte- Formador	1
Salvamento e Desencarceramento - Formador	2
Postos de Comando- Nível 1	4
Incêndios Florestais Nível 5	3
Workshop Tripulante Ambulância de Transporte – Formador	1
Tripulante de Ambulância de Socorro	4
RTAS b-learning	33
Salvamento e Desencarceramento- Nível 2	2
Gestão operacional – Atualização	3
Formação e atualização em Emergência Médica - Laboratório Nível III	3
Comando Inicial de Operações	1
Utilização de ARICA	1
Combate com fogo real (Flashover)	1
SAVER (Técnico) + SAVER (construção de cenários)	1
Gestão Operacional III ISCIA Sintra	1
Intervenção Psicossocial em Crise Grupal	1
Primeiros Socorros Psicológicos	1
Intervenção Psicológica em crise Individual	1
Formação SIRESP GL para Formadores de OPTTEL	1
Língua Gestual Portuguesa para Socorristas	1
Práticas de Psicologia e Apoio Social de Emergência	1
Incêndios Urbanos e Industriais- Nível 1 (IUI- Nível 1)	1
Treino Operacional para Equipas de Apoio Psicossocial	1
International Trauma Life Support (ITLS)	1
Total de ações realizadas	89

Quadro 12 - Centro de Formação de São João da Madeira

Ação de formação	Realizadas
Treino Operacional (Gestão Operacional I)	7
Incêndios Urbanos e Industriais – Nível 3	4
Incêndios Urbanos e Industriais – Nível 4	1
Operações Essenciais de Extinção de Incêndios Urbanos e Industriais (IUI 2)	2
Incêndios Urbanos e Industriais – Formador	2
Gestão Operacional I_ISCIA S. J. Madeira	1
Incêndios Urbanos e Industriais – Nível 1	3
Formação SIRESP GL para Formadores de OPTTEL	1
Total de ações realizadas	21

**Quadro 13 - Centro de Formação da Lousã**

Ação de formação	Realizadas
Equipa de Reconhecimento e Avaliação de Situação em Incêndios Florestais	4
Gestão Operacional II	8
Incêndios Florestais- Nível 3	5
Incêndios Florestais- Nível 4	5
Incêndios Florestais- Formador	2
Segurança e Comportamento do Incêndio Florestal	4
Condução Fora de Estrada - Formador	1
Operacionais de Queima Modulo I	2
Operacionais de Queima Modulo II	3
Gestão Operacional II_ISCIA Lousã	1
Incêndios Florestais Nível I (IF Nível 1)	2
Formação SIRESP GL para Formadores de OPTEL	1
Planeamento e antecipação em incêndios rurais	2
Equipa de Reconhecimento e Avaliação de Situação em Incêndios Florestais	4
Total de ações realizadas	40

Distribuição das ações de formação externa afetas ao DNF por distrito

No quadro 14 apresenta-se o número de ações atribuídas por distrito e o número de ações que efetivamente se realizaram. Estas ações decorreram nos corpos de bombeiros (CB) e unidades locais de formação (ULF), entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2018.

Quadro 14 - Formação atribuída/realizada nos CB e ULF no ano de 2018 no âmbito do DNF

Distrito	Ações de formação atribuída	Ações de formação realizadas	Taxa de Execução
Aveiro	109	99	90,83%
Beja	61	21	34,43%
Braga	99	83	83,84%
Bragança	51	33	64,71%
Castelo Branco	63	44	69,84%
Coimbra	105	78	74,29%
Évora	51	29	56,86%
Faro	75	51	68,00%
Guarda	76	75	98,68%
Leiria	89	76	85,39%
Lisboa	194	173	89,18%
Portalegre	59	36	61,02%
Porto	204	163	79,90%
Santarém	117	92	78,63%
Setúbal	85	61	71,76%
Viana do Castelo	49	34	69,39%
Vila Real	60	48	80,00%
Viseu	107	85	79,44%
Total	1654	1281	77,45%



3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como atrás fica afirmado, o ano de 2018, foi um ano extremamente exigente, mas com uma marca histórica e indelével na vida dos bombeiros portugueses, e o Conselho Executivo orgulha-se de ter dado expressão prática aos anseios e vontades de um amplo coletivo que legitimamente representa.

Ao longo deste Relatório e Contas procurámos elucidar da melhor forma os Senhores Conselheiros para que possam analisar de forma exaustiva toda a atividade da Confederação e esperamos que o mesmo seja aprovado, em votação final global.

Lisboa, 13 de Abril de 2019

O Conselho Executivo



**LIGA DOS
BOMBEIROS
PORTUGUESES**



Relatório Contabilístico de 2018



INDICE

Balanço Individual	4
1.1. Análise do Balanço	5
2. Demonstração de Resultados	9
2.1. Mapa de fornecimentos e serviços externos	10
Outros Gastos	11
2.2. Análise à Demonstração de Resultados	12
2.3. Gastos	12
2.4. Ganhos	14
3. Análise da Estrutura de Ganhos e Gastos	16
3.1. Gastos	16
3.2. Ganhos	17
4. Cálculo de Rácios	18
4.1. Rácios de análise da Rentabilidade	18
4.2. Rácios de análise da Situação de Tesouraria	18
4.3. Rácios de análise da Situação Financeira	19
4.4. Análise dos Rácios	19
5. Controlo Orçamental	20
5.1. Gastos e perdas	20
6. Resultados Sectoriais	23
6.1. Demonstração de Resultados do Jornal “Bombeiros de Portugal”	24
6.2. Demonstração de Resultados do Departamento de Fardamentos	25
6.3. Demonstração de Resultados do F.P.S.B.	26
Anexo	
• Balancete do Razão a 31/12/2018	



Nota introdutória

Os documentos contabilísticos que se apresentam para análise e deliberação refletem a atividade da LPB durante o ano de 2018 e foram elaborados de acordo com os princípios e normas do SNC – Sistema de Normalização Contabilística, adaptado para as entidades do sector não lucrativo (SNC-ESNL).

Nota Justificativa

A atividade da LBP no ano de 2018, à semelhança dos anos anteriores desenvolveu-se de acordo com o Plano de atividades, sendo as mais relevantes:

- A intensa atividade do Conselho Executivo, seja em reuniões no âmbito de legislação para o sector, seja em representações junto das Associações, no respeito pela política de proximidade adotada;
- A recuperação e equipamento do Palácio de S. Cristóvão (Nova Sede);
- Início da mudança de instalações para a Nova Sede, que ocorreu no início do ano para o Departamento de Fardamentos e no final do ano para os restantes serviços. A mudança completa deverá ocorrer no início do ano 2019.



Balanço Individual

UM: EURO

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 de Dezembro de 2018	31 de Dezembro de 2017
ACTIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		1.386.761,61€	1.262.407,03€
Ativos intangíveis		761,35€	349,09€
Investimentos Financeiros		143.093,31€	135.526,03€
Propriedades de investimento		346.732,03€	353.855,19€
		1.877.348,30€	1.752.137,94€
Ativo Corrente			
Inventários		245.726,48€	255.184,89€
Créditos a receber		405.412,32€	256.051,22€
Estados e outros entes públicos		16.757,71€	0,02€
Diferimentos		16.308,74€	12.568,34€
Outros ativos correntes		649.666,02€	147.379,51€
Caixa e depósitos bancários		2.517.354,62€	3.052.215,44€
		3.851.225,89€	3.723.399,42€
Total do ativo		5.728.574,19€	5.475.536,76€
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Reservas		3.505.113,26€	3.505.113,26€
Resultados transitados		488.951,02€	594.930,75€
Outras variações nos fundos patrimoniais		41.513,25€	40.384,68€
Resultado líquido do período		-348.094,39€	-134.138,73€
Total do capital próprio		3.687.483,14€	4.006.289,96€
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões		822.008,55€	822.008,55€
Financiamentos obtidos		124.068,34€	153.570,40€
		946.076,89€	975.578,95€
Passivo corrente			
Fornecedores		330.234,12€	147.982,59€
Estado e outros entes públicos		11.711,65€	15.136,54€
Acionistas/sócios		0,00€	36.253,07€
Financiamentos obtidos		129.586,14€	154.461,90€
Diferimentos		0,00€	0,00€
Outros passivos correntes		623.482,25€	139.833,75€
		1.095.014,16€	493.667,85€
Total do passivo		2.041.091,05€	1.469.246,80€
Total do capital próprio e do passivo		5.728.574,19€	5.475.536,76€



1.1. Análise do Balanço

A LBP finalizou o ano de 2018, com um ativo líquido de 5.728.574,19€, registando um aumento de 4,6%, o que corresponde 253.037,43€, em relação ao ano anterior. (ver tabela 1)

Ativo não corrente

O Ativo não corrente da LBP regista um aumento de 7,1%, o que corresponde a 125.210,96€. Esta variação deve-se à contabilização na conta de “Investimentos em curso – Ativos fixos tangíveis em curso – Projeto Edificação Quinta S. Cristóvão”, que regista o valor de 652.077,94€, sendo que o valor investido no ano de 2018 foi de 100.296,42€. No final da obra o valor registado em obras em curso será transferido para Ativos fixos tangíveis (edifícios e outras construções).

Em sentido inverso, as amortizações anuais contribuíram para uma redução de 15.349,00€ no valor do ativo não corrente.

Ativo corrente

O Ativo corrente registou um aumento de 3,4%, o que corresponde a 127.826,47€. Esta variação resulta essencialmente do reflexo da rubrica “Outros ativos correntes” que regista um aumento de 340,8%, o que corresponde a 502.286,82€.

- “Outros ativos correntes” - Esta rubrica reflete o valor total de 505.205,49€, que corresponde ao valor do Fundo Proteção Social do Bombeiro utilizado pela LBP, como adiantamento para fazer face a compromissos assumidos perante terceiros, no valor de 503.366,02€, sendo que a este valor acresce o montante de 1.859,47€ resultado da aplicação de uma taxa compensatória de 0,5% ao ano, conforme decisão do Conselho Executivo da LBP, de Abril de 2018, sobre as verbas utilizadas.

O valor apresentado de 503.336,02€ é resultante de diversos movimentos aprovados a partir do ano de 2012 e que no presente ano passaram a ser registados contabilisticamente.

- “Inventários” – esta rubrica regista uma diminuição de 3,7%, o que corresponde a 9.458,41€. Esta variação está refletida com um aumento de 5.606,20€ nas existências de medalhas, e uma diminuição de 15.064,61€ nas existências de fardamentos.

- “Créditos a receber” – esta rubrica regista um aumento de 58,3% o que corresponde a 149.361,10€. Esta variação deve-se essencialmente ao aumento das dívidas das Associações, relativas à aquisição de fardamento.



CONTAS	Ano 2018		Ano 2017		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Ativo não corrente						
Ativos fixos tangíveis	1 386 761,61 €	73,9%	1 262 407,03 €	72,0%	124 354,58 €	9,9%
Ativos intangíveis	761,35 €	0,0%	349,09 €	0,0%	412,26 €	118,1%
Investimentos financeiros	143 093,31 €	7,6%	135 526,03 €	7,7%	7 567,28 €	5,6%
Propriedades de Investimento	346 732,03 €	18,5%	353 855,19 €	20,2%	- 7 123,16 €	-2,0%
	1 877 348,30	100,0%	1 752 137,34 €	100,0%	125 210,96 €	7,1%
Ativo Corrente						
Inventários	245 726,48 €	6,4%	255 184,89 €	6,9%	- 9 458,41 €	-3,7%
Créditos a receber	405 412,32 €	10,5%	256 051,22 €	6,9%	149 361,10 €	58,3%
Estados e Outros entres públicos	16 757,71 €	0,4%	0,02 €	0,0%	16 757,69 €	83788450,0%
Diferimentos	16 308,74 €	0,4%	12 568,34 €	0,3%	3 740,40 €	29,8%
Outros ativos correntes	649 666,02 €	16,9%	147 379,51 €	4,0%	502 286,51 €	340,8%
Caixa e depósitos bancários	2 517 354,62 €	65,4%	3 052 215,44 €	82,0%	- 534 860,82 €	-17,5%
	3 851 225,89 €	100,0%	3 723 399,42 €	100,0%	127 826,47 €	3,4%
TOTAL DO ACTIVO	5 728 574,19 €		5 475 536,76 €		253 037,43 €	4,6%

Tabela 1 - Variação percentual do Ativo

Capital Próprio

O Capital Próprio da LBP registou uma diminuição de 8,0% o que corresponde a 318.806,82€ relativamente ao ano anterior (ver tabela 2). Para esta redução contribuiu fortemente o resultado líquido do exercício de 2018.

O RLP de 2018 está influenciado de forma negativa pela diminuição dos subsídios e doações, pela redução das vendas de fardamentos e pelo aumento dos gastos com o pessoal.

Passivo de médio e longo prazo

- “Provisões” - Esta rubrica regista o valor de 822.008,55€ que se mantém inalterado. Esta situação fica a dever-se ao fato de não terem ainda sido encerrados os processos de pagamento de despesas hospitalares referentes aos Incêndios do ano de 2013.

- “Financiamentos obtidos” – Esta rubrica no montante de 124.068,34€, refere-se a prestações vincendas no prazo superior a 1 ano, da data deste balanço, que se reportam ao crédito concedido pelo Montepio Geral, no valor inicial de 200.000,00€, por um período de 10 anos, para financiamento das obras na Quinta S. Cristóvão.



Passivo corrente

O Passivo corrente da LBP regista um aumento de 121,8%, o que corresponde a 601.346,31€. Esta variação resulta do comportamento das seguintes rubricas:

- “Fornecedores” – Verifica-se um aumento 123,2%, o que corresponde a 182.251,53€. O valor inscrito nesta rubrica corresponde essencialmente a dividas a fornecedores de fardamentos e a empreiteiros da obra do Palácio de S. Cristóvão.
- “Financiamentos obtidos” – Verifica-se uma diminuição de 16,1%, o que corresponde a 24.875,76€. Esta variação fica a dever-se à diminuição do valor utilizado da conta caucionada, assim como às amortizações do crédito concedido pelo Montepio Geral, para as obras do Palácio de S. Cristóvão que se vencem durante o ano seguinte à data deste balanço.
- “Outros passivos correntes” – Verifica-se um aumento desta rubrica no valor de 483.648,50€, o que corresponde a 345,9%, derivado essencialmente pelo registo contabilista da verba do Fundo Protecção Social do Bombeiro utilizada pela LBP e que tem o valor de 505.205,49€.
- O Total do Passivo da LBP regista um aumento de 38,9%, o que corresponde a 571.844,25€.



CONTAS	Ano 2018		Ano 2017		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Capital Próprio						
Reservas	3 505 113,26 €	95,1%	3 505 113,26 €	87,5%	- €	0,0%
Resultados transitados	488 951,02 €	13,3%	594 930,75 €	14,8%	- 105 979,73 €	-17,8%
Outras variações nos fundos patrimoniais	41 513,25 €	1,1%	40 384,68 €	1,0%	1 128,57 €	2,8%
Resultado líquido do período	-348 094,39 €	-9,4%	- 134 138,73 €	-3,3%	- 213 955,66 €	159,5%
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	3 687 483,14 €	100,0%	4 006 289,96 €	100,0%	- 318 806,82 €	-8,0%
Passivo não corrente						
Provisões	822 008,55 €	86,9%	822 008,55 €	84,3%	- €	0,0%
Financiamentos obtidos	124 068,34 €	13,1%	153 570,40 €	15,7%	- 29 502,06 €	-19,2%
TOTAL DO PASSIVO NÃO CORRENTE	946 076,89 €	100,0%	975 578,95 €	100,0%	- 29 502,06 €	-3,0%
Passivo corrente						
Fornecedores	330 234,12 €	16,2%	147 982,59 €	10,1%	182 251,53 €	123,2%
Estado e outros entes públicos	11 711,65 €	0,6%	15 136,54 €	1,0%	- 3 424,89 €	-22,6%
						-
Fundadores/beneméritos/associados	0,00 €	0,0%	36 253,07 €	2,5%	- 36 253,07 €	100,0%
Financiamentos obtidos	129 586,14 €	6,3%	154 461,90 €	10,5%	- 24 875,76 €	-16,1%
Diferimentos	0,00 €	0,0%	- €	0,0%	- €	0,0%
Outros passivos correntes	623 482,25 €	30,5%	139 833,75 €	9,5%	483 648,50 €	345,9%
TOTAL DO PASSIVO CORRENTE	1 095 014,16 €	53,6%	493 667,85 €	33,6%	601 346,31 €	121,8%
TOTAL DO PASSIVO	2 041 091,05 €	100,0%	1 469 246,80 €	100,0%	571 844,25 €	38,9%
TOTAL PASSIVO E C. PRÓPRIO	5 728 574,19 €		5 475 536,76 €		253 037,43 €	4,6%

Tabela 2 - Evolução do Passivo e Capitais Próprios



2. Demonstração de Resultados

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODO	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados		459.188,98€	539.624,62€
Subsídios à exploração		1.399.896,72€	1.863.439,34€
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas.			
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-146.884,81€	-171.386,91€
Fornecimentos e serviços externos		-1.485.379,87€	-1.794.996,61€
Gastos com o Pessoal		-566.950,09€	-514.148,72€
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Imparidade de ativos não depreciáveis/amortizáveis			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos		46.334,49€	5.421,60€
Outros gastos e perdas		-48.318,72€	-51.688,44€
Result. Antes depreciações, gastos de financiamento e impostos		-342.113,30€	-123.735,12€
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-15.349,00€	-15.380,24€
Imparidade de ativos depreciáveis / amortizáveis (perdas/reversões)			
Result. Operacional (antes gastos financiamento e impostos)		-357.462,30€	-139.115,36€
Juros e rendimentos similares obtidos		19.923,70€	11.852,12€
Juros e gastos similares suportados		-7.899,43€	-5.637,47€
Resultado antes dos Impostos		-345.438,03€	-132.900,71€
Imposto sobre o rendimento do período		-2.656,36€	-1.238,02€
Resultado líquido do período		-348.094,39€	-134.138,73€

Demonstração do custo das mercadorias vendidas

		MEDALHAS	FARDAMENTOS	CARTEIRAS DE CROMOS	TOTAL
1	Existências Iniciais	64.026,87€	190.943,55€	214,47€	255.184,89€
2	Compras	41.019,50€	110.510,04€		151.529,54€
3	Regularização de Existências	-9.429,01€	-5.379,75€		-14.808,76€
3	Regularização de Existências				0,00€
4	Existências finais	69.633,07€	175.878,94€	214,47€	245.726,48€
5	Custo das mercadorias vendidas	26.689,91€	120.194,90€		146.884,81€



2.1. Mapa de fornecimentos e serviços externos

Gastos

CONTAS	SNC	Ano 2018	Ano 2017	Variaç. Absoluta	%
621 SUBCONTRATOS					
Prevenção de espetáculos desportivos	6211	124 428,04 €	93 706,88 €	30 721,16 €	33%
Formação protocolada	6214	2 640,00 €	9 360,00 €	2 640,00 €	
		127 068,04 €	103 066,88 €	33 361,16 €	23%
622 SERVIÇOS ESPECIALIZADOS					
Trabalhos Especializados	6221	189 596,07 €	84 236,52 €	105 359,55 €	125%
Publicidade e propaganda	6222	0,00 €	- €	- €	0%
Vigilância e segurança	6223	673,17 €	589,23 €	83,94 €	14%
Honorários	6224	31 987,88 €	40 237,04 €	- 8 249,16 €	-21%
Conservação e reparação	6226	8 961,78 €	13 338,85 €	- 4 377,07 €	-33%
Serviços bancários	6227	3 425,46 €	4 482,58 €	- 1 057,12 €	-24%
Outros	6228	2,00 €	- €	2,00 €	100%
		234 646,36 €	142 884,22 €	91 762,14 €	64%
623 MATERIAIS					
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	6231	2 585,64 €	393,45 €	2 192,19 €	557%
Livros e documentação técnica	6232	0,00 €	- €	- €	0%
Material de escritório	6233	7 810,00 €	9 790,28 €	- 1 980,28 €	-20%
Artigos para oferta	6234	1 380,35 €	11 862,22 €	- 10 481,87 €	-88%
Outros materiais	6238	823,64 €	- €	823,64 €	100%
		12 599,63 €	22 045,95 €	- 9 446,32 €	-43%
624 ENERGIAS E FLUÍDOS					
Eletricidade	6241	11 495,24 €	13 371,08 €	- 1 875,84 €	-14%
Combustíveis	6242	13 716,47 €	11 786,82 €	1 929,65 €	16%
Água	6243	7 000,70 €	4 598,69 €	2 402,01 €	52%
		32 212,41 €	29 756,59 €	2 455,82 €	8%
625 DESLOCAÇÕES, ESTADAS E TRANSPORTES					
Deslocações e estadas	6251	28 880,52 €	23 901,50 €	4 979,02 €	21%
Transporte de pessoal	6252	0,00 €	87,50 €	- 87,50 €	
Transporte de mercadorias	6253	18 504,85 €	- €	18 504,85 €	
Outras deslocações	6258	0,00 €	0,00 €	- €	0%
		47 385,37 €	23 989,00 €	23 396,37 €	98%
626 SERVIÇOS DIVERSOS					
Rendas e Alugueres	6261	14 791,36 €	9 935,33 €	4 856,03 €	49%
Comunicação	6262	59 546,28 €	53 679,39 €	5 866,89 €	11%
Seguros	6263	8 276,62 €	8 574,90 €	- 298,28 €	-3%
Contencioso e notariado	6265	2 496,17 €	5 568,51 €	- 3 072,34 €	-55%
Despesas de representação	6266	0,00 €	- €	- €	0%
Limpeza, higiene e conforto	6267	22 270,91 €	13 515,40 €	8 755,51 €	65%
Outros serviços	6268	8 277,90 €	2 193,78 €	6 084,12 €	277%
		115 659,24 €	93 467,31 €	22 191,93 €	24%
OUTRAS					
Organizações da LBP	6271	20 748,61 €	513 183,41 €	- 492 434,80 €	-96%
POPH	6273	0,00 €	0,00 €	- €	0%
UBPLP-Despesas da União	6274	29,40 €	79,04 €	- 49,64 €	-63%
		20 778,01 €	513 262,45 €	- 492 484,44 €	-96%
F.P.S.B.					
	628	895 030,81 €	866 524,21 €	28 506,60 €	3%
		895 030,81 €	866 524,21 €	28 506,60 €	3%
TOTAL		1 485 379,87 €	1 794 996,61 €	- 309 616,74 €	-17%



Outros Gastos

OUTROS GASTOS	SNC	Ano 2018	Ano 2017	Varição
63 GASTOS COM PESSOAL				
Remunerações órgãos sociais	631	126 805,09 €	121 407,40 €	4%
Remunerações do pessoal	632	334 280,70 €	267 681,12 €	25%
Remunerações Adicionais	633		0,00 €	0%
Indeminizações	634	0,00 €	30 000,00 €	0%
Encargos sobre remunerações	635	65 559,17 €	51 632,36 €	27%
Seguro de Acidentes de trabalho	636	2 651,11 €	2 978,59 €	-11%
Outros custos c/pessoal	638	37 654,02 €	40 449,25 €	-7%
TOTAL		566 950,09 €	514 148,72 €	10%
64 GASTOS DEPREC. E AMORTIZAÇÕES				
Ativos fixos tangíveis	64	15 349,00 €	15 380,24 €	0%
TOTAL		15 349,00 €	15 380,24 €	0%
67 PROVISÕES DO PERIODO				
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	674	- €		0%
TOTAL		- €	- €	0%
68 OUTROS GASTOS E PERDAS				
Impostos	681	3 720,91 €	25 441,83 €	-85%
Perdas de inventário	684	3 669,90 €	1 845,38 €	99%
Gastos e perdas em investimento não financeiros não financeiros	685	53 453,88 €	0,00 €	100%
Outros/Correções relativas a períodos anteriores/Disp. não documentadas	688	37 454,03 €	24 401,23 €	53%
TOTAL		98 298,72 €	51 688,44 €	90%
69 CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS				
Juros suportados	691	7 899,43 €	5 637,47 €	40%
Outros gastos e perdas financeiras	698	0,00 €	0,00 €	0%
TOTAL		7 899,43 €	5 637,47 €	40%
TOTAL		688 497,24 €	586 854,87 €	17%

Tabela 3 - Outros gastos



2.2. Análise à Demonstração de Resultados

A atividade da LBP em 2018 apresentou um RLP (Resultado Líquido do Período) negativo no montante 348.094,39€.

Apresentamos de seguida a análise do comportamento dos gastos:

2.3. Gastos

Comparativamente a igual período do ano anterior, os gastos da LBP registam uma diminuição de 11%, ou seja, 281.038,14€.

A rubrica CMVMC (Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas) registou uma descida de 14%, a qual foi também acompanhada de uma descida dos ganhos com a venda de mercadorias.

Fornecimentos e serviços externos

Pela análise da rubrica de fornecimentos e serviços externos, verificamos os seguintes acréscimos, em relação ao ano anterior:

➤ 621	Subcontratos	23%
➤ 622	Serviços especializados	64%
➤ 624	Energias e fluídos	8%
➤ 625	Deslocações, estadas e transportes	98%
➤ 626	Serviços diversos	24%
➤ 628	FPSB	3%

Em sentido inverso verificamos os seguintes decréscimos:

➤ 623	Materiais	-43%
➤ 6271	Organizações da LBP	-96%

O valor apresentado na conta “621 – Subcontratos”, refere-se à subcontratação com as Associações para a prestação de serviço de prevenção e socorro, no Rally de Portugal de 2018.

O valor apresentado na conta “622 – Serviços especializados” – refere-se ao serviço prestado no âmbito da Vigilância Médica.

A conta “625 – Deslocações, estadas e transportes, regista o valor suportado com o transporte do equipamento e fardamento que estava no Escola Nacional de Bombeiros, para a Nova Sede da LBP, bem como, os arquivos do Núcleo do Fundo Protecção Social do Bombeiro e da Administração que estava nas instalações da Rua Eduardo Noronha.



A conta “6271 – Organizações da LBP” – regista uma diminuição de 96%, derivado do fato de no ano de 2018, de não ser ano de Congresso Ordinário, nem de Concursos Internacionais de Manobras.

A conta “63 - Gastos com o Pessoal” registou um aumento de 10% comparativamente ao ano anterior de onde se salientam as seguintes variações:

- A conta “631- Remunerações dos órgãos sociais” regista um aumento de 4%.
- A conta “632 - Remunerações do pessoal” regista um aumento de 25%. A variação desta conta ficou a dever-se essencialmente ao processamento das diuturnidades do pessoal e foi acompanhada por uma variação equivalente nos respetivos encargos sobre remunerações.
- A conta “638 – Outros custos c/pessoal” regista uma diminuição de 7%.

A rubrica “Juros suportados” registou um aumento de 40% comparativamente ao ano anterior. Esta variação esta relacionada com o empréstimo pedido para as obras no Palácio de S. Cristóvão e assim como pelo registo do valor de compensação para utilização das verbas do FPSB pela LBP.



2.4 Ganhos

RÉDITOS	SNC	Ano 2018	Ano 2017	Varição
71 VENDAS				
Mercadorias	711	205 454,99 €	235 933,83 €	-13%
Reembolso de portes	713	5 521,66 €	7 271,38 €	-24%
Devolução de vendas	717	-10 671,11 €	12 481,13 €	24%
TOTAL		200 305,54 €	230 724,08 €	-21%
72 PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS				
Sócios Singulares	72201	115 750,00 €	117 708,50 €	-2%
Sócios Extraordinários	72202	1 209,95 €	1 159,95 €	4%
Sócios Coletivos	72203	3 000,00 €	3 000,00 €	0%
Outros	72231	0,00 €	-	0%
Prestação de serviços secundários	725	138 923,49 €	187 032,09 €	-26%
TOTAL		258 883,44 €	308 900,54 €	-16%
75 SUBSÍDIOS DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO				
Apoio Financeiro	7510101	445 000,00 €	444 999,96 €	0%
Financiamento do FPSB	7510102	799 603,11 €	771 348,96 €	4%
POPH - Subsídios	7510201	0,00 €	0,00 €	0%
Outros - Subsídios	7510103	0,00 €	0,00 €	0%
Doações e heranças	753	155 293,61 €	647 090,42 €	-76%
TOTAL		1 399 896,72 €	1 863 439,34 €	-25%
78 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS				
Consignação de IRS	7815	6 826,93 €	2 605,00 €	100%
Organizações da Liga	78163	0,00 €	0,00 €	0%
Receitas UBPLP	78165	0,00 €	0,00 €	0%
Reembolsos FPSB	78164	0,00 €	0,00 €	0%
Descontos de pronto pagamento obtidos	782	0,00 €	0,00 €	0%
Recuperação de Dívidas	783	0,00 €	0,00 €	0%
Ganhos em Inventários	784	1 474,67 €	2 276,13 €	-35%
Ren.Ganhos em subsidiárias Associadas	785	36 666,46 €	0,00 €	100%
Rend.e Ganhos Investimentos Não Financeiros	787	0,00 €	0,00 €	0%
Outros	788	1 366,43 €	540,47 €	153%
TOTAL		46 334,49 €	5 421,60 €	755%
79 JUROS DIVIDENTOS E OUTROS RENDIMENTOS				
Juros Deposito à Ordem				
Juros Depósitos à Ordem /LBP	7911101	0,00 €	0,00 €	0%
Juros Depósitos à Ordem /FPSB	7911102	0,00 €	0,00 €	0%
Juros Depósitos a Prazo				
Juros Depósitos a Prazo/LBP	7911201	0,00 €	0,00 €	0%
Juros Depósitos a Prazo/FPSB	7911202	18 022,09 €	11 723,47 €	54%
De outras aplicações e meios financeiros	7912	62,14 €	128,65 €	-52%
Dividendos obtidos	792	1 839,47 €	0,00 €	100%
TOTAL		19 923,70 €	11 852,12 €	68%
TOTAL		1 925 343,89 €	2 420 337,68 €	-20%



Os ganhos da LBP diminuíram em 20% em relação ao ano anterior, o que corresponde a 494.993,79€.

- As vendas de mercadorias registaram uma diminuição de 21%.
- As prestações de serviços registaram uma diminuição de 16% em relação ao ano anterior, o que corresponde a 48.108,60€.
- A rubrica “Subsídios, Doações e Legados à exploração”, regista uma diminuição de 25% relativamente ao ano anterior, o que corresponde a 463.542,62€.
- A subconta “7510102 – Subsídio de Financiamento do FPSB” – regista um aumento em relação ao ano anterior de 4%, o que corresponde a 28.254,15€ e refere-se à atualização anual.
- A subconta “Doações e heranças” – regista uma diminuição de 76% em relação ao ano anterior, o que corresponde a 491.796,81€. As maiores contribuições são provenientes das seguintes entidades, a quem agradecemos reconhecidamente o contributo prestado:

• Irmandade dos Clérigos	18.022,00€
• Sociedade de Água de Luso, S.A.	20.000,00€
• Fundação Montepio Geral	12.000,00€
• Hsarah Trading, Lda	6.500,00€

- A rubrica “Juros Dividendos e Outros Rendimentos”, regista um aumento de 68%, em relação ao ano anterior, o que corresponde a 8.071,58€, derivado essencialmente do recebimento da distribuição dos lucros da Contabilifénix e Sabseg .



3. Análise da Estrutura de Ganhos e Gastos

3.1. Gastos

Os gastos da LBP, com destaque para as principais rubricas, estão distribuídos da seguinte forma:

- 66%, Fornecimentos e Serviços Externos;
- 25%, Gastos com o pessoal;
- 6%, Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas;
- 2%, Outros gastos e perdas;
- 1%, Juros e gastos similares suportados.

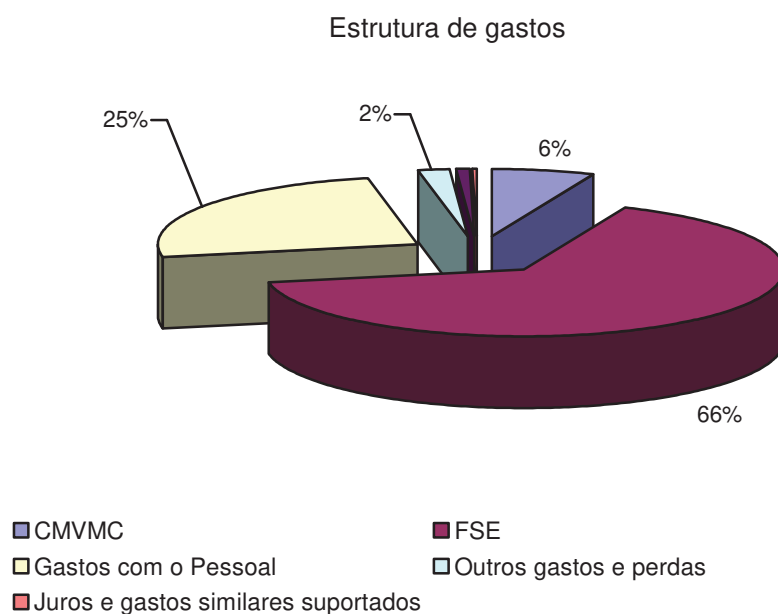


Gráfico 1 – Estrutura de gastos



3.2. Ganhos

A análise da estrutura de ganhos permite concluir que as receitas apresentem os seguintes valores:

- 73%, para Subsídios à exploração e Doações
- 24%, para Vendas de mercadorias e prestação de serviços
- 2%, outros rendimentos e ganhos
- 1%, juros e rendimentos similares obtidos

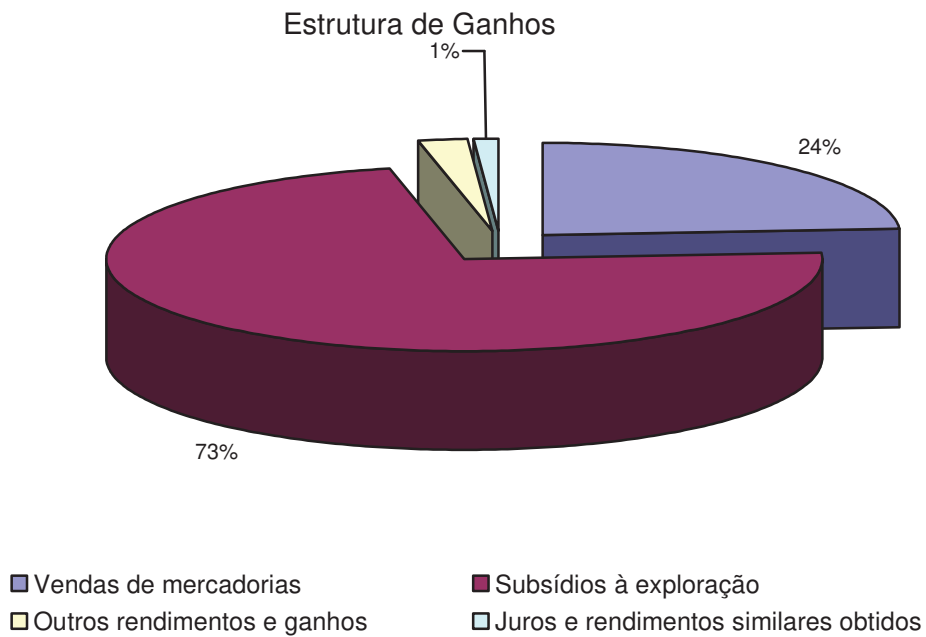


Gráfico 2 – Estrutura de ganhos



4. Cálculo de Rácios

	Ano 2018	Ano 2017	Varição n -(n-1)
Capitais permanentes	3.687.483,14€	4.006.289,96€	-8%
Capitais próprios	3.687.483,14€	4.006.289,96€	-8%
Total do ativo	5.728.574,19€	5.475.536,76€	5%
Ativo circulante	3.851.225,89€	3.723.399,42€	3%
Ativo circulante (Sem Depósito Prazo)	1.676.725,89€	2.270.468,67€	-26%
Ativo maneável	3.605.499,41€	3.467.783,78€	4%
Ativo maneável (Sem Depósito Prazo)	1.430.999,41€	2.015.283,78€	-29%
Imobilizações Financeira (Depósito Prazo)	2.174.500,00€	1.452.500,00€	50%
Imobilizado Líquido	1.877.348,30€	1.752.137,34€	7%
Resultado Líquido	-348.094,39€	-134.138,73€	160%
Vendas e serviços prestados	459.188,98€	539.624,62€	-15%
Fornecedores	330.234,12€	147.982,59€	123%
Compras	153.179,79€	195.529,57€	-22%
Clientes	405.412,32€	256.051,22€	58%
Inventários	245.726,48€	255.184,89€	-4%
Custo das Mercadorias Vendas Matérias Consumidas	146.884,81€	171.386,91€	-14%
Amortizações do Exercício	15.349,00€	15.380,24€	0%
Passivo	2.041.091,05€	1.469.246,80€	7%

4.1. Rácios de análise da Rentabilidade

	Ano 2018	Ano 2017
Rentabilidade dos Capitais Próprios (R.L / C.P)	-9,44%	-3,35%
Rentabilidade do Investimento Total (R.L. / Ativo)	-6,08%	-2,45%
Rentabilidade das Vendas (R.L. / Vendas)	-75,8%	-24,86%

4.2. Rácios de análise da Situação de Tesouraria

	Ano 2018	Ano 2017
Liquidez Geral (Ativo Circulante/Passivo Curto Prazo)	0,82	1,55
Liquidez reduzida (Ativo Maneável/Passivo Curto Prazo)	0,70	1,37



4.3. Rácios de análise da Situação Financeira

	Ano 2018	Ano 2017
Capitais Permanentes	3.687.483,14€	4.006.289,96€
Imobilizado líquido	1.877.348,30€	1.752.137,34€
Cobertura do Imobilizado	1,96	2,29
Capitais Próprios	3.687.483,14€	4.006.289,96€
Total do ativo	5.728.574,19€	5.475.536,76€
Autonomia Financeira	64,37%	73,17%
Capitais Próprios	3.687.483,14€	4.006.289,96€
Total do passivo	2.041.091,05€	1.469.246,80€
Solvabilidade a médio e longo prazo	1,81	2,73

4.4. Análise dos Rácios

Os rácios de Rentabilidade apresentam a seguinte variação, em resultado da conjugação das variações do Resultado Líquido e do Ativo.

- Rentabilidade dos capitais próprios desceu 6,09 %
- Rentabilidade do Investimento total desceu 3,63%
- Rentabilidade das vendas desce 50,95%

O rácio de liquidez Geral regista uma descida, 0,72 p.p., devido ao aumento do passivo da LBP neste ano em comparação com o ano anterior.

O rácio da liquidez reduzida regista uma descida, 0,67 p.p. devido ao aumento do passivo da LBP neste ano em comparação com o ano anterior.

Relativamente à Cobertura do Imobilizado, verifica-se também uma descida de 0,32 p.p., em relação ao ano anterior.

O rácio da Autonomia Financeira apresenta uma descida de 8,80 p.p. devido à diminuição dos Capitais próprios em relação com o total do ativo.

O rácio da Solvabilidade desceu 0,92 p.p. devido à diminuição do Capital próprio em relação ao passivo da LBP.



5. Controlo Orçamental

5.1. Gastos e perdas

GASTOS E PERDAS

CONTA	DESCRIÇÃO	PLANO	DEZEMBRO	Gastos/total (%)
61	CMVMC			
61108	CMVMC Fardamentos	150 000,00 €	120 194,90 €	80%
61111	CMVMC Medalhas	30 000,00 €	26 689,91 €	89%
	Subtotal	180 000,00 €	146 884,81 €	82%
62	FORNECIMENTO SERV. EXTERNOS			
6221	Trabalhos Especializados	105 000,00 €	112 168,78 €	107%
6222	Publicidade e Propaganda	100,00 €	0,00 €	0%
6223	Vigilância e Segurança	3 000,00 €	673,17 €	22%
6224	Honorários	40 000,00 €	31 987,88 €	80%
6226	Conservação e Reparação	10 000,00 €	8 961,78 €	90%
6227	Serviços Bancários	3 000,00 €	2 644,46 €	88%
6231	Ferramentas Utensílios Desgaste Rápido	3 700,00 €	2 585,64 €	70%
6232	Livros e Documentação. Técnica	100,00 €	0,00 €	0%
6233	Material de Escritório	8 000,00 €	7 810,00 €	98%
6234	Artigos para Oferta	600,00 €	1 380,35 €	230%
6241	Eletricidade	15 000,00 €	11 495,24 €	77%
6242	Combustíveis	12 500,00 €	13 716,47 €	110%
6243	Água	9 000,00 €	7 000,70 €	78%
6251	Deslocações e Estadas	30 000,00 €	28 880,52 €	96%
6252	Transporte de Pessoal	500,00 €	0,00 €	0%
6253	Transporte de Mercadorias	33 300,00 €	18 504,85 €	56%
6261	Rendas e Alugueres	16 000,00 €	14 791,36 €	92%
6262	Comunicação	60 000,00 €	59 546,28 €	99%
6263	Seguros	10 000,00 €	8 276,62 €	83%
6265	Contencioso e Notariado	3 000,00 €	2 496,17 €	83%
6266	Despesas de Representação	100,00 €	0,00 €	0%
6267	Limpeza, Higiene e Conforto	23 000,00 €	22 270,91 €	97%
6268	Outros Fornecimentos e Serviços	10 000,00 €	8 277,90 €	83%
6271	Organizações da Liga	40 000,00 €	19 949,94 €	50%
627111	Apoio às Federações	25 000,00 €	798,67 €	3%
	Subtotal	460 900,00 €	384 217,69 €	83%
63	GASTOS COM PESSOAL			
631	Ajudas de Custos Órgãos Sociais	120 000,00 €	126 805,09 €	106%
632	Remunerações com o pessoal	330 000,00 €	334 280,70 €	101%
638	Outros Órgãos	32 000,00 €	33 752,91 €	105%
	Subtotal	482 000,00 €	494 838,70 €	103%
64	GASTO DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO			
	Amortizações do Exercício	13 700,00 €	15 349,00 €	112%
	Subtotal	13 700,00 €	15 349,00 €	
68	OUTROS GASTOS E PERDAS			
681	Impostos	5 500,00 €	3 720,91 €	68%
6883	Quotizações	2 000,00 €	1 650,00 €	83%
684+6884+6888	Outros	12 000,00 €	19 679,73 €	164%
	Subtotal	19 500,00 €	25 050,64 €	128%
69	GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO			
691	Juros Suportados	7 000,00 €	7 899,43 €	
	Subtotal	7 000,00 €	7 899,43 €	113%
TOTAL DE GASTOS E PERDAS		1 163 100,00 €	1 074 240,27 €	92%

**GANHOS E RÉDITOS**

CONTA	DESCRIÇÃO	PLANO	DEZEMBRO	Ganhos/total (%)
71	VENDAS			
71108	Vendas de Fardamentos	180 000,00 €	158 913,27 €	88%
71111	Vendas de Medalhas	50 000,00 €	45 590,29 €	91%
	Subtotal	230 000,00 €	204 503,56 €	89%
72	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS			
722	Quotizações de Associados	110 000,00 €	107 249,95 €	97%
725	Prestações de Serviços	150 000,00 €	138 923,49 €	93%
	Subtotal	260 000,00 €	246 173,44 €	95%
75	SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO E DOAÇÕES			
7510101	Apoio Financeiro	445 000,00 €	445 000,00 €	100%
		445 000,00 €	445 000,00 €	
753	Doações e Heranças	154 000,00 €	153 486,13 €	100%
78	OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	37 000,00 €	36 666,46 €	99%
	JUROS, DIVIDENDOS E OUTROS			
79	RENDIMENTOS SIMILARES			
791	Juros obtidos	100,00 €	0,00 €	0%
7922	Dividendos	0,00 €	0,00 €	0%
	Subtotal	100,00 €	0,00 €	
	Imputação de gastos ao FPSB	37 000,00 €	36 116,60 €	98%
TOTAL DE GANHOS E RÉDITOS		1 163 100,00 €	1 121 946,19 €	96%



CONTA	DESCRIÇÃO	PLANO	DEZEMBRO	Gastos/total (%)
	Distribuição do donativo de Timor	822 008,00 €	0,00 €	
622114002	Vigilância Médica	143 000,00 €	77 427,29 €	54%
628	FPSB			
62801	Apoios a Conceder a Beneficiários	500 000,00 €	459 210,65 €	92%
62808	Pensões de Sangue	240 000,00 €	167 744,92 €	70%
62810	Propinas	300 000,00 €	268 075,24 €	89%
	Subtotal	1 040 000,00 €	895 030,81 €	86%
622....	Gastos administrativos e de gestão do FPSB	15 500,00 €	30 241,16 €	
63	GASTOS COM O PESSOAL			
631...638	Gastos com o Pessoal	85 000,00 €	83 052,88 €	
	Subtotal	85 000,00 €	83 052,88 €	98%
	RESERVA DO ORÇAMENTO DE 2017 Cativação de 15% (Art.º 46-2 do DL nº 249/2012)	115 702,34 €		
	TOTAL GASTOS E PERDAS	2 221 210,34 €	1 085 752,14 €	49%

GANHOS E RÉDITOS

CONTA	DESCRIÇÃO	PLANO	DEZEMBRO	Ganhos/total (%)
75	SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO			
7510102	Financiamento do FPSB	771 349,00 €	799 603,11 €	104%
	Donativo do Governo de Timor	822 008,00 €		
753	Doações	464 719,34 €	1 807,48 €	0%
79	JUROS, DIVIDENDOS E OUTROS RENDIMENTOS SIMILARES			
791	Juros de depósitos bancários	15 000,00 €	19 923,70 €	133%
	Reserva de 15% do Orçamento 2017	148 134,00 €		
	TOTAL GANHOS E RÉDITOS	2 221 210,34 €	821 334,29 €	37%



6. Resultados Sectoriais

	Ano 2018	Ano 2017	Variação	
Resultados do Jornal	-124.008,74€	-115.593,04€	-8.415,70€	7%
Resultados do Departamento Fardamentos	-850,98€	12.039,96€	-12.890,94€	-107%
Resultados do FPSB	-264.417,85€	114.097,27€	-378.515,12€	-332%
Total	-389.277,57€	10.544,19€	-401.723,37€	-3.792%
Resultado da atividade da Liga	41.183,18€	-144.682,92€	185.866,10€	-128%
Resultado Geral	-348.094,39€	-134.138,73€	-213.955,66€	160%

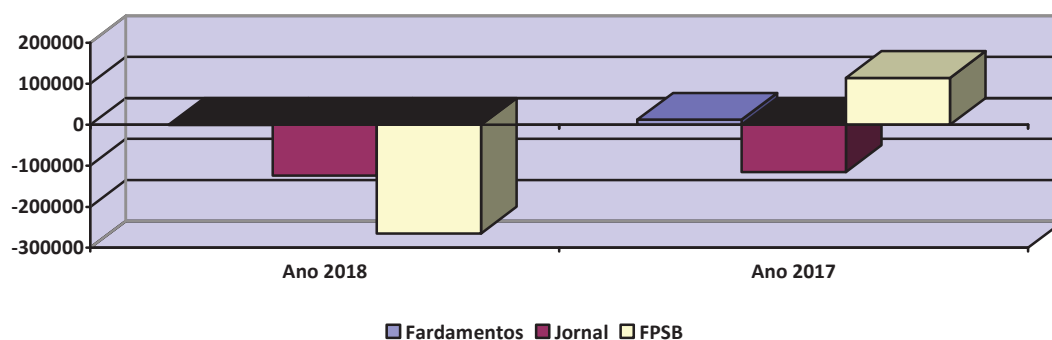


Gráfico 3 - Resultados Gerais

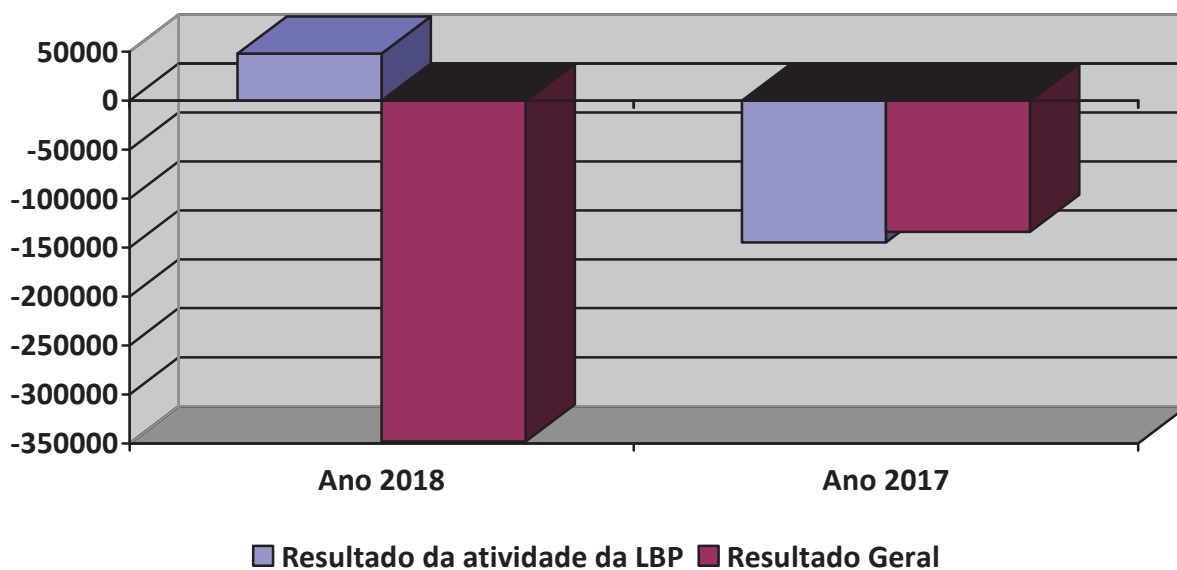


Gráfico 4 - Resultados sectoriais



6.1. Demonstração de Resultados do Jornal “Bombeiros de Portugal”

Conta	Descritivo	Ano 2018	Ano 2017	Conta	Descritivo	Ano 2018	Ano 2017
	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS				VENDAS		
6221	Trabalhos Especializados	33 296,02	31 937,44	7111106	Assinatura do Jornal	788,81	598,20
6224	Honorários	6 100,00	6 000,00	7253101	Publicidade	7 063,83	9 013,57
6226	Conservação e reparação	0,00	0,00	717	Publicidade	0,00	-11,32
62331	Material de escritório	0,00	135,00				
6234	Artigos para oferta	0,00	0,00				
6251	Deslocações e Estadas	0,00	0,00				
6253	Transporte de mercadorias	0,00	0,00				
62582	Transporte-Outros	0,00	0,00				
6242	Combustíveis	0,00	0,00				
6262	Comunicação	21 904,93	19 126,72				
6271	Edições Técnicas	0,00	0,00				
6266	Despesas de Representação	0,00	0,00				
63	Gastos com o pessoal	68 725,57	66 643,70				
68	Outros gastos e perdas	1 834,86	1 350,63				
TOTAL		131 861,38	125 193,49	TOTAL		7 852,64	9 600,45

Resultado Líquido	-124 008,74	-115 593,04
--------------------------	-------------	-------------



6.2. Demonstração de Resultados do Departamento de Fardamentos

Conta	Descritivo	Ano 2018	Ano 2017	Conta	Descritivo	Ano 2018	Ano 2017
	FSE				VENDAS		
611	CMVMC	120 194,90	141 965,06	711	Vendas	158 913,27	183 239,43
6221	Trabalhos especializados	172,32	131,97				
6224	Honorários	0,00	0,00	713	Portes Fardamentos	2 885,10	3 910,89
6226	Conservação e reparação	1 135,52	30,70	717	Devolução de vendas	-9 734,17	-9 053,89
6227	Serviços Bancários	108,79	220,53				
6228	Outros	0,00	0,00	7173	Devolução de portes	0,00	0,00
6238	Ferramentas de Desgaste Rápido	0,00	0,00				
6233	Material de escritório	0,00	150,00	78	Outros Rendimentos e ganhos	0,00	0,00
6242	Combustíveis	591,12	293,22				
6243	Água	0,00	186,05				
6251	Deslocações, estadas	0,00	0,00				
6252	Transportes de pessoal	0,00	0,00				
6253	Transporte de Mercadorias	6 504,06	0,00				
6261	Rendas e alugueres	195,01	49,83				
6262	Comunicação	2 496,76	3 677,87				
6263	Seguros	220,96	447,52				
6267	Limpeza, higiene e conforto	181,74	103,97				
6268	Outros serviços	0,00	0,00				
63	Gastos com o pessoal	17 424,10	17 188,28				
68	Outros gastos	3 689,90	1 611,47				
69	Gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00				
TOTAL		152 915,18	166 056,47	TOTAL		152 064,20	178 096,43

Resultado Líquido	-850,98	12 039,96
--------------------------	---------	-----------

CMVMC	120 194,90 €	141 965,06 €
Vendas	152 064,20 €	178 096,43 €
Margem Bruta	26,51%	25,45%



6.3. Demonstração de Resultados do F.P.S.B.

Conta	Descritivo	Ano 2018	Ano 2017	Conta	Descritivo	Ano 2018	Ano 2017
6221	Trabalhos especializados	98 337,29	41,82	751	Subsídio Financiamento do FPSB	799 603,11	771 348,96
6223	Vigilância e segurança	0,00	50,92	753	Doações	1 807,48	263 890,43
6226	Conservação e reparação	0,00	0,00	7632	Reversão da provisão	0,00	0,00
6227	Serviços bancários	368,72	1 290,51	78	Outros rendimentos e ganhos		
6233	Material de escritório	845,01	509,22	7816301	Inscrições no Encontro Q. Honorário	0,00	0,00
6231	Ferramentas e utensílios	0,00	0,00	7872	Sinistros	0,00	0,00
6241	Eletricidade	888,01	881,08				
6242	Combustíveis	0,00	0,00	R9001079	Juros, dividendos e outros	19 923,70	11 723,26
6243	Água	496,99	433,13				
6251	Deslocações e estadas	0,00	49,29				
6252	Transporte de pessoal	0,00	0,00				
62531	Transporte de mercadorias	3 999,96					
6261	Quotização do condomínio	356,50	414,00				
62622	Comunicação	317,60	257,31				
106263	Seguros	903,91	752,96				
106267	Limpeza, higiene e conforto	1 153,68	1 019,81				
6271	Juvebombeiro	0,00	0,00				
6268	Outros fornecimentos	0,00	0,00				
62801	Subsídios atribuídos- FPSB	248 982,26	268 560,05				
62802	Comparticipações atribuídas	202 324,41	153 591,59				
62803	Seguro Social Voluntário	0,00	0,00				
62804	Apoios Extraordinários	0,00	0,00				
62805	Comparticipações AR	7 903,98	8 291,25				
62806	Subsídios AR	0,00	0,00				
62808	Pensões de sangue	167 744,92	197 399,67				
62809	Encontro do Quadro Honorário	0,00	0,00				
62810	Propinas	268 075,24	238 681,65				
62811	Pensões Timor	0,00	0,00				
631	Gastos com pessoal -	10 727,20	6 036,10				
632	Vencimentos	56 382,70	37 377,14				
63212	Trabalho Extraordinário	325,99	0,00				
6352	Segurança Social	11 715,88	7 531,38				
6382	Outros sectores - Ajud. Custo	3 901,11	9 659,50				
68	Multas e penalidade	0,00	37,00				
69	Empréstimos bancários	0,78	0,00				
TOTAL		1 085 752,14	932 865,38	TOTAL		821 334,29	1 046 962,65

Resultado Líquido	-264 417,85	114 097,27
--------------------------	-------------	------------

Provisão do valor cativo de Timor	822 008,55
--	------------



ANEXO

BALANCETE DO RAZÃO A 31/12/2018

Balancete de Razão

Data : 31 de Dezembro de 2018

Folha No : 1

Conta	Nome	Movimento do Mês		Acumulados Actuais		Saldos
		Débito	Crédito	Débito	Crédito	
11	CAIXA	10,276.24	10,606.48	162,929.58	162,447.60	481.98 D
12	DEPÓSITOS À ORDEM	375,217.22	432,159.48	7,149,585.90	6,807,213.26	342,372.64 D
13	OUTROS DEPÓSITOS BANCÁRIOS	0.00	0.00	2,624,500.00	450,000.00	2,174,500.00 D
14	OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	0.00	0.00	9,900.00	9,900.00	0.00 D
21	CLIENTES	61,720.05	38,788.38	984,289.97	582,086.76	402,203.21 D
22	FORNECEDORES	37,358.12	96,652.64	797,268.83	1,102,744.83	305,476.00 C
23	PESSOAL	41,096.24	41,121.88	499,963.97	496,072.70	3,891.27 D
24	ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	105,953.43	102,923.27	579,359.33	574,313.27	5,046.06 D
25	FINANCIAMENTOS OBTIDOS	96,612.79	60,000.00	884,068.48	1,137,722.96	253,654.48 C
26	ASSOCIADOS	36,253.07	0.00	36,253.07	36,253.07	0.00 C
27	OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR	658,643.53	664,225.11	1,975,770.33	1,975,026.84	743.49 D
28	DIFERIMENTOS	9,282.72	0.00	28,877.08	12,568.34	16,308.74 D
29	PROVISÕES	0.00	0.00	0.00	822,008.55	822,008.55 C
31	COMPRAS	22,929.93	22,929.93	153,179.79	153,179.79	0.00 D
32	MERCADORIAS	24,404.60	20,964.32	408,169.30	162,442.82	245,726.48 D
41	INVESTIMENTOS FINANCEIROS	13.88	0.00	246,734.29	103,640.98	143,093.31 D
42	PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO	0.00	7,123.16	419,569.80	72,837.77	346,732.03 D
43	ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	7,906.37	8,051.32	1,375,724.05	644,853.38	730,870.67 D
44	ACTIVOS INTANGÍVEIS	0.00	174.52	7,635.42	6,874.07	761.35 D
45	INVESTIMENTOS EM CURSO	0.00	0.00	657,592.62	1,701.68	655,890.94 D
53	OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO	0.00	0.00	0.00	14,323.57	14,323.57 C
55	RESERVAS	0.00	0.00	0.00	3,505,113.26	3,505,113.26 C
56	RESULTADOS TRANSITADOS	0.00	28,159.00	2,935,084.15	3,424,035.17	488,951.02 C
57	AJUSTAMENTOS EM ACTIVOS FINANCEIROS	0.00	0.00	47,124.98	74,314.66	27,189.68 C
61	CUSTO MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRI	13,642.37	0.00	146,884.81	0.00	146,884.81 D
62	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	125,782.61	2,394.74	1,500,154.55	14,774.68	1,485,379.87 D
63	GASTOS COM PESSOAL	89,713.57	48,343.28	615,620.86	48,670.77	566,950.09 D
64	GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO	15,349.00	0.00	15,349.00	0.00	15,349.00 D
68	OUTROS GASTOS E PERDAS	13,172.74	0.00	48,318.72	0.00	48,318.72 D
69	GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO	2,225.93	0.00	7,899.43	0.00	7,899.43 D
71	VENDAS	444.81	19,517.81	10,970.35	211,275.89	200,305.54 C
72	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	0.00	29,747.69	103,780.00	362,663.44	258,883.44 C
75	SUBSIDIOS DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃ	0.00	104,766.98	0.00	1,399,896.72	1,399,896.72 C
78	OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	0.00	1,474.67	0.00	46,334.49	46,334.49 C
79	JUROS, DIVIDENDOS E OUTROS RENDIMENTOS	0.00	10,530.92	0.00	19,923.70	19,923.70 C
81	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	2,656.36	0.00	136,795.09	134,138.73	2,656.36 D

Total a débito:	1,750,655.58	24,569,353.75	7,342,060.45 D
Total a crédito:	1,750,655.58	24,569,353.75	7,342,060.45 C



LIGA DOS
BOMBEIROS
PORTUGUESES

Fundo
de Protecção
de Protecção
Social
do Bombeiro

Relatório 2018





Índice

1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS	4
2 - DESENVOLVIMENTO FINANCEIRO DO FPSB	12
3 - REPRESENTAÇÕES GRÁFICAS	18
4 - ORGANOGRAMAS.....	22



1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS

A gestão do F.P.S.B. compete ao Conselho Executivo da L.B.P. coadjuvado por uma Comissão Social composta por três elementos que foram eleitos no Conselho Nacional Extraordinário reunido na Batalha em 14 de abril de 2018: - Teodósio Rocha Carrilho na qualidade de secretário e os vogais Cte. José Alberto Lopes Requeijo e Luís Miguel Baptista, a que acrescem dois elementos do Conselho Executivo da LPB, por inerência dos seus cargos, o Presidente e o Vice-Presidente para a área financeira, respetivamente Cte. Jaime Marta Soares e Rui Rama da Silva.

No ano de 2018 a Comissão Social do F.P.S.B. realizou 7 reuniões deliberativas na sede da L.B.P., tendo em consideração o número de processos novos instaurados para análise e decisão, bem como a verificação e decisão nos processos já existentes para a continuidade da atribuição ou não dos benefícios requeridos.

A Comissão Social procedeu à análise, discussão e decisão dos inúmeros processos em que os bombeiros na qualidade de beneficiários principais ou em nome dos seus dependentes, requereram diversos subsídios, participações ou outros tipos de apoios consignados no Regulamento do Fundo Proteção Social do Bombeiro para fazerem face a situações complexas com que se foram deparando no seu dia-a-dia, e outras de âmbito social, tendo os mesmos na sua esmagadora maioria sido aprovados de forma célere.

Da análise dos pedidos apresentados verificou-se que as condições sócio - económicas dos beneficiários não se alteraram significativamente em relação ao ano anterior, situação que ainda afetou um expressivo número de bombeiros e de seus familiares. Temos que ter ainda em consideração um aumento crescente do número de bombeiros que são portadores de doenças crónicas graves, e que conseqüentemente têm necessidade de serem ajudados e as suas famílias, bem como, e infelizmente um aumento significativo do número de bombeiros acidentados em serviço no desempenho das suas diversas missões.

Ainda neste contexto, não nos podemos alhear da existência de um cada vez maior número de Bombeiros e de seus dependentes que frequentam os diversos graus do ensino na continuidade dos estudos, até ao ensino universitário, bem como daqueles que têm dificuldades económicas para fazerem face aos custos das despesas com a aquisição de material ortopédico, de próteses, ortóteses ou de reabilitação que solicitaram apoios ao F.P.S.B.



Por ultimo, e como já fora anteriormente referido, não poderemos esquecer os bombeiros acidentados em serviço, de que em alguns casos resultaram infelizmente ferimentos de certa gravidade e em outros casos sequelas incapacitantes para toda a sua vida. Estas situações, dada as suas dificuldades, exigiram da Comissão Social do F.P.S.B, uma maior atenção e celeridade no acompanhamento e decisão dos processos, sem obviamente descurar a resolução dos demais processos instaurados.

No âmbito da educação, e ainda bem que assim é, o direito ao reembolso das propinas pagas pela frequência do ensino secundário ou superior dos bombeiros dos corpos profissionais, mistos ou voluntários, e dos seus dependentes no ano de 2018, em termos quantitativos sofreu um aumento significativo de beneficiários. O processo para a sua obtenção é da responsabilidade da Autoridade Nacional e Proteção Civil cabendo ao Fundo de Proteção Social do Bombeiro o encargo exclusivo de proceder aos respetivos pagamentos aos beneficiários, suportando os seus custos.

Com base no definido no paragrafo anterior no decurso no ano de 2018 foram pagos pelo FPSB os reembolsos de propinas referentes ao ano letivo de 2017/2018 por indicação da ANPC, que ascenderam ao montante total de 268.075,24 €, resultando um aumento de 12,32% em relação ao montante pago no ano de 2017 de 238.681,65 €, de 24,34% relativamente ao montante pago no ano de 2016 de 215.596,95 €, e de 31,89% relativamente ao montante pago de 2015 de 203.258,02 €.

Por outro lado, foi criada a obrigatoriedade dos bombeiros voluntários se submeterem periodicamente a inspeções médico - sanitárias asseguradas pela Autoridade Nacional de Proteção Civil, mas cujo custo é exclusivamente suportado pelo F.P.S.B., e no que respeita ao ano em análise, o seu montante foi de 64.814,79 € que corresponde aos custos administrativos e outros relativos ao procedimento de concurso publico para futuras inspeções.

Os custos destas regalias (reembolso de propinas e inspeções medico sanitárias) atribuídas aos bombeiros são suportadas pelo FPSB, de conformidade com legislação atualmente em vigor, criando-se assim uma cada vez menor disponibilidade financeira no futuro, a não ser que os valores suportados sejam repostos nas participações de financiamento atribuídas pelo Governo através da Autoridade Nacional de Proteção Civil, de forma a que possamos no futuro acautelar e garantir a existência e sustentabilidade do Fundo de Proteção Social do Bombeiro para o cumprimento dos fins a que se destina.



Merece realce, a forma cuidada e de rigor que a Comissão Social do Fundo de Proteção Social do Bombeiro aplicou nas decisões proferidas nos processos, sempre com base na aplicação estreita do articulado no seu Regulamento, tendo ainda em atenção as condições sócio - económicas dos requerentes e de suas famílias.

A recente revisão e aprovação do Regulamento do Fundo de Proteção Social do Bombeiro, criou condições para que a sua aplicabilidade seja mais objetiva e célere, pugnando pela Justiça dos fins sociais a que se destina, e abrangendo um cada vez maior número de bombeiros e de seus familiares diretos.

Com vista à resolução dos processos mais complexos que nos merecem um conhecimento mais rigoroso das condições dos petionários e de seus agregados familiares foi necessária a sua verificação no terreno em face dos pedidos formulados. Esta situação determinou as deslocações, devidamente autorizadas, aos locais das residências e respetivas Associações Humanitárias/Corpos de Bombeiros, bem como à Companhia de Seguros Lusitânia S.A., com sede no Porto, de elementos da Comissão Social para emissão dos competentes relatórios das visitas, a fim de ajudar a análise e decisão da atribuição das participações ou outros tipos de subsídios requeridos. Nesta conformidade foram realizadas 6 visitas aos locais devidamente identificados no quadro que se segue:

Q.	ASSOCIAÇÃO / CB	PROCº Nº	DESCRIÇÃO
1	Companhia de Seguros Lusitânia SA	3135 a 3141	Acidentados em Serviço (Castanheira de Pêra)
1	Castanheira de Pêra	3135 a 3141	Acidentados em Serviço
1	Gondomar	3148	Apoio de Solidariedade
1	Cernache do Bonjardim	1674	Apoio de Solidariedade
1	Castanheira de Pêra	3135 a 3141	Acidentados em Serviço
1	Amarante	1582	Apoio de Solidariedade
6			

No ano de 2018 foram instaurados 139 novos processos, tendo sido no ano anterior instaurados 163 processos, verificando-se assim um acréscimo de 17,27%, valor este que significa um aumento de trabalho, porque os processos sendo em maior número, também são mais complexos e difíceis dadas as suas exigências e conteúdos diferentes, o que implica ainda um maior rigor e cuidado por parte da Comissão Social na sua resolução, dando como exemplo o número elevado de instauração



de processos relativos a bombeiros infelizmente acidentados em serviço, e a reabertura de outros que se mostravam encerrados, por diferendos com as Seguradoras envolvidas.

Foi feito um acompanhamento rigoroso dos processos de atribuição de subsídios já anteriormente aprovados, nomeadamente dos subsídios trimestrais de estudo, dos subsídios mensais de creches ou infantários, em relação ao ano de 2018, para além da análise e discussão de todos os novos pedidos requeridos com vista à sua decisão. Houve ainda uma preocupação constante na resolução célere dos processos instaurados de forma a minimizar as situações complexas e difíceis dos seus beneficiários.

Os elementos do departamento administrativo do F.P.S.B. não regatearam esforços nem empenho com vista aos esclarecimentos solicitados pelas Associações Humanitárias/Corpos de Bombeiros, relativos aos possíveis apoios a requererem, bem como a indicação pormenorizada dos documentos oficiais exigidos para a formação dos processos e ainda a visualização rigorosa dos elementos necessários aos processos instaurados para a sua decisão.

Torna-se, como já fora referido no Relatório do ano anterior, importante, necessária e urgente uma ação de sensibilização junto das Associações Humanitárias/Corpos de Bombeiros para que a sua intervenção na elaboração dos pedidos e envio dos documentos com vista à instauração dos processos do FPSB, assim como a resposta às orientações solicitadas sejam enviadas ou fornecidas com rapidez, de forma a que a nossa acção interventiva seja plena de êxito e célere.

No ano em curso, a Comissão Social do FPSB apreciou 790 processos, que obtiveram os seguintes despachos;

Processos	Deferidos	Indeferidos	Em Análise	Findos	Totais
Novos	140	64	1	18	223
Existentes	117	171	4	275	567
TOTAIS	257	235	5	293	<u>790</u>

Em 2018 foram apreciados 790 processos, sendo 140 novos processos e 117 processos já existentes. O indeferimento de um tão elevado numero de processos novos ou existentes, na maioria dos casos, resulta do facto do não enquadramento dos apoios requeridos nas disposições



do Regulamento do FPSB, do valor do rendimento per-capita dos requerentes ser superior ao valor do (IAS) - indexante do apoio social, ou ainda de pedidos de subsídios de creche ou infantários sem que exista suporte dos custos, bem como de processos sem prova documental. Para uma análise dos processos apreciado pela Comissão Social do FPSB, apresentamos a evolução verificada desde o ano de 2014:

Ano	Apreciados	Deferidos	Indeferidos	Pendentes/Arquivados
2014	313	204	46	63
2015	404	304	51	49
2016	279	191	48	40
2017	312	190	64	58
2018	790	257	235	298

No decorrer do ano movimentaram-se para pagamento 964 processos (- 2,15 %), contemplando um universo de 1375 pessoas (+2,15%) e processados 6421 pagamentos aos beneficiários. Em 2017 esse movimento foi respetivamente de 985 processos e 1346 pessoas.

O valor pago pelo FPSB no ano de 2018 no seu total foi de 961.811,69 €, valor este que engloba 248.619,26 € de subsídios, 212.557,48 € de participações e 500.634,95 € de apoios específicos que englobam os montantes pagos de Pensão Preço de Sangue, do reembolso das propinas e da vigilância médica. No que se refere ao montante pago de Pensões de Preço de Sangue em relação ao ano anterior, verifica-se um decréscimo de 15,03%, e relativamente ao valor pago de propinas o acréscimo é de 12,31%. O valor pago na rubrica (vigilância médica) reporta-se exclusivamente a custos administrativos e outros relativos ao procedimento de concurso público.

Evolução dos apoios concedidos nos últimos 5 anos:

Ano	Subsídios	Participações	Específicos	Total Ano
2014	259.286,62 €	191.146,77 €	624.145,75 €	1.074.579,14 €
2015	280.853,00 €	196.422,69 €	535.201,94 €	1.012.477,63 €
2016	277.270,33 €	142.981,39 €	496.819,08 €	917.070,80 €
2017	268.560,05 €	161.882,84 €	436.123,14 €	866.566,03 €
2018	248.619,26 €	212.557,48 €	500.634,95 €	961.811,69 €

Nota: Os apoios designados por Específicos englobam os montantes pagos de Pensão de Sangue, Créditos, Propinas e Vigilância Médica.



FINANCIAMENTO DO FPSB

Valores transferidos da ANPC e os valores pagos pelo FPSB

ANÁLISE COMPARATIVA

Ano	Valores transferidos pela ANPC	Valores pagos pelo FPSB	%
2014	683.678,38 €	1.074.579,14 €	57,18%
2015	713.010,07 €	1.012.477,63 €	42,00%
2016	(a) 771.348,95 €	(b) 917.070,80 €	18,89%
2017	771.348,96 €	866.566,03 €	12,34%
2018	779.603,11 €	961.811,69 €	20,29%

- a) – O montante total das transferências mensais da ANPC para o FPSB no ano de 2016 foi de **771.348,95 €**, tendo ainda sido transferido a título extraordinário o montante de **566.212,50 €**, sendo **216.212,50 €** para pagamento da vigilância médica realizada no ano de 2015 pela entidade promotora, e **350.000,00 €** proveniente do 2º donativo do governo de Timor Leste para reforço da disponibilidade do FPSB.
- b) – O montante total pago pelo FPSB no ano de 2016 foi de **917.070,80 €**, valor este que engloba **271.429,69 €** do pagamento das indemnizações aos bombeiros vitimas nos fogos florestais de 2013 e **917.070,80 €** de pagamento dos subsídios, participações e apoios específicos, sendo que este é o único valor a considerar para efeitos de análise, para que não resultem distorções.

Relativamente ao ano de 2018 verifica-se que o valor transferido pela ANPC de 779.603,11 € é inferior em 20,29% ao total dos valores pagos pelo FPSB no montante de 961.811,69.

Da evolução entre os montantes transferidos pela Autoridade Nacional de Proteção Civil nos últimos cinco anos (2014 a 2018) para financiamento do Fundo de Proteção Social do Bombeiro e os montantes dos subsídios, participações ou outras regalias pagos aos bombeiros pelo FPSB, verifica-se que os montantes transferidos pela ANPC relativamente aos anos de 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018 são inferiores aos valores pagos pelo FPSB, nas percentagens de 57,18%, 42,00%, 18,89%, 12,34% e 20,29% respetivamente, concluindo-se que esta tendência deficitária pode por em causa, o risco e sustentabilidade financeira do FPSB.



Notas Diversas:

Os elementos que prestam o apoio administrativo ao FPSB na LBP, continuaram a desenvolver ações de esclarecimentos em face das solicitações das Associações Humanitárias/Corpos de Bombeiros, bem como responder aos inúmeros assuntos relacionados com o acompanhamento dos processos e das suas necessidades documentais, sendo de realçar, entre outras, as seguintes:

- Envio de ofícios aos Presidentes de Associações e Comandantes dos CB dando conhecimento dos despachos exarados pela Comissão Social;
- Envio mensal de ofícios aos beneficiários, a dar conhecimento dos apoios e valores processados;
- Solicitação de comprovativos das pensões de reforma;
- Solicitação de certificados de matrícula para atribuição do subsídio trimestral de estudo, bem como do aproveitamento escolar;
- Solicitação das declarações de I.R.S. e notas de liquidação no âmbito dos benefícios inseridos na Fénix Social;
- Sensibilização junto dos beneficiários, para que recebam os apoios por transferência bancária evitando o pagamento por cheque;
- Alertas através do envio de ofícios aos beneficiários das necessidades da remessa dos documentos necessários para que seja mais célere a análise e decisão dos diversos processos;

▪ **SEGURO SOCIAL VOLUNTÁRIO (Art.º 10.º):**

O Decreto-Lei n.º 241/2007 de 21 de junho alterado pelo Decreto-Lei n.º 249/2012 de 21 de novembro determina, como já constava no Decreto-Lei alterado, que os bombeiros que preencham os requisitos do Art.º 13.º podem beneficiar do regime do seguro social voluntário, sendo o pagamento das contribuições para a Segurança Social, efetuado pelas entidades detentoras de bombeiros, ressarcidos pelo Fundo de Proteção Social.

No decurso de parte do ano de 2018, também não beneficiaram deste regime quaisquer bombeiros, o que representa de alguma forma a estabilidade laboral dos mesmos.



▪ **PENSÃO DE PREÇO DE SANGUE:**

Desde a publicação do Decreto-Lei n.º 241/2007 de 21 de junho alterado pelo Decreto-Lei n.º 249/2012 de 21 de novembro, o FPSB suporta os encargos de custo da Pensão de Preço de Sangue.

Em 2018 encontravam-se ativos 21 processos, que corresponde ao mesmo número do ano de 2017, estando os respetivos herdeiros legais a usufruir das pensões, calculadas pela Caixa Geral de Aposentações, e cujos autores das heranças são os seguintes bombeiros:

PENSÃO PREÇO DE SANGUE		
Proc.º Nº 648/1998	Joaquim Pereira de Oliveira Sousa	BV Sanfins do Douro
Proc.º Nº 834/2002	Joaquim Carlos Teixeira Macieira	BV Amarante
Proc.º Nº 1012/2005	André Manuel Dias Ferreira	BV Guimarães
Proc.º Nº 1392/2008	Inácio Carvalho de Freitas	BV Guimarães
Proc.º Nº 1556/2009	Rui Carlos Santos Correia	CBS Coimbra
Proc.º Nº 1710/2010	Carlos Manuel da Silva Santos	BV Cabo Ruivo
Proc.º Nº 1760/2010	João Vítor Pombo Silva Domingos	BV Alcobaça
Proc.º Nº 1851/2011	Diamantino Santos Correia de Sá	BV Lourosa
Proc.º Nº 2063/2012	José Miguel Santos Ribeiro	BV Arrifana
Proc.º Nº 2064/2012	Paulina Maria Gonçalves Pereira	BV Abrantes
Proc.º Nº 2123/2012	Fernando Manuel Oliveira Reis	BV Aguda
Proc.º Nº 2269/2013	Sérgio Domingos Martins Hilário	BV Sabugal
Proc.º Nº 2370/2013	António Rui Pereira Simões Nunes	BV Mealhada
Proc.º Nº 2418/2014	Ana Rita Abreu Pereira	BV Alcabideche
Proc.º Nº 2428/2014	Pedro Miguel Jesus Rodrigues	BV Covilhã
Proc.º Nº 2440/2014	Vitor Manuel Mendes Joaquim	BV Figueiró dos Vinhos
Proc.º Nº 2484/2014	Herberto Luís Alves Correia	BV Faialenses
Proc.º Nº 2957/2016	Leonel Joaquim Parreira	BV Grândola
Proc.º Nº 1967/2012	Sérgio Miguel Jesus Ferreira	BV Pampilhosa
Proc.º Nº 0746/2001	Carlos Alberto Marcelino Roios	BV Vila Flôr
Proc.º Nº 2275/2013	Fernando Manuel Sousa Reis	BN Valença



2 - DESENVOLVIMENTO FINANCEIRO DO FPSB

ENCARGOS POR ARTIGOS E BENEFÍCIOS

(Valores em Euros)

MAPA DEMONSTRATIVO DAS DIFERENÇAS » 2017/2018

ARTIGOS	DESIGNAÇÃO	2018	2017	Diferenças
	SUBSÍDIOS			
	Bombeiros Falecidos em Serviço			
Art.º 8-1 a)	Subsídio de Funeral			
Art.º 8-1 b)	Subsídio Mensal Alimentação	23.480,00	31.330,00	-7.850,00
Art.º 8-1 c)	Subsídio Despesas Tratamento			
Art.º 8-1 d)	Subsídio Mensal Frequência Creches	741,00		741,00
Art.º 8-1 e)	Subsídio Trimestral Estudo	3.235,00	4.240,00	-1.005,00
Art.º 8-1 f)	Subsídio Anual Vestuário	4.370,00	5.750,00	-1.380,00
Art.º 8-1 g)	Subsídio Mensal de Lar	1.275,00	1.125,00	150,00
Art.º 8-1 h)	Nascimento			
	Bombeiros Acidentados em Serviço			
Art.º 8-2.1	a) Centro de Dia (Mensal)			
	b) Internamento em Lares	4.668,36	4.273,92	394,44
	c) Acompanhamento para terceira pessoa			
Art.º 8-2.2	a) Mensal de Alimentação	5.740,00	1.200,00	4.540,00
	b) Despesas de Tratamento	188,74		
	c) Mensal de Creche	48,18		48,18
	d) Trimestral de Estudo	465,00	140,00	325,00
	e) Anual de Vestuário	1.150,00	230,00	920,00
	f) Mensal de Lar			
	COMPARTICIPAÇÕES			
	Bombeiros Falecidos em Serviço			
Art.º 9-1	a) Amparo (mensal)	3.499,89	3.043,68	456,21
	b) Renda de Casa (mensal)		63,60	-63,60
	c) Funeral (Transporte Fora do Concelho)			
	d) Material Ortopédico ou Próteses			
Art.º 12-1	a) Créditos» Familiares Falecidos em Serviço			
	Bombeiros Acidentados em Serviço			
Art.º 9-2	a) / i) Despesas N/Cobertas p/Seg. » Especialidades Médicas	5.015,35	4.757,48	257,87
	e) Despesas N/Cobertas p/Seg. » Material Ortopédico/Próteses	3.109,40		
	g) Recuperação funcional	2.729,77	232,04	2.497,73
	h) Ortóteses (apreciação caso a caso)	489,00	740,00	-251,00
Art.º 9-3	a) Diferenças Salariais	13.064,49	23.907,01	-10.842,52
	b) Pensão de Invalidez	13.153,12	12.208,68	944,44
	c) Adaptação da Habitação			
	d) Adaptação à mobilidade	4.268,89		4.268,89



Art.º 9-4	Material Ortopédico ou Próteses			
Art.º 12-1	b) Créditos» Acidentados em Serviço			
FÉNIX SOCIAL				
SUBSÍDIOS				
Art.º 14-1	a) Subsídio Trimestral Estudo (bombeiros)	5.650,00	6.590,00	-940,00
	b) Subsídio Trimestral Estudo	89.315,00	100.389,00	-11.074,00
	c) Subsídio Mensal de Lar	32.839,17	37.000,98	-4.161,81
	d) Creche (50%)	53.153,31	57.189,65	-4.036,34
	e) Estabelecimentos Recuperação (dific.) 50%	735,50	926,50	-191,00
	f) Mensal de Alimentação (dific.)	16.565,00	14.675,00	1.890,00
Art.º 14-2	Subsídio de funeral (50%)	5.000,00	3.500,00	1.500,00
COMPARTICIPAÇÕES				
Art.º 16-1	a) Material Ortopédico, prótese ou reabilitação		149,42	-149,42
	b) Complemento Compl.. Reforma escalonado	18.506,41	10.391,35	8.115,06
	c) Apoio de solidariedade mensal	8.339,32	4.258,56	4.080,76
Art.º 16-2	a) Crachás de Ouro	123.847,20	86.194,95	37.652,25
Art.º 16-3	a) Emergência Beneficiários principais	2.000,00	1.500,00	500,00
	b) Doenças Crónicas Beneficiários Principais	6.546,16	6.144,82	401,34
ARTIGOS ESPECÍFICOS				
Art.º 10	Seguro Social Voluntário			
Art.º 11	Pensão de Preço de Sangue	167.744,92	197.399,67	-29.654,75
Art.º 15	Apoios Extraordinários			
REGULAMENTO ANTERIOR				
COMPARTICIPAÇÕES				
Art.º 9-2	b)* Participação Salarial			
Art.º 12-2	a)* Mensal Internamento Lares (QH, ex-dirigentes e cônj.)			
Art.º 13-1	b)* C.C.Reforma (viúvas)	1.092,98	1.195,14	-102,16
Art.º 13-2	a)* Despesas Tratamento (medicamentos)	6.895,50	7.096,11	-200,61
	Propinas	268.075,24	238.681,65	29.393,59
	Vigilância Médica	64.814,79	41,82	64.772,97
TOTAIS		961.811,69	866.566,03	95.245,66

MAPA CONCLUSIVO				
BENEFÍCIOS	2018	2017	Diferenças	Varição
Subsídios	248.619,26	268.560,05	-19.940,79	-7,43%
Comparticipações	212.557,48	161.882,84	50.674,64	31,30%
Seguro Social Voluntário				
Pensão Preço de Sangue	167.744,92	197.399,67	-29.654,75	-15,02%
Apoios Extraordinários				
Créditos				
Propinas	268.075,24	238.681,65	29.393,59	12,31%
Vigilância Médica	64.814,79	41,82	64.772,97	154885,15%
TOTAIS »	961.811,69	866.566,03	95.245,66	10,99%

**Demonstração de Resultados do F.P.S.B.**

Conta	Descritivo	Ano 2018	Ano 2017	Conta	Descritivo	Ano 2018	Ano 2017
6221	Trabalhos especializados	98 337,29	41,82	751	Subsídio Financiamento do FPSB	799 603,11	771 348,96
6223	Vigilância e segurança	0,00	50,92	753	Doações	1 807,48	263 890,43
6226	Conservação e reparação	0,00	0,00	7632	Reversão da provisão	0,00	0,00
6227	Serviços bancários	368,72	1 290,51	78	Outros rendimentos e ganhos		
6233	Material de escritório	845,01	509,22	7816301	Inscrições no Encontro Q. Honorário	0,00	0,00
6231	Ferramentas e utensílios	0,00	0,00	7872	Sinistros	0,00	0,00
6241	Electricidade	888,01	881,08				
6242	Combustíveis	0,00	0,00	R9001079	Juros, dividendos e outros	19 923,70	11 723,26
6243	Água	496,99	433,13				
6251	Deslocações e estadas	0,00	49,29				
6252	Transporte de pessoal	0,00	0,00				
62531	Transporte de mercadorias	3 999,96					
6261	Quotização do condomínio	356,50	414,00				
62622	Comunicação	317,60	257,31				
10626 3	Seguros	903,91	752,96				
10626 7	Limpeza, higiene e conforto	1 153,68	1 019,81				
6271	Juvebombeiro	0,00	0,00				
6268	Outros fornecimentos	0,00	0,00				
62801	Subsídios atribuídos- FPSB	248 982,26	268 560,05				
62802	Comparticipações atribuídas	202 324,41	153 591,59				
62803	Seguro Social Voluntário	0,00	0,00				
62804	Apoios Extraordinários	0,00	0,00				
62805	Comparticipações AR	7 903,98	8 291,25				
62806	Subsídios AR	0,00	0,00				
62808	Pensões de sangue Encontro do Quadro	167 744,92	197 399,67				
62809	Honorário	0,00	0,00				
62810	Propinas	268 075,24	238 681,65				
62811	Pensões Timor	0,00	0,00				
631	Gastos com pessoal -	10 727,20	6 036,10				
632	Vencimentos	56 382,70	37 377,14				
63212	Trabalho Extraordinário	325,99	0,00				
6352	Segurança Social Outros sectores - Ajud.	11 715,88	7 531,38				
6382	Custo	3 901,11	9 659,50				
68	Multas e penalidade	0,00	37,00				
69	Empréstimos bancários	0,78	0,00				
TOTAL		1 085 752,14	932 865,38	TOTAL		821 334,29	1 046 962,65

Resultado Líquido	-264 417,85	114 097,27
--------------------------	----------------	---------------

Provisão do valor cativo de Timor	822 008,55
--	---------------



ANÁLISE FINANCEIRA:

Da análise do mapa da demonstração de resultados do FPSB relativo ao ano de 2018 verifica-se um resultado líquido negativo do exercício de 264.417,85 €.

Verifica-se que no ano de 2017 o total dos custos foi de 932.865,38 € e que no ano de 2018 foi de 1.085.752,14 € de que resulta um acréscimo de 16,39%, sendo que este acréscimo é o reflexo das diferenças verificadas nos exercícios dos anos já referidos com especial notoriedade na rubrica de trabalhos especializados no total de 98.337,79 €, verba que engloba as inspeções médico sanitárias que no ano de 2018 foi de 64.814,79 € e no ano de 2017 de 41,82€.

Em relação aos proveitos verifica-se uma variação do exercício do ano de 2017 para o de 2018 de menos 22,55%, dado que em 2017 os proveitos/receitas foram de 1.046.962,65 € e no ano de 2018 atingiram o montante total de 821.334,29 € em resultado de uma variação negativa de 262.082,95 € na rubrica de doações recebidas entre os anos referidos, o que explica que o resultado líquido do exercício do ano de 2018 apurado seja negativo (-264.417,85 €).

Da análise dos montantes dos subsídios, comparticipações, e outros atribuídos pelo FPSB no ano de 2018 em comparação com os mesmos atribuídos no ano anterior, com base no seu suporte contabilístico, verifica-se o seguinte:

Os subsídios atribuídos no montante de 248.619,26 € representam um decréscimo de 7,42 % em relação ao ano de 2017 no montante de 268.560,05 €.

As comparticipações atribuídas no montante de 212.557,48 € representam um acréscimo de 31,30 % em relação ao ano de 2017 no montante de 161.882,84 €.

As pensões de preço de sangue pagas atingiram o montante de 167.744,92 € que representa um decréscimo de 15,02 % em relação ao ano de 2017 em que o montante pago foi de 197.399,67 €;

O montante despendido com as propinas, cujo pagamento é da responsabilidade do FPSB por força legislativa, foi de 268.075,24 €, que representa um acréscimo de 12,31% em relação ao ano de 2017 que foi de 238.681,65 €. Tudo indica que o valor a pagar de propinas tende a aumentar no futuro, dado o número, cada vez maior, de bombeiros que frequentam o ensino universitário, situação que



merece todo o nosso realce e apreço, aumentando ainda mais, tendo em consideração o crescendo do número de descendentes de bombeiros que também frequentam esse grau de ensino;

Vigilância Médica - No ano de 2018 não se realizaram inspeções médico-sanitárias aos bombeiros, e o valor refletido no presente relatório refere-se exclusivamente a custos administrativos e outros relativos ao procedimento de concurso publico para sua execução.

Em termos de pagamentos aos bombeiros e a seus familiares a título de subsídios, participações e todas as outras regalias consagradas em Lei, e de acordo com o Regulamento, o montante total pago foi de 961.811,69 € que representa um acréscimo de 10,99% em relação ao total pago de 866.566,03 € no ano de 2017;

Verifica-se que o total de pagamentos dos benefícios concedidos aos bombeiros e seus familiares ao abrigo das disposições do atual Regulamento do Fundo de Proteção Social do Bombeiro é relativamente superior ao valor financiado pela ANPC, ou seja o total dos benefícios pagos pelo FPSB aos respetivos beneficiários a título de subsídios, participações, pensões de preço de sangue, propinas e vigilância médica, no ano de 2018 foi de 961.811,69 € e que o valor dos subsídios mensais atribuídos pela ANPC foram de 799.603,11 €, o que equivale a uma variante de 20,29% de aumento entre os valores referidos, situação esta que desde o ano 2014 projeta um constante défice, conforme se pode verificar no quadro da Análise Comparativa (fls 9). O constante défice que existe desde o ano de 2014 entre os valores atribuídos pela ANPC para financiamento do FPSB e os valores pagos aos beneficiários pelo FPSB deverá ser corrigido no futuro para garantia da existência e sustentabilidade do FPSB.

Interessa ainda referir que o Fundo de Proteção Social do Bombeiro só conseguiu proceder ao pagamento dos subsídios, participações ou outras regalias aos seus beneficiários desde o ano 2013 (inclusive) porque dispunha de solidez financeira, dado que os valores transferidos pela Autoridade Nacional de Proteção Civil para seu financiamento nos últimos cinco anos foram sempre inferiores aos valores pagos conforme se verifica no quadro da análise comparativa. A situação mais grave prende-se com aplicação do disposto no Art.º 46º do Dec. Lei nº 249/2012 de 21 de Novembro, que entrou em vigor em 01-02-2013, no que respeita ao seu Art.º 6º - Regalias no Âmbito da Educação, que atribuiu ao FPSB o suporte dos encargos com reembolso de propinas e taxas de inscrição pagas pela frequência dos ensinos secundário ou superior aos bombeiros e seus descendentes, que nos anos 2013 a 2018 (inclusive) foram de 1.280.345,15 € sem qualquer suporte



financeiro nas transferências da ANPC, na medida em que os valores transferidos não sofreram qualquer aumento nos anos em apreço, a não ser a sua correção anual, situação esta grave e complexa que terá que ser revista com urgência com quem de direito, na salvaguarda da continuidade e sustentabilidade do Fundo de Proteção Social do Bombeiro.

Por outro lado, verifica-se que foi cumprido o que determina o nº 2 do Art.º 47º do Dec. Lei nº 249/2012 de 21 de novembro, ou seja que os encargos previstos nos Art.º 6º, 8º, 18º, 19º, 20º, 21º do referido Diploma não podem exceder 85% do montante anualmente transferido pelo Estado (ANPC) para o Fundo de Proteção Social do Bombeiro, criando-se assim uma provisão dos 15% não aplicados que transita para o ano de 2019. O cumprimento desta disposição legal deve-se também à solidez financeira do FPSB.

Proposta:

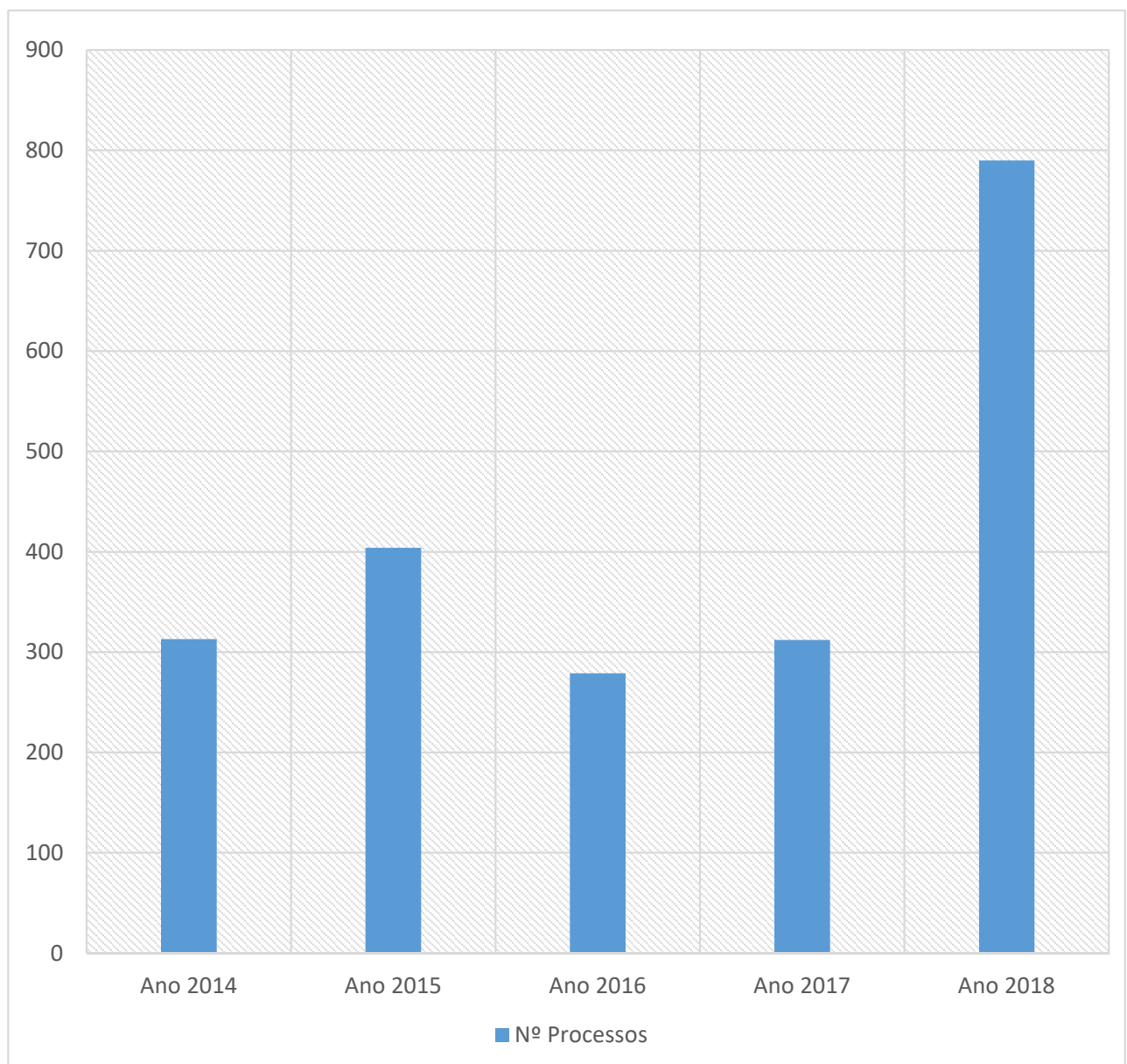
A Comissão Social do FPSB, tendo em consideração o seu novo Regulamento, aprovado em Congresso Extraordinário da Liga dos Bombeiros Portugueses, reunido na Figueira da Foz, a 28 de Janeiro de 2017, publicado no Portal da Justiça em 5 de Junho de 2017, e que entrou em vigor em 1 de Agosto de 2017, propõe, de novo, a sua cuidadosa leitura por parte de todos os bombeiros portugueses bem como de todos os titulares dos Órgãos Sociais das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários, para que os primeiros referidos tenham conhecimento dos benefícios sociais de que podem auferir e os outros possam prestar-lhes todo o apoio para obtenção dos benefícios, de forma a que a ação do FPSB seja cada vez mais célere, e esteja ao dispor de um maior número de bombeiros e de seus familiares, pugnando pela Justiça Social, fazendo jus à sua existência.



3 - REPRESENTAÇÕES GRÁFICAS

Evolução dos Processos no Período de 2014/2018

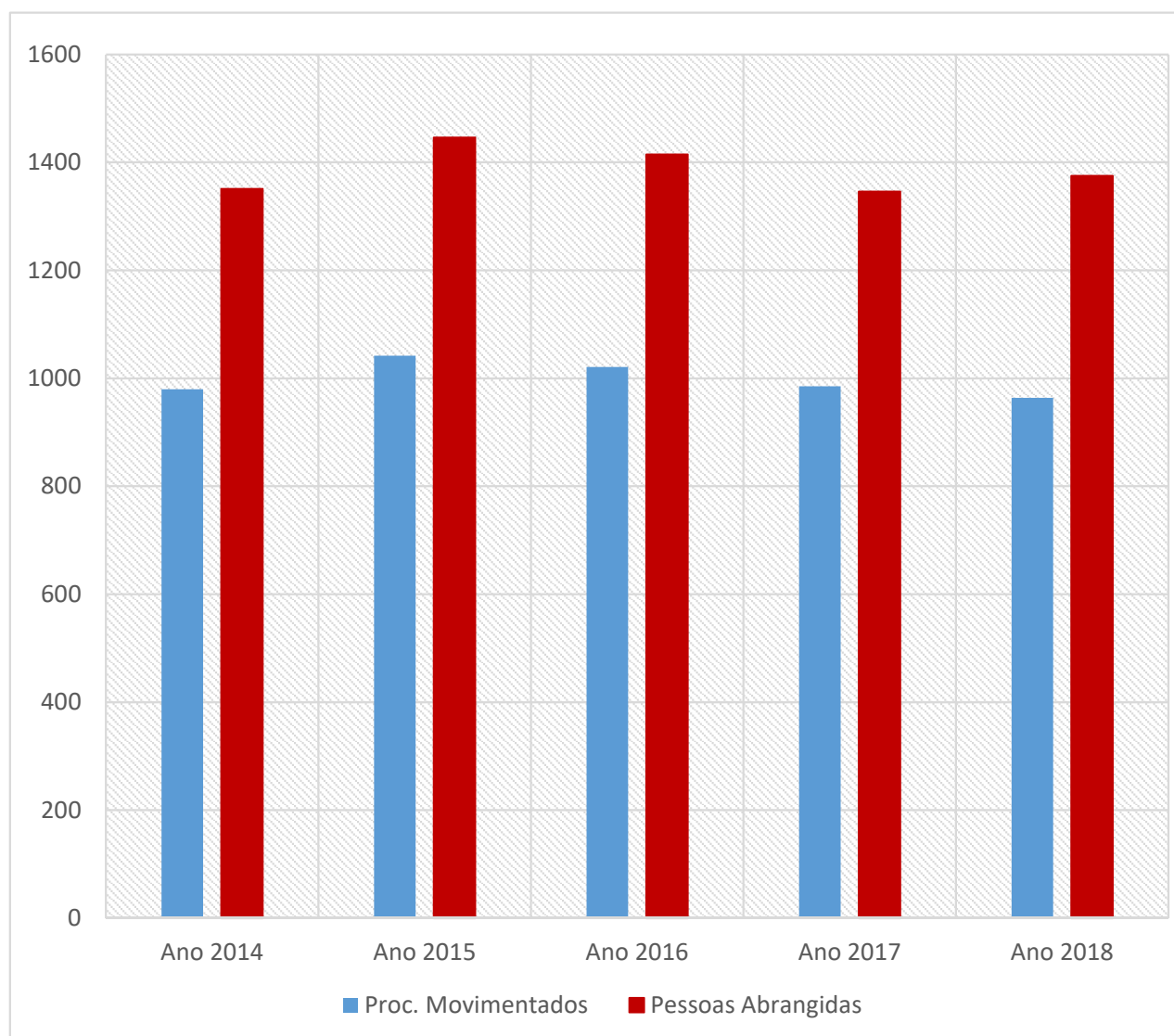
	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
Nº Processos	313	404	279	312	790





Processos Movimentados e Número de Pessoas Abrangidas entre 2014/2018

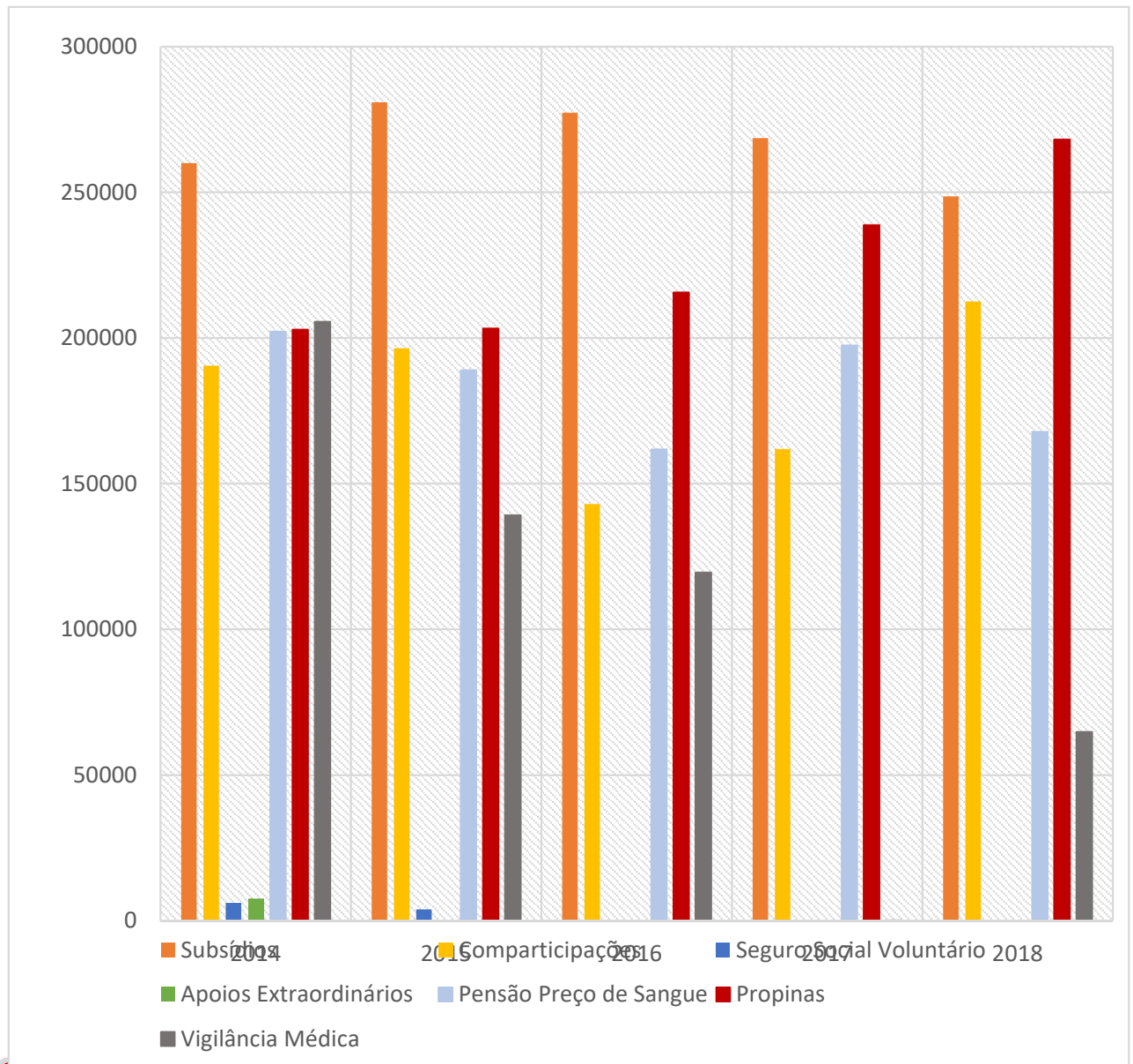
	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
Processos Movimentados	980	1042	1021	985	964
Pessoas Abrangidas	1351	1446	1415	1346	1375





Evolução de Benefícios entre 2014/2018

Benefícios	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
Subsídios	259.974,12 €	280.853,00 €	277.270,33 €	268.560,05 €	248.619,26 €
Comparticipações	190.459,27 €	196.422,69 €	142.981,39 €	161.882,84 €	212.557,48 €
Seguro Social Voluntário	6.150,10 €	3.852,75 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Apoios Extraordinários	7.500,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Pensão Preço de Sangue	202.155,55 €	188.928,67 €	161.747,13 €	197.399,67 €	167.744,92 €
Propinas	202.802,60 €	203.258,02 €	215.596,95 €	238.681,65 €	268.075,24 €
Vigilância Médica	205.537,50 €	139.162,50 €	119.475,00 €	41,82 €	64.814,79 €
Totais	1.074.579,14 €	1.012.477,63 €	917.070,80 €	866.566,03 €	961.811,69 €

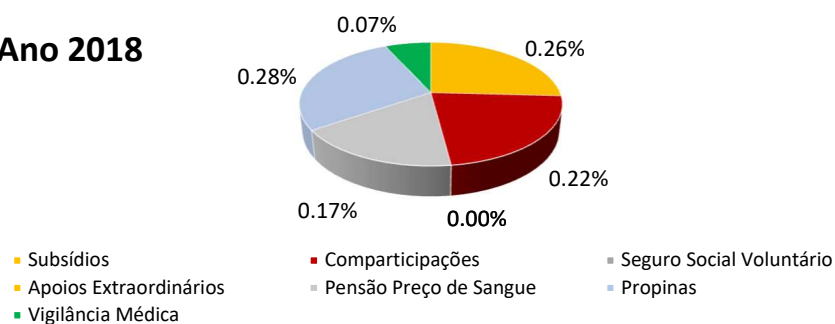




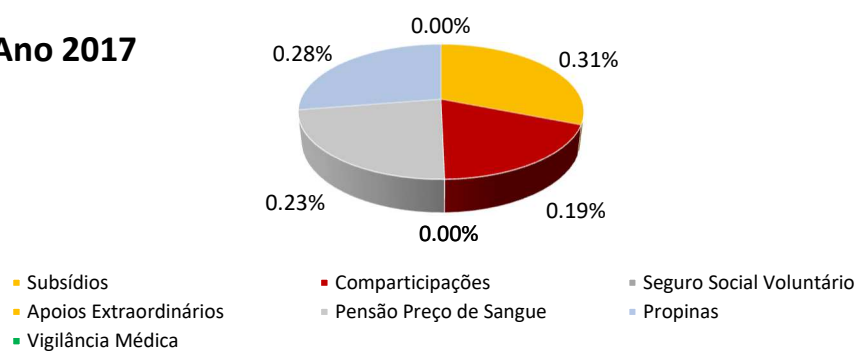
Benefícios atribuído em valores percentuais

Benefícios	Ano 2018	Ano 2017	Ano 2016
Subsídios	248 619,26 €	268 560,05 €	277 270,33 €
Comparticipações	212 557,48 €	161 882,84 €	142 981,39 €
Seguro Social Voluntário	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Apoios Extraordinários	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Pensão Preço de Sangue	167 744,92 €	197 399,67 €	161 747,13 €
Propinas	268 075,24 €	238 681,65 €	215 596,95 €
Vigilância Médica	64 814,79 €	41,82 €	119 475,00 €
Totais	961 811,69 €	866 566,03 €	917 070,80 €

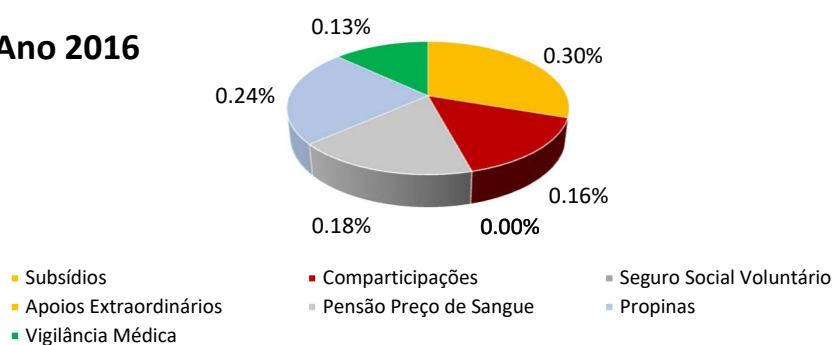
Ano 2018



Ano 2017



Ano 2016





4 - ORGANOGRAMAS

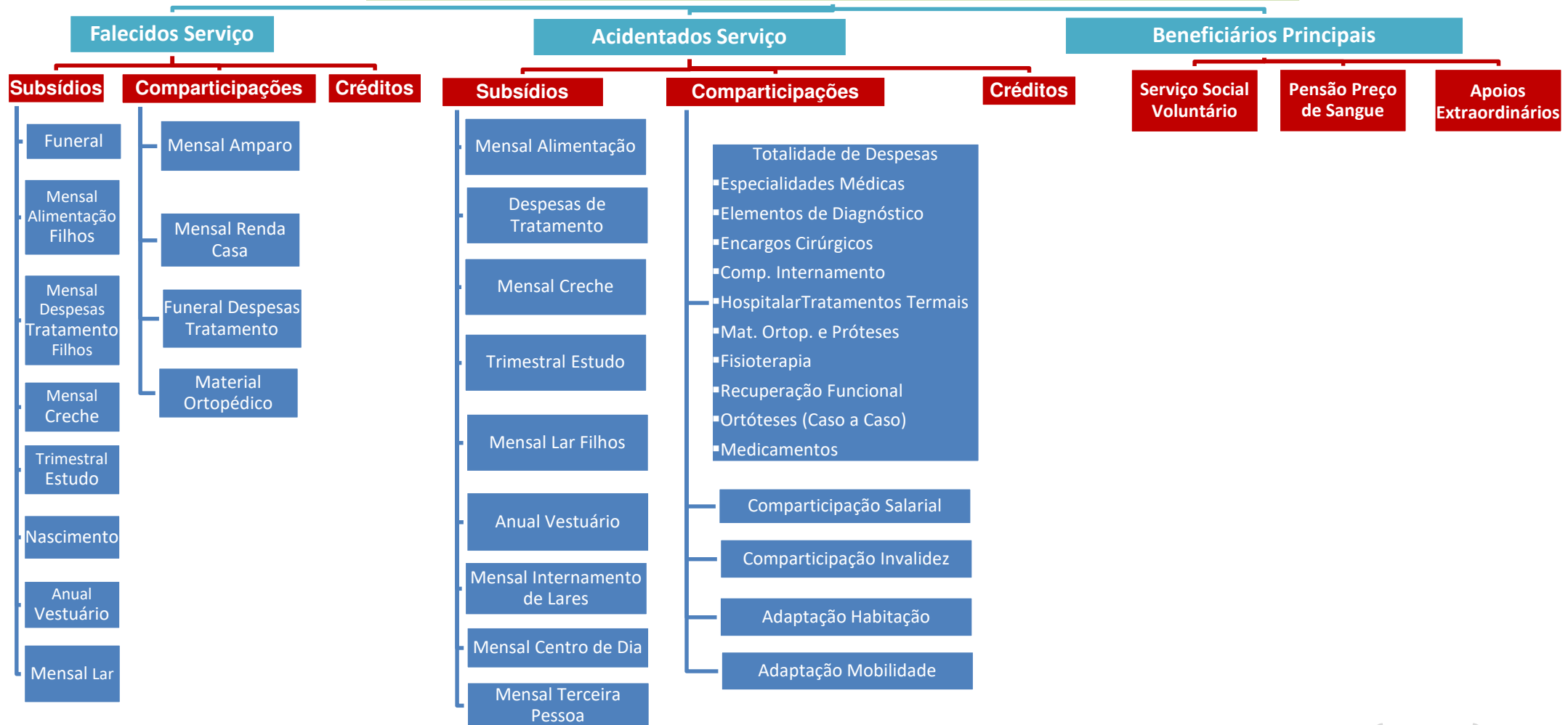
ORGANOGRAMA DA GESTÃO DO FUNDO DE PROTECÇÃO SOCIAL DO BOMBEIRO





ORGANIGRAMA DO REGULAMENTO DO FPSB – BENEFÍCIOS

REGULAMENTO DO FUNDO DE PROTECÇÃO SOCIAL DO BOMBEIRO





REGULAMENTO DO FUNDO DE PROTECÇÃO SOCIAL DO BOMBEIRO

FÉNIX SOCIAL

Beneficiários Principais

Comparticipações

CCR Crachá de Ouro

Comparticipação de Emergência

Comparticipação Doenças Crónicas

Diversos

Ingresso na Casa do Bombeiro

Equipamentos Sociais

Apoios Extraordinários

Beneficiários Principais com Rendimento \leq SMN

Subsídios

Trimestral de Estudo Bombeiros

Trimestral Estudo Filhos

Mensal Lar Filhos

Mensal Creche

Mensal Recuperação Deficiência

Mensal Alimentação Filhos Deficientes

Funeral 50%

Comparticipações

Comparticipação Material Ortopédico Filhos

CCR Escalonado por anos

Apoio Solidariedade



CONSELHO FISCAL
DA
LIGA DOS BOMBEIROS PORTUGUESES
Apartado 50286
1707 LISBOA CODEX

ANÁLISE E PARECER SOBRE O RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E CONTAS DO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2018

Nos termos das disposições legais e estatutárias, o Conselho Fiscal da Liga dos Bombeiros Portugueses, reunido no dia 6 de Abril de 2019, na sua sede em Lisboa, procedeu à elaboração do seu parecer sobre o Relatório e Contas do exercício de 2018, da Liga dos Bombeiros Portugueses.

1. ANÁLISE GERAL

O Conselho Fiscal, ao longo do exercício de 2018, acompanhou de forma regular o funcionamento da Liga dos Bombeiros Portugueses e a evolução das diversas actividades previstas no Plano. O Conselho Fiscal vai proceder à emissão do Parecer sobre o Relatório e Contas de 2018, com base nos seguintes elementos:

- Acompanhamento trimestral dos relatórios apresentados pelos serviços administrativos e financeiros da Liga;
- Relatório de Actividades e Contas aprovado pelo Conselho Executivo da Liga com data de 28 de Março de 2019 e análise da sua execução no período em causa;
- Demonstrações financeiras, fornecidas pelos serviços da Liga, sua verificação, por amostragem dos respectivos suportes contabilísticos e o reconhecimento dos valores activos e passivos relevados;

Assim, através da análise comparativa entre o Plano de Actividades e o Relatório de Actividades do ano de 2018, é possível estabelecer uma leitura que permite apurar o cumprimento e o desvio dos dados do Relatório face ao Plano.

De igual modo, procedeu-se à análise comparativa das contas de exploração com o orçamento inicial e a respectiva revisão efectuada e variações dos valores realizados em 2018, comparando-os com os orçamentados.

1. PLANO DE ACTIVIDADES

O Relatório de Actividades apresenta uma descrição pormenorizada das ações desenvolvidas pela Liga no ano de 2018.

No seu Relatório, o Conselho Executivo da Liga dos Bombeiros Portugueses, descreve de forma bastante desenvolvida e sistemática todas as actividades em que esteve empenhado durante o ano de 2018, pelo que o Conselho Fiscal dispensa de referir-se a cada uma delas.

Destacamos, no entanto, a situação gerada com a legislação publicada pelo Governo em 25 de Outubro de 2018, com especial destaque para a proposta de Lei Orgânica da ANPC, altamente lesiva para a estrutura principal da protecção civil em Portugal que são os Bombeiros e levou à mobilização dos Bombeiros Portugueses a manifestarem-se no Terreiro do Paço, em Lisboa de forma maciça, mostrando ao Governo de Portugal o seu descontentamento.

2. EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO

As Contas estão apresentadas de forma desenvolvida, tendo em conta a actividade da Liga e os resultados sectoriais obtidos, nomeadamente, na exploração do Departamento de Fardamentos, Jornal “ Bombeiro de Portugal “ e Fundo de Protecção Social do Bombeiro.

Para a sua apreciação, o Conselho Fiscal, para além das análises trimestrais, socorreu-se das contas finais de exploração da Liga a fim de poder avaliar o cumprimento da execução orçamental e contas de exploração do ano de 2018 em comparação com as do ano anterior.

3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3.1 Análise dos dados económicos e financeiros

Analizamos as demonstrações de resultados de forma a fazer a comparação com os valores que se verificaram no ano anterior e quais os desvios verificados. Analizamos também a execução orçamental, ou seja em que medida o orçamento aprovado após a respectiva revisão foi cumprido.

3.1.1. Quanto aos Rendimentos e Ganhos

- A conta de subsídios à exploração teve um importante decréscimo de valor, da ordem dos -463.542,62 euros, resultante essencialmente da

variação negativa das doações e heranças, da ordem dos -491.796,81 euros.

- A conta de Prestação de Serviços verificou um decréscimo de 2017 para 2018 da ordem dos -50.017,10 euros.
- Quanto às vendas as variações estão em consonância com a variação do Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias-Primas Consumidas.
- Quanto à conta de outros ganhos o aumento relativamente ao ano anterior, está relacionado com os resultados nas participadas pela aplicação do MEP.
- A conta Juros e outros rendimentos, experimentou um acréscimo de 8.071,58 euros, resultante dos juros e compensações financeiras obtidas.
- **Quanto aos Gastos:**
- Verificou-se uma redução global nos gastos de Fornecimentos e Serviços Externos da ordem de -309.616,74 euros. Este valor é resultante da variação positiva da maioria dos gastos com excepção dos relativos às Organizações da Liga que observou um decréscimo de -492.434,89 euros. Esta variação também está influenciada pelo facto de no ano de 2017 ter sido realizado o Congresso e em 2018 não, bem como não ter sido realizado concursos internacionais de manobras.
- Nos gastos com pessoal verificou-se um aumento de 52.801,37 euros que representa +10% nesse gasto. A percentagem deste aumento está relacionada com as actualizações das remunerações com contagem das diuturnidades devidas ao pessoal que começaram a ser pagas.
- Na conta de outros gastos e perdas há um aumento da ordem de 46.610,28 euros, essencialmente, compensações financeiras e correcções relativas a períodos anteriores.
- Por fim, a conta de juros sofreu um pequeno aumento, em resultado dos financiamentos obtidos.

Em resultado destas variações, o Resultado Líquido do Período obtido foi negativo de -348.094,39 euros, inferior ao do ano de 2017 em -213.955,66 euros.

3.1.2 Quanto à avaliação Financeira

Para avaliar a situação financeira recorreu-se aos dados do balanço de situação em 31.12.2018 e sua comparação com os mesmos dados de 31.12.2017.

- Se compararmos o activo não corrente constatamos um aumento de 125.210,86 euros, resultante dos investimentos em curso e variação dos activos fixos tangíveis relativos à nova sede e às variações dos investimentos financeiros pela aplicação do MEP às participadas.
- O activo corrente apresenta um aumento de 127.826,47 euros que resulta das variações positivas nas contas de créditos a receber, Estado e Outros Entes Públicos, deferimentos e outros ativos correntes e uma diminuição nos valores de inventários, caixa e depósitos bancários. Para que os valores utilizados do FPSB, estejam evidenciados em balanço, foram contabilizados os valores pagos dando origem à variação tanto na conta de outros ativos correntes, como na conta de outros passivos correntes.
- O passivo não corrente de 2017 para 2018 sofreu um decréscimo de 29.502.06 euros em virtude dos reembolsos já efectuados. O valor de 124.068,34 euros resulta do contrato de empréstimo de 200.000 euros, efectuado com o Montepio Geral pelo período de 10 anos para financiamento das obras da nova sede e que é exigível para além de um ano.
- O passivo corrente sofreu um aumento 601.346,31 euros. Esta variação é resultante do aumento das dívidas a fornecedores. A conta de outros passivos correntes apresenta um aumento de 483.648,50 que, tal como referíamos nos outros ativos correntes, está influenciada pela contabilização dos valores que a Liga deve ao FPSB. As restantes contas apresentam variações negativas em comparação com os valores do ano

de 2017, nomeadamente a conta de financiamentos obtidos que reduziu 24.875,76 euros.

- Os fundos próprios diminuíram 318.806,62 euros no ano de 2018. Esta variação resulta, essencialmente, do Resultado Líquido do Período que foi negativo 348.094,39 euros.

Pela análise dos Resultados Sectoriais:

Verificamos:

1. O Resultado Líquido do Jornal “Bombeiros de Portugal “, mantém-se negativo em -124.008,74 euros, ou seja, aumentou o seu resultado negativo de 2017 para 2018 em -8.415,70 euros.
2. O departamento de fardamentos atingiu um resultado negativo de -850,98 euros, traduzindo-se numa variação negativa de -12.890,94 euros em comparação com o resultado do ano anterior.
3. O Fundo de Protecção Social dos Bombeiros obteve, um resultado negativo de -264.417,85 euros. De 2017 para 2018 decresceu -378.515,12 euros.
4. O Resultado da actividade própria da Liga foi positivo no valor de 41.183,18 euros, melhorando em referência ao ano anterior no valor de 185.866,10 euros.
5. Quanto à execução orçamental, conforme está evidenciado nos documentos produzidos pelos serviços da contabilidade, constantes do Relatório e Contas, os valores realizados enquadram-se nas respectivas dotações orçamentais e que podem ser observados os respectivos desvios.

CONCLUSÕES:

- É nossa convicção que o Relatório de Actividades reflecte com bastante precisão as actividades programadas e o seu grau de execução;
- As demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2018 apresentam, de forma verdadeira e apropriada, a situação financeira da Liga dos Bombeiros Portugueses e do Fundo de Protecção Social dos Bombeiros;

- A nossa apreciação ao Resultado Líquido do Período e da Situação Financeira à data de 31 de Dezembro de 2018, resulta da análise aos elementos contabilísticos fornecidos pelos serviços financeiros da LIGA;

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA LIGA DOS BOMBEIROS PORTUGUESES

Que sejam aprovados:

- O Relatório de Actividades do ano de 2018.
- O Balanço e as Contas do exercício do ano de 2018.

O CONSELHO FISCAL

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'V. J. S. S.', is centered on the page.